

As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 4

Marianne Sousa Barbosa
(Organizadora)



As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 4

Marianne Sousa Barbosa
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro Oeste
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Jeniffer dos Santos
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Marianne Sousa Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 4 / Organizadora Marianne Sousa Barbosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2875-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.756240209 1. Ciências sociais. I. Barbosa, Marianne Sousa (Organizadora). II. Título. CDD 301
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Impulsionada pelo desejo de compartilhar saberes e vivências, a *Atena Editora* lança o quarto volume da Coletânea “As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco”, obra elaborada com a colaboração de pesquisadores/as especialistas, mestres/as e doutores/as de instituições de ensino do Brasil, Colômbia, Moçambique e Chile.

Trata-se de mais uma obra que reúne estudos e pesquisas em áreas diversas do conhecimento, abordando temas como: análise nutricional da selagem de milho no Caribe Colombiano; memórias da agricultura familiar camponesa numa comunidade quilombola; um estudo sobre os deslizamentos de terra ocorridos em Maceió, Alagoas; análise de histórias de vida de trabalhadoras domésticas; um estudo sobre o impacto da pandemia em empresas de pequeno porte na região norte de Minas Gerais; uma análise sobre os investimentos moçambicanos no exterior; uma pesquisa sobre a educação matemática inclusiva e a formação de professores; e, um relato de experiência sobre a saúde mental e o sistema judiciário. Tal diversidade de temas e formas de abordagem, presentes em cada capítulo, interessam a todos/todas que desejam ampliar seus conhecimentos através da leitura dinâmica e agradável.

Mais uma vez, a Atena Editora contribui com a socialização de saberes através de suas valiosas publicações. A Editora, em expansão constante e atuação em todos os continentes, é sinônimo de credibilidade, confiança e responsabilidade. Sintam-se todos/as convidados/as a embarcar conosco na busca pelo conhecimento.

Desejo-lhes uma ótima leitura!

Marianne Sousa Barbosa.

CAPÍTULO 1 1

ANÁLISIS NUTRICIONAL DEL ENSILAJE DE MAÍZ (ZEA MAYS), CON Y SIN MAZORCA, UTILIZANDO DIFERENTES INCLUSIONES DE MELAZA, EN EL CARIBE COLOMBIANO

Gustavo Adolfo Ramos Gélvez

Juan Carlos Quiroz Díaz

Claudia María Vitola Otálora

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7562402091>

CAPÍTULO 2 9

AS MEMÓRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO QUILOMBO DE FURADINHO

Renné da Glória Andrade

Ana Elizabeth Santos Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7562402092>

CAPÍTULO 327

CONSTANTES DESLIZAMENTOS DE TERRA OCORRIDOS NOS TALUDES LOCALIZADOS AO LONGO DA AVENIDA PIERRE CHALITA, MACEIÓ - AL

Jéssica Beatriz Dantas

Ítalo Thomas de Melo Tavares

Ricardo Figueiredo Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7562402093>

CAPÍTULO 446

ELA É QUASE DA FAMÍLIA: HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES QUE TRABALHAM COM SERVIÇOS DOMÉSTICOS

Gabriela Souza Silva

Élica Luiza Paiva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7562402094>

CAPÍTULO 559

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS

Maria Elizete Gonçalves

Sara Gonçalves Antunes de Souza

Maria de Fátima Rocha Maia

Marília Borborema Rodrigues Cerqueira

Vânia de Cássia Gonçalves Nunes

Nicholas Filipini de Moura

Arilson Gomes Ferreira

Alexsandro da Silva Almeida Junior

Eduardo de Oliveira da Purificação

Alan Matos Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7562402095>

CAPÍTULO 6	67
INVESTIMENTO MOÇAMBICANO NO EXTERIOR: DESAFIOS E BENEFÍCIOS PARA MOÇAMBIQUE	
Carlos Zalua	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7562402096	
CAPÍTULO 7	76
MODELAGEM MATEMÁTICA E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA. IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Erich Leighton Vallejos	
Carmen Cecilia Espinoza Melo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7562402097	
CAPÍTULO 8	84
SAÚDE MENTAL E SISTEMA JUDICIÁRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PAIPJ	
Thalita Melchiades da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7562402098	
SOBRE A ORGANIZADORA	98
ÍNDICE REMISSIVO	99

ANÁLISIS NUTRICIONAL DEL ENSILAJE DE MAÍZ (ZEA MAYS), CON Y SIN MAZORCA, UTILIZANDO DIFERENTES INCLUSIONES DE MELAZA, EN EL CARIBE COLOMBIANO

Data de aceite: 26/08/2024

Gustavo Adolfo Ramos Gélvez

Universidad Nacional Abierta y a Distancia
Escuela de Ciencias Agrícolas Pecuarias
y del Medio Ambiente, Santa Marta-
Colombia
<https://orcid.org/0000-0003-0264-0864>

Juan Carlos Quiroz Díaz

Universidad Nacional de Colombia
Facultad de Medicina Veterinaria y de
Zootecnia Bogotá-Colombia
<https://orcid.org/0009-0001-6768-0819>

Claudia María Vitola Otálora

Servicio Nacional de Aprendizaje SENA
Centro Acuícola y Agroindustrial de Gaira
Regional Magdalena
<https://orcid.org/0009-0005-7122-8808>

RESUMEN: La propuesta de investigación, está orientada a determinar, la calidad nutricional del ensilaje de maíz, con y sin mazorca, como herramienta a productores, ya que ellos en nuestro país Colombia, realizan esta práctica como alternativa a bajar los costos de producción del mismo, además en el estudio se utilizó diferentes inclusiones de melaza en porcentaje del 2% 4% y 6%, dando como resultados seis tratamientos para el estudio, el cual se le

realizaron pruebas bromatológicas donde se evalúa la calidad nutricional (MS, PC, FDN, FDA) según el método de Van Soest adaptado por el laboratorio; con un enfoque de la investigación cualitativo, empleando un arreglo factorial de 2 x 3 para los 6 tratamientos, donde cada tratamiento, se realizó en una bolsa individual y cada tratamiento tubo 3 repeticiones en bolsas independientes, y se analizaron los datos mediante pruebas de comparación del software analítico de SAS estadísticas descriptivas (promedios y desviaciones). Donde se observa una diferencia entre los ensilajes con mazorca y sin ella, siendo los valores con mazorca más altos, aunque no son tan significativos, sumado a unos mayores resultados en las fibras con inclusión de melaza alta en los silos y valores de digestibilidades mejores en ensilajes con mazorca. Además se obtuvieron datos relevantes que apuntan a concluir que se debería explorar la posibilidad de vender la mazorca en el ensilaje de maíz, para obtener un costo de oportunidad y bajar los gastos de producción de ensilaje para bovinos, e inclusive pensar en con la ganancia de la venta de mazorca suplementar proteína en la dieta animal.

PALABRAS-CLAVE: Ensilaje, producción animal, zootecnia, mazorca, maíz.

NUTRITIONAL ANALYSIS OF CORN SILAGE (*ZEAMAYS*), WITH AND WITHOUT COB, USING DIFFERENT MOLASSES INCLUSIONS, IN THE COLOMBIAN CARIBBEAN

ABSTRACT: The research proposal is aimed at determining the nutritional quality of corn silage, with and without cob, as a tool for producers, since in our country Colombia, they carry out this practice as an alternative to lowering its production costs. Furthermore, in the study, different inclusions of molasses were used in percentages of 2%, 4% and 6%, resulting in six treatments for the study, in which bromatological tests were carried out where the nutritional quality was evaluated (MS, PC, FDN, FDA) according to the Van Soest method adapted by the laboratory; with a qualitative research approach, using a 2 x 3 factorial arrangement for the 6 treatments, where each treatment was carried out in an individual bag and each treatment had 3 repetitions in independent bags, and the data were analyzed through comparison tests of SAS analytical software descriptive statistics (averages and deviations). Where a difference is observed between the silages with cob and without it, the values with cob being higher, although they are not so significant, added to higher results in the fibers with inclusion of high molasses in the silos and better digestibility values in cob silages. In addition, relevant data were obtained that point to concluding that the possibility of selling the cob in corn silage should be explored, to obtain an opportunity cost and lower the costs of silage production for cattle, and even think about the profit of The sale of cob supplement protein in the animal diet.

KEYWORDS: Silage, animal production, zootechnics, cob, corn.

INTRODUCCIÓN

En Colombia el cultivo de Maíz (*Zea mays*), bien desde la era precolombina hasta nuestros tiempos, siendo un pilar en la alimentación humana y animal, Tradicionalmente el cultivo de maíz es uno de los reglones importante en la alimentación humana en la mayoría de los países latinoamericanos; teniendo como base la importancia de este cultivo cultural, económicamente nace la inquietud de buscar nuevas alternativas de uso buscando garantizar la oportuna oferta de alimento para nuestros animales durante todo el año, siendo estos planteamientos lo que nos atañe en este estudio, donde se explora la necesidad de buscar alternativas de conservación de forraje con distintas posibilidades, dando herramientas a los productores para determinar su mejor opción en la conservación de forraje.

En la región Caribe, el departamento del Atlántico, según las cifras de Agronet para el año 2016, se cultivaron alrededor de 100 hectáreas de maíz forrajero, con un un rendimiento de 3 ton/ha, en comparación con las hectáreas sembradas de maíz tradicional que fue para ese mismo año de 8473 de hectáreas, con un rendimiento de 0.87 ton/ha de maíz tradicional por hectárea, lo que muestra el potencial de la región, así como la posibilidad de buscar alternativas para la alimentación animal. (Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, 2018).

Sumado a esto se buscan estrategias que mitiguen las necesidades de suplementar a los animales en épocas críticas a un bajo costo, debido a que las condiciones climáticas en el planeta son cada vez más cambiantes, lo que obliga a buscar acciones con técnicas como es el ensilaje, que podrían brindarnos una solución a esta problemática de escases de alimento en épocas críticas, y aprovechando las ventajas que tiene esta práctica. Sin embargo existen interrogantes sobre las calidades del ensilaje realizado con y sin mazorca, práctica que se desarrolla pero sin datos reales, buscando siempre de sacar una utilidad al cultivo final.

La principal necesidad de conservar forrajes es el hecho de poder suplementar el alimento en aquellos meses donde el crecimiento de los pastos es limitado por las estaciones del año. De esta manera se puede suplementar la misma cantidad de alimento durante todo el año, y a la vez mantener los nutrientes en el forraje conservado (Torres, 2020).

Por lo tanto este proyecto plantea poder ensilar forraje de maíz sin mazorca, haciendo una mayor adicción de melaza, siendo la melaza un residuo que se genera durante la producción de azúcar, usando caña de azúcar (*saccharum officinarum*), cultivo abundante en algunas zonas del país, con composición de azúcar del 86% según (Martín, 2004), buscando alternativas, para vender la mazorca y adicionar más cantidad de este subproducto, para mitigar el faltante (La mazorca), que se vendería, para bajar costos de producción del ensilaje.

Por ello se desea conocer con este trabajo cual es la calidad nutricional del ensilaje de maíz cuando se procesa a niveles contrastantes de melaza. Cuantificando el rendimiento de biomasa (Kg. MS/ha) con y sin mazorca del cultivo en evaluación para así determinar el valor de la calidad nutricional (MS, PC, FDN, FDA, DIVMS), del ensilaje de maíz (*Zea mays*); para así analizar el uso del cultivo del maíz cuando se emplea para ensilar con mazorca y sin ella y las diferentes.

MATERIALES Y MÉTODOS

Localización del Experimento

El estudio se llevó a cabo en la zona caribe Colombia, en el Departamento del Atlántico, del Municipio de Galapa, en la Vereda la 300, donde se ubica la Finca Miraflores, con una altitud de 83 m.s.n.m, temperaturas promedio de 28°C, con humedad de 88% y suelos franco arcillosos, con pluviosidad de 800 a 1000 ml/año.

Tratamientos

Se realizaron 6 tratamientos, tres tipos los niveles de inclusión de melaza 2%, 4% y 6% de porcentaje de melaza, para los tratamientos con y sin mazorca, como se muestra en grafica 1. Se emplearon bolsas de calibre 6 de 60 cm de ancho por 80 cm de largo, donde se almacenaron dosis de 10 Kg de forraje picado, se apisono cada 20 cm y se le retiro el aire mediante una aspiradora casera.

El tamaño del picado fue máximo de 3 cm de largo, y se le aplico lo correspondiente a cada tratamiento de melaza, cada 10 a 15 cm, para que quede homogéneo dentro del silo.

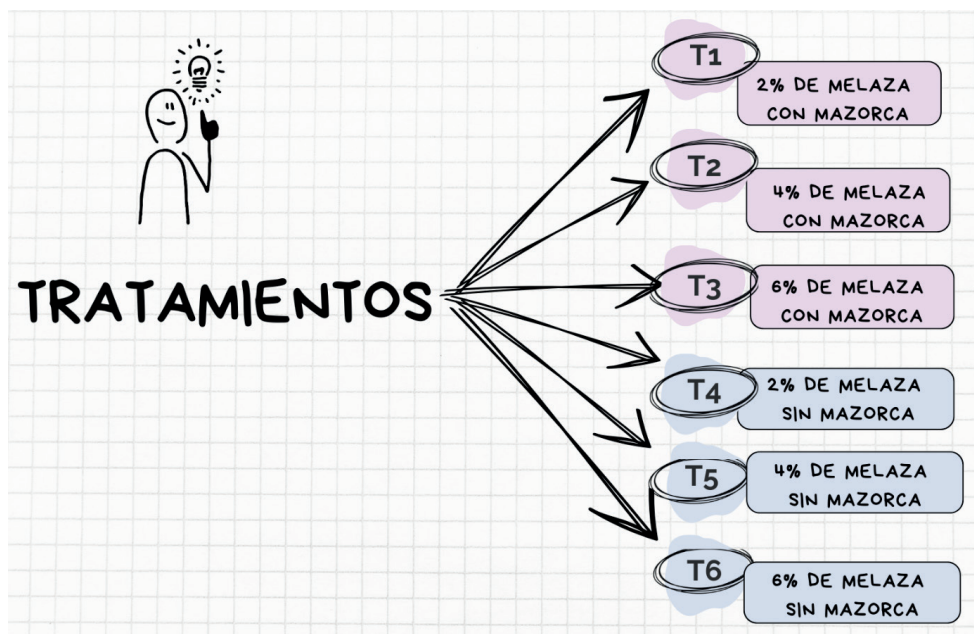


Figura 1
Tratamientos del estudio.

Fuente. Autor

Variables A medir

Se realizara un estudio bromatológico donde se evaluara la calidad nutricional (MS, PC, FDN, FDA) según el método de Van Soet adaptado por el laboratorio de Nutrición animal de Corpoica Tibaitata según método de Van Soest adaptado por este laboratorio, buscando una Estandarización del método analítico de Van Soest para el análisis bromatológico de concentrados para consumo bovino bajo condiciones del Laboratorio, (Gutiérrez y Rodríguez 2017).

Enfoque y Diseño experimental

El enfoque de la investigación es cualitativo, empleando un arreglo factorial de 2 x 3 para los 6 tratamientos, donde cada tratamiento, se realizó en una bolsa individual y cada tratamiento tubo 3 repeticiones en bolsas independientes.

Las variables cualitativas se analizarán mediante estadísticas descriptivas (promedios y desviaciones). Prueba de comparación del software analítico de SAS, desarrollado por SAS Institute para gestión de datos desarrollado por la Universidad Estatal de Carolina del Norte.

El modelo a empleado fue:

$$Y_{IJKL} = m + A_J + B_K + C_L + (AB)_{IK} + (AC)_{JL} + (BC)_{KL} + (ABC)_{JKL} + E_{IJKL}$$

$$Y_{IJKL} =$$

m = Media general

A_J = Efecto del nivel J-ésimo de A

B_K = Efecto del nivel K-ésimo de B

C_L = Efecto del nivel L-ésimo de C

E_{IJKL} = Error aleatorio

RESULTADOS

Los resultados bromatológico del estudio se evidenciados en la tabla 1, además estas variables fueron corridos por el sistema, donde nos muestra resultados significativos, para el estudio; observando en la materia seca (MS) una tendencia hacia el aumento de la misma, una vez se disminuía el porcentaje de melaza, lo que muestra una relación inversamente proporcional al porcentaje de inclusión de la melaza y la materia seca, no vemos variación o influencia en la presencia o no de la mazorca dentro del cultivo; estando dentro de los rangos, según Ocanto, et al (2013). El ensilaje de maíz se debe clasificar de humedad alta, debido a que presenta valores de Materia Seca <25%. Ocanto, et al (2013).

En cuanto a la proteína (PC), se observa una diferencia entre los ensilajes con mazorca y sin ella, siendo los valores con mazorca más altos, a su vez se evidencia que a mayor número de inclusión de melaza en el silo tiende a descender la cantidad de proteína dentro del silo. Estos valores de los ensilajes de maíz con mazorca son muy similares a los Mancipe-Muñoz (2022), pero inferiores en los resultados de ensilajes sin mazorca.

En cuanto a la fibra en detergente neutro (FDN), encontramos mayores valores, en los tratamientos sin mazorca que los que tiene mazorca, a su vez de una tendencia a incrementar los mismos cuando aumentan los valores de inclusión de melaza

Los valores de la fibra en detergente ácido (FDA), van de 50.33 a 60.03 encontramos valores más altos en los tratamientos sin mazorca, adicional un incremento al aumentar el porcentaje de inclusión de melaza. Valores de FDN, muy similares a los encontrados en ensilajes de maíz, los cuales fueron similares a los reportados por Mussadiq et al (2012).

La digestibilidad in vitro de la materia seca (DIVMS), encontramos valores más altos en los tratamientos con mazorca que sin ella, y a su vez una tendencia hacia disminuir a medida que aumenta las inclusiones de melaza en el estudio. Según lo reportado por Torres, et al (2009), donde los valores de digestibilidad varían de 52.55 a 74.62, siendo los ensilajes con mazorca los de mejores reportes, pero con poca diferencia entre tratamientos.

TRATAMIENTOS		Como % de Materia Seca				
Concepto	Melaza	MS	PC	FDN	FDA	DIVMS
Con mazorca	2% T1	19.24	9.61	50.33	27.92	74.62
	4% T2	20.27	8.43	52.66	28.34	73.24
	6% T3	22.55	7.42	54.06	29.55	71.35
Sin mazorca	2% T4	19.34	6.27	57.66	31.92	69.53
	4% T5	21.02	5.17	58.12	32.44	67.75
	6% T6	22.26	4.64	60.03	35.43	62.55

Nota: en la tabla se evidencia los resultados bromatológicos de los tratamientos.

Tabla 1

Resultados de análisis bromatológico

CONCLUSIONES

Como conclusión podemos decir, que las diferencias entre materia seca son de 3% aproximada mente y que hubo mayor porcentaje en los tratamientos con mayor porcentaje de melaza, lo que nos reafirma que a mayor porcentaje de inclusión de melaza mayor Materia Seca MS. Teniendo en cuenta de la MS de la melaza varía desde 75% a 83%, siendo valores altos, da debido a que la melaza posee un bajo de contenido de agua, debido a su proceso de elaboración, por ende se concluye que al tener un mayor porcentaje de melaza aumenta la materia seca.

En cuanto a la proteína PC se observa que hay mayor presencia en los tratamientos con mazorca que sin la misma aunque la diferencia en ellas entre tratamientos con la misma inclusión de melaza, no supera los 3% entre ellos, como era de esperarse, debido a que la mazorca posee buenos nutrientes dentro de la planta, pero la diferencia no es tan superior, sumado a esto los tratamientos mayor porcentaje de melaza tienen menor porcentaje de proteína.

En las fibras tanto de FDN como FDA, podemos analizar que los tratamientos con mazorca tienen una mejor calidad que los tratamientos sin mazorca, aunque la diferencia no es mucha que pueda afectar sustancial mente una decisión, se observa un aumento en los tratamientos con mayor inclusión de melaza, debido a que estos tratamientos poseen mayor porcentaje de melaza que varía los números el experimento.

La digestibilidad in vitro de la materia seca DIVMS, es mejor en los tratamientos con mazorca, lo que también es de esperarse debido a que en ella existen mejores nutrientes, aunque la digestibilidad disminuye e medida que aumenta los porcentajes de inclusión de melaza, aunque no de manera tan significativa, lo que nos indica a que la mejor digestibilidad la encontramos en el tratamiento con 2% de inclusión de melaza, tanto en los tratamientos, con mazorca como sin mazorca, lo que se concluye que no se justifica aumentar el porcentaje de melaza en los silos de maíz.

RECOMENDACIONES

Se debería explorar la posibilidad de vender la mazorca en el ensilaje de maíz, para obtener un costo de oportunidad y bajar los gastos de producción de ensilaje para bovinos, e inclusive pensar que con los recursos de la ganancia de la venta de mazorca, se podría suplementar con otras materias primas, la proteína en la dieta del animal. En países como Colombia el consumo de mazorca verde es abundante y el mercado para este tipo de producto es muy amplio, en toda época del año y pensar en vender este producto, ayudaría a bajar los costos de producción, siendo el ensilaje un subproducto del cultivo, a su vez una alternativa viable para tener presente en la costa Caribe Colombiana.

Se debe realizar más estudios sobre esta investigación, teniendo en cuenta los resultados obtenidos, sumando a un estudio económico, para determinar qué tan viable es este tipo de recomendación, además de cómo podría impactar en la economía rural de nuestro país Colombia.

REFERENCIAS

Bernal, J., Chaverra, H., ARCINIEGAS, A., & ACEVEDO, G. (2002). Ensilaje, heno y henolaje: tipos, métodos y nuevas tecnologías. *Bogotá (Colombia) Ángel Agro, Ganadería Intensiva, Ideas Agropecuarias 2002*.

Bernal, J. (1988). *Pastos y forrajes tropicales*. Banco Ganadero.

Gutiérrez Cruz, D. L., & Rodríguez Walteros, Y. A. (2017). Estandarización de análisis bromatológico de concentrado para bovinos por el método de Van Soest. <https://expeditiorepositorio.utadeo.edu.co/handle/20.500.12010/2679>

Ocanto, G., Acevedo, I., & García, O. (2013). Evaluación de las características fisicoquímicas y funcionales del ensilaje de maíz (*Zea mays*) Y ensilaje de sorgo (*Sorghum vulgare*). Municipio Urdaneta del Estado Lara. *Agroindustria, Sociedad y Ambiente*, 1(1), 110-129. <https://revistas.uclave.org/index.php/asa/article/view/2399>

Mancipe-Muñoz, E. A., Castillo-Sierra, J., Vargas-Martínez, J. D. J., & Avellaneda-Avellaneda, Y. (2022). Calidad composicional del ensilaje de tres cultivares de maíz (*Zea mays*) del trópico alto colombiano. *Agronomía Mesoamericana*, 46412-46412. <https://www.scielo.sa.cr/pdf/am/v33n2/2215-3608-am-33-02-00018.pdf>

Martín, P. C. (2004). La melaza en la alimentación del ganado vacuno. *Avances en Investigación Agropecuaria*, 8(3), 1-13. <https://www.redalyc.org/pdf/837/83708301.pdf>

Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. (2018). Boletín Evaluaciones Agropecuarias Municipales 2016 – 2017. <https://www.agronet.gov.co/Paginas/inicio.aspx>

Mussadiq, Z., Hetta, M., Swensson, C., & Gustavsson, A. (2012). Plant development, agronomic performance and nutritive value of forage maize depending on hybrid and marginal site conditions at high latitudes. *Acta Agriculturae Scandinavica Section B – Soil and Plant Science*, 62(5), 420–430. <https://doi.org/10.1080/09064710.2011.639795>

Torres, J. H. (2020). Comparación de tres tipos de ensilaje (maíz, sorgo, y caña de azúcar) en la producción de leche: Revisión de literatura. <https://bdigital.zamorano.edu/server/api/core/bitstreams/5940d5b8-7722-4a5e-af12-c9930785df3d/content>

Torres, G., Arbaiza, T., Carcelén, F., & Lucas, O. (2009). Comparación de las técnicas in situ, in vitro y enzimática (celulasa) para estimar la digestibilidad de forrajes en ovinos. *Revista de Investigaciones Veterinarias del Perú*, 20(1), 5-9. http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1609-91172009000100002&script=sci_arttext&tlng=en

AS MEMÓRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO QUILOMBO DE FURADINHO

Data de aceite: 26/08/2024

Renné da Glória Andrade

Doutoranda. UESB/Museu Pedagógico

Ana Elizabeth Santos Alves

Doutora. UESB/Museu Pedagógico

RESUMO: O artigo aborda as memórias do trabalho agrícola familiar e as dificuldades de sobrevivência em lotes pequenos, que impulsionam a mobilidade como alternativa para manutenção da existência. O nosso objetivo consiste em analisar as memórias do trabalho de homens e mulheres e as dificuldades que refletem a desestruturação, ou a resistência nos modos de produzir a existência no quilombo de Furadinho. Com base nas entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e observação participante analisamos as condições da agricultura camponesa familiar no quilombo de Furadinho, tendo o trabalho como um princípio educativo, no qual expressam saberes e experiências, por meio do convívio diário.

PALAVRAS-CHAVE: memórias; trabalho; quilombo de Furadinho.

ABSTRACT: The article addresses the memories of family agricultural work and the difficulties of survival on small plots, which encourage mobility as an alternative to maintaining existence. Our objective is to analyze the memories of the work of men and women and the difficulties that reflect the disruption or resistance in the ways of producing existence in the Furadinho quilombo. Based on semi-structured interviews, conversation circles and participant observation, we analyzed the conditions of family peasant farming in the Furadinho quilombo, using work as an educational principle, in which they express knowledge and experiences, through daily interaction.

KEYWORDS: memories; work; quilombo of Furadinho.

INTRODUÇÃO

A história oficial sempre tratou os povos originários e negros como arruaceiros, preguiçosos, bárbaros e selvagens. Gente que precisava ser domesticada e catequisada. Foram expulsos de suas terras, maltratados e torturados. Seus gritos e gemidos foram

sufocados, para impor-lhes novos padrões de conduta e novos valores que contemplassem o processo de desenvolvimento desenfreado do capital. Segundo os relatos coletados junto aos moradores sistematizados pelo Diagnóstico do Quilombo de Furadinho/DQF-Bahia (2013), o quilombo de Furadinho foi reduto de lutas e resistências às diversas tentativas de capturá-los.

O lugar (localização) é um marco salutar da memória. O lugar para as comunidades quilombolas é o seu território de origem. Existe toda uma áurea afetiva, econômica, cultural e religiosa que envolve o território. O lugar da ancestralidade, onde a pessoa nasceu, cresceu, onde estão enterrados os seus entes queridos, onde cada um ganha o sustento de sua família, onde vivem, moram, trabalham, aprendem saberes, cultuam a fé, se reúnem e confraternizam.

Se o que vemos hoje toma como lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências. (HALBWACHS, 2006, p. 26).

O lugar oferece certa estabilidade à memória, na medida em que as modificações nos lugares acontecem de forma mais lenta. Essa relação com os fatos, o lugar e com os outros potencializa as rememorações.

Os lugares de memória, conforme nos adverte Nora (1993, p. 26), podem ser vistos sob dois prismas: “os lugares dos dominantes e os lugares dos dominados”. Esta pesquisa procura dar ouvidos e escutar os quilombolas e divulgar suas ideias e demandas por circuitos anteriormente inacessíveis a eles, para que haja uma intervenção no processo em curso que evolui na direção de extinguir essas comunidades tradicionais. É o caso do território que constitui o nosso campo empírico, um território que abrigava escravizados, indígenas e trabalhadores livres e que, ainda hoje, continua a abrigar os seus descendentes que não deixaram de ser invisibilizados, mas que, contudo, continuam lutando para conquistar as terras que lhes foram usurpadas e assim garantir a permanência do grupo no lugar.

A memória do grupo estudado registra Manoel Fortunato como o primeiro morador ligando Furadinho à comunidade quilombola do Bomba, no município de Belo Campo, local onde Manoel Fortunato casou-se com Jesuína Maria da França, tendo vários descendentes e de lá deslocou-se para essa região que possuía, na parte baixa, um “olho d’água” capaz de oferecer água em abundância. O surgimento da comunidade remete à segunda metade do século XIX, conforme o Diagnóstico do Quilombo de Furadinho (Bahia, 2013, p. 04).

A descendência desse Manoel Fortunato era negro cativo, [...] que fugiram eles moraram ai no Bomba, do Bomba ai agora foi encostando, foi abrindo e encostando mais os brancos... agora eles vinha corrido de fazendas que tinha né, eles fugia e saia extraviado ai correndo escondendo... Era meu tataravô... ele veio quando eles abriu logo as estradas ai, ele saiu viajando acho que junto também, quando chegava nesses lugar assim achava que as vezes tava bom demais, e fazia morada ali né, arranchava ali e saia abrindo, abrindo... e fez morada ali, fazia um rancho depois do rancho tocava uma roça, ia cuidando da casa tapava tudo de enchimento, madeira era demais ai eles fazia aquelas casas de enchimento, aqui de primeiro as casas tudo era de enchimento... era assim... Manoel Fortunato da França foi o primeiro morador daqui, e a família todo espalhou tudo... Tinha a estradinha, essa estrada velha você não conheceu, de belo campo pra cá... veio pelos matos abrindo carreira, cortando abrindo pra poder passar quando saia nesses lugar botava nome, quando chegou aqui tudo era mata, só tinha as lagoinhas em roda, assim mesmo com aquelas madeiras antigas... quando abriu ai tem uns dez anos ainda tinha teco no meio da lagoa... todo de pau ferro, de braúna...

De acordo com a memória dos moradores, Manoel Fortunato avançava mata adentro em busca de boas terras e de se manter escondido. Fugir era uma atitude extrema de rebeldia de um escravo e significou, para muitos, mutilações de partes do corpo, quando não a morte dos capturados, que era usada como exemplo para os demais. Como o receio de ser capturado era enorme, Manoel Fortunato, usando os saberes da experiência, foi espalhando seus descendentes pelos lugares desbravados no intuito de manter a descendência e de, ao mesmo tempo, usar os lugares como estratégia de fuga. Dessa forma, seus descendentes foram responsáveis pela constituição de outros quilombos na região de Vitória da Conquista.

A comunidade quilombola de Velame, também na Bahia, que fica a 20 km de Furadinho, é oriunda da mesma família de Manoel Fortunato, sendo constituída pelos seus descendentes de primeiro grau. Seu surgimento remete ao final da década de 1870 e início da década de 1890, conforme apresentado por Conceição¹ (2016) em sua tese de doutoramento. Essa comunidade foi certificada pela fundação Cultural Palmares em 15 de setembro de 2004, o que comprova que a origem do quilombo de Furadinho é anterior a esse período. A outra comunidade originária da mesma descendência de Manoel Fortunato é a comunidade quilombola de Cachoeira dos Porcos, também na Bahia, certificada pela Fundação Cultural Palmares em 08 de novembro de 2013. Dessa forma, podemos afirmar que essas duas comunidades são ramificações originárias da comunidade quilombola de Furadinho.

O quilombo de Furadinho encontra-se localizado a 554 km de Salvador, capital baiana, a 36 km da sede do município de Vitória da Conquista e a 20 km do distrito de Iguá.

A comunidade está localizada em uma área de relevo acidentado, com uma pequena faixa de planície. O nome Furadinho é oriundo da topografia da região, cuja formação assemelha-se a um funil, no período das chuvas a água que escorre dos morros concentra-

¹ Para mais informações ver Conceição (2016).

se na lagoa, parte mais baixa. Essa lagoa abastecia toda a comunidade nos tempos de outrora e, ainda hoje, constitui um reservatório de água constante.

De acordo com os dados coletados pelo Planejamento Participativo Rural Sustentável da Comunidade de Furadinho (BAHIA, 2011), o bioma típico da comunidade é a caatinga, com árvores de pequeno e médio porte muito resistentes à escassez de chuvas. A localidade possui uma estreita faixa de vegetação nativa com árvores de médio porte como: Pau ferro, Arueira, Mulungu, Umburana e Jurema preta. As árvores de pequeno porte são constituídas por troncos grossos, galhos retorcidos e cinzentos, distribuídos de forma espaçada. No período das secas, as árvores perdem as folhas criando uma paisagem de “mata seca”, mas, logo após as primeiras chuvas, o verde reaparece com força. Há plantas que são constituídas por muitos espinhos e poucas folhas, resultantes do clima seco. O solo da caatinga na maior parte do ano apresenta terra seca, em alguns pontos pode ser caracterizado como pedregoso, contudo, possui elevado nível de fertilidade.

De acordo com as informações colhidas com a presidente da associação de moradores e com a agente de saúde, a localidade abriga em torno de 120 famílias, o que constitui um total em torno de 560 pessoas entre moradores da sede e da comunidade adjacente Mata de Cipó.

A área da comunidade gira em torno de 580,80 hectares. Com lotes em torno de 1 a 5 hectares por família. Os filhos que permanecem na comunidade ao constituírem famílias constroem suas casas no mesmo lote da família, de forma que cada lote possui, atualmente, entre três a oito casas. Algumas residências mais antigas foram construídas com adobe (tijolos de argila crua) e cerca de 60% a 40% delas estão feitas de alvenaria.

O trabalho como princípio educativo requer ser pensado historicamente como elemento “capaz de educar no sentido da formação humana, de desenvolver o homem em suas potencialidades” (CIAVATTA, 2019, p. 141-142). Não se trata apenas do preparo para o desenvolvimento disciplinar de uma atividade, mas da criação de meios, estratégias, saberes para os processos produtivos que, quando atrelados ao conhecimento técnico e científico, possibilitam formas de atuação emancipatórias, mesmo quando o trabalho está envolto em contradições nos diversos aspectos que envolvem a vida humana. As formas de acesso ao trabalho e à educação determinam o ser social mediante as possibilidades que lhes são apresentadas em suas múltiplas dimensões.

Neste artigo, vamos analisar as memórias do trabalho de homens e mulheres e as dificuldades que refletem a desestruturação, ou a resistência nos modos de produzir a existência no quilombo de Furadinho. Dividimos a nossa reflexão além da introdução em três subseções, que foram assim organizadas: 1- tratamos da metodologia utilizada; 2- abordamos o trabalho como princípio educativo para homens e mulheres do quilombo de Furadinho; 3- ressaltamos as memórias dos saberes do trabalho no campo e em seguida apresentamos as considerações finais.

METODOLOGIA

A pesquisa embasa-se no materialismo histórico dialético e se desenvolve por meio de entrevistas semiestruturadas em quatro famílias da comunidade. A constituição do corpus constitui de nove entrevistas. Utilizamos também de fontes documentais e fotografias, rodas de conversa, diário de campo, que corroboram com os fatos relatados. As entrevistas constituem a base na qual empiria e teoria se articulam para a efetivação dos resultados apresentados.

A baliza que define a linha temporal desta pesquisa é demarcada a partir das memórias das vivências trazidas pelo nosso entrevistado mais idoso, que rememorou fatos e situações ocorridas em sua trajetória de vida desde o seu nascimento, em 1925, até os dias atuais.

Em respeito ao compromisso ético com o trabalho acadêmico, a pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil, em 23/09/2021 e foi aprovada com o CAAE: 53841121.5.0000.0055 em 17/12/2021.

TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO PARA HOMENS E MULHERES DO QUILOMBO DE FURADINHO

É por meio do trabalho que o ser humano dá um salto ontológico contornando determinações puramente instintivas e biológicas e realizando ações pensadas e planejadas, resultado da inteligência humana. Nessa direção, Marx (2013, p. 255) conceitua trabalho no sentido ontológico como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

É por meio do trabalho que homens e mulheres adquirem os meios necessários para suprir suas necessidades, adquirem saberes e desenvolvem suas potencialidades. Ao mesmo tempo em que modificam a natureza, em um movimento cíclico, são por ela também modificadas.

Seguindo essa mesma acepção, Suzana Albornoz (2012) define trabalho como uma atividade determinada, orientada à transformação, mesmo que, muitas vezes, seja penosa. A autora apresenta como o trabalho foi se resignificando dentro das temporalidades históricas e adquirindo significações em outras línguas², assim como no português falado no Brasil. No português, há *labor* e trabalho.

2 O latim distingue entre *laborare*, a ação de *labor*, e *operare*, o verbo que corresponde a *opus*, obra. Em francês, é possível reconhecer, pelo menos, a diferença entre *travailler* e *ouvrer* ou *oeuvrer*; sobrando ainda o conteúdo de *tâche*, tarefa. Assim também, *laborare* e *operare* em italiano; e *trabajar* e *obrar* em espanhol. No inglês, salta aos olhos a distinção entre *labour* e *work*, como no alemão, entre *Arbeit* e *Werk*. (ALBORNOS, 2012, p. 8).

Embora na palavra trabalho encontremos ambas as significações: atividade que, “dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável” (ALBORNOZ, 2012, p. 9), a autora destaca a importância do trabalho para transformações diversas na sociedade e salienta dois tipos de trabalho: o intelectual e o físico.

[...] o homem trabalha quando põe em atividade suas forças espirituais ou corporais, tendo em mira um fim sério que deve ser realizado ou alcançado. Assim, mesmo que não se produza nada imediatamente visível com o esforço do estudo, o trabalho de ordem intelectual corresponde àquela definição tanto quanto o trabalho corporal, embora seja este que leve a um resultado exteriormente perceptível, um produto concreto ou uma mudança de estado ou situação. (ALBORNOZ, 2012, p. 11).

O primeiro é responsável por propiciar transformações na sociedade por meio da invenção tecnológica, enquanto o segundo é responsável por executar as atividades as quais são designados. A autora apresenta a importância da ação do trabalho humano para a transformação do espaço social em que vive, bem como para a transformação de toda a sociedade.

No campo religioso, o trabalho constitui a capacidade do ser humano honrar a si e a Deus no cumprimento das tarefas que lhe são impostas. A perda de tempo é o principal de todos os pecados. A riqueza é louvável, o que se condena é o gozo (ócio e sensualidade). Ao longo do processo histórico aparece como vontade divina a divisão de homens e mulheres em classes e profissões (ALBORNOZ, 2012, p. 54-55).

Por sua vez, Maria do Carmo Brant de Carvalho (2012, p. 41) traz a vertente da objetivação do trabalho predominante na atualidade.

O trabalho deixa de ser uma atividade vital, criadora, prazerosa, para se tornar um mero meio de subsistência. O trabalho perdeu seu valor. Resta apenas o emprego e este é escasso no mundo tecnológico moderno, criando uma nova cisão alienante: os empregados passam a ser encarados como privilegiados, os não empregados como marginais. Mas mantém-se a afirmação básica de Marx: o homem percebe o trabalho como algo alheio e externo a ele. O trabalho alienado não só produz mercadorias como produz o próprio homem como mercadoria.

O trabalho passa a ser instrumento de dominação e opressão, perdendo todas as suas qualidades afetivas, criadoras, integradoras dos saberes construídos historicamente nos seios familiar e social, para transformar-se em uma relação entre estranhos, na qual o individualismo e a competição preponderam. Todas as decisões políticas, econômicas, culturais, religiosas, educacionais e existenciais ficam sob o controle da classe dominante.

O processo pelo qual o trabalho é convertido em trabalho assalariado e a força de trabalho em mercadoria permite a acumulação do capital. Pelo processo de expropriação no qual trabalhador é privado da propriedade da terra e dos meios de produzir ele se vê obrigado a dispor da única mercadoria que possui: sua força de trabalho. A necessidade

do mercado por mão de obra faz emergir essa massa flutuante de pessoas que se move de acordo com os interesses do capital. A mercadoria só pode ser vista do ponto de vista de sua quantidade e qualidade. A relação quantitativa intercambia valores de uso de um tipo por valores de uso de outro tipo e a qualidade determina o seu valor. O valor da força de trabalho do trabalhador é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua subsistência (mantê-lo vivo) em condições normais de vida. A tendência geral dos preços da mão de obra tende a cair pelo grande número de trabalhadores desempregados e pelas pressões do capital para aumentar, ao máximo, a mais-valia, tendendo a reduzir o salário do trabalhador sempre ao mínimo (ENGUITA, 1993).

A grandeza do trabalho é medida pela quantidade de duração e tempo. As principais unidades de tempo utilizadas para medir o trabalho são: horas e dias. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasto na sua produção, ou seja, o tempo socialmente necessário à produção da mercadoria em graus médios de habilidade e de intensidade e em condições normais (MARX, 1985).

O trabalho é responsável pela construção de nossa humanização e pode ser visto como um elemento emancipador, ou como instrumento de submissão e escravização. Na forma como a sociedade atual é organizada, ao comprar a força de trabalho, aquele que detém o capital utiliza-a de acordo com seus interesses para produzir bens com valor de mercado. Ao capitalista que compra a força de trabalho interessa-lhe produzir valor, assim, o processo de consumo da força de trabalho é um processo de produção de mercadorias e de excedentes. Quando a força de trabalho do trabalhador já não produz o esperado pelo capitalista ela é, automaticamente, substituída. Nessa relação capitalista, o trabalhador assalariado já não se percebe como produtor do seu trabalho, pois ele se constitui como ínfimo fragmento de um processo total que ele não domina.

Por outro lado, no trabalho do pequeno agricultor familiar há um domínio completo de todas as etapas do processo de trabalho. Os saberes adquiridos desde a infância no convívio com os familiares se expressam em experiências de trabalho, pois o trabalhador possui todo o controle, desde o momento certo para limpar a terra, plantar, controlar as pragas e colher. O trabalhador mobiliza a sua força física, bem como, a sua capacidade intelectual e criativa. Manter essa forma de produção se configura como uma forma de resistência ao sistema perverso de desenvolvimento capitalista (KUENZER, 1995).

O trabalho agrícola familiar é subjetivo e determinado pelas condições naturais em que o aprendiz aprende com a parentela nas atividades diárias do campo. Ele é limitado ao contexto da fazenda ou roça, conforme foi por diversas décadas anteriores a nossa, e ainda persiste em algumas comunidades tradicionais. Por outro lado, o aprendizado hoje ocorre de forma ampla sobre o que é produzido socialmente (contexto universal) nas suas possibilidades, contradições, materialidade, para assim compreendermos o que é possível produzir em termos de ideias, saberes e conhecimentos no trabalho.

A categoria trabalho na perspectiva ontológica é primordial para compreendermos o próprio ser humano, sendo condição indispensável para a sobrevivência de homens e mulheres. Desse modo, Dermeval Saviani (1996a, p. 152) explicita que:

À medida que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida, é que ele se constitui propriamente enquanto homem. Em outros termos, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isso podemos dizer que o trabalho define a essência humana.

O trabalho é a condição de existência do ser humano, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação entre o ser humano e a natureza e, portanto, da vida humana. Por meio das experiências de trabalho, a pessoa apreende, generaliza e universaliza os saberes que detém por meio do uso da linguagem articulada. Esse movimento expressa a condição mediadora do desenvolvimento histórico do ser humano em cada formação social e as maneiras como os atos de trabalhar e educar ocorrem nesse processo; logo o trabalho é um ato educativo (SAVIANI, 2013). Dessa forma, o princípio educativo do trabalho na relação entre seres humanos e natureza pode ser visto como uma relação dialética.

Os fundamentos ontológicos e históricos da relação trabalho e educação referem-se ao processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios seres humanos. Com o desenvolvimento da produção, algumas pessoas se apropriaram dos meios de produção o que levou à divisão do trabalho e, conseqüentemente, à apropriação privada da terra e à divisão das sociedades em classes. O controle privado da terra possibilitou aos proprietários viverem do trabalho alheio. As relações sociais ao longo de todo o processo histórico são revestidas por relações de troca, produção, reprodução, distribuição e consumo que, por sua vez, revestem-se de constantes transformações no processo de produção da vida. O trabalho, em determinados contextos, pode ser visto como um meio alienante, mas, por outro lado, pode ser visto como elemento historicamente necessário à libertação. Para Saviani (2007, p. 155), “o que garante a existência humana é a educação, ou seja, o homem forma-se homem, pela produção e pelo processo educativo. O trabalho define a essência humana”.

Martins (2000, p. 716) descreve que na agricultura camponesa familiar a quantidade do que se deve cultivar é determinada pelo “número de bocas a alimentar e também pelo número de braços de que dispõe a família”. As etapas do processo de trabalho se acumulam e sobrecarregam os demais em decorrência de alguns fatores: falecimento, casamento, quando o filho sai para estudar fora da comunidade, ou migra para trabalhar em outro lugar. Os que ficam de alguma forma precisam realizar as atividades dos ausentes, o que gera uma sobrecarga de afazeres.

A produção agrícola camponesa familiar em Furadinho gira em torno do plantio da mandioca embora outros produtos também sejam cultivados. Os saberes do trabalho se assentam no manejo do solo, na seleção dos grãos ou maniva, no plantio, na colheita e no beneficiamento do produto, como no caso de Furadinho que produz a farinha da mandioca, a tapioca ou goma e a puba nos moldes deixados pelos seus antepassados e que continuam sendo empregados até hoje, ainda que com algumas modificações, como é o caso da casa de farinha. O saber no campo também requer conhecimentos sobre o comércio, as formas de comercializar o pequeno excedente produzido. Os saberes dos trabalhadores e das trabalhadoras não se restringem à agricultura e às casas de farinha, paralelamente também utilizam os saberes relacionados à criação de animais: porcos, vacas, galinhas e cabras, com os quais complementam o sustento familiar por meio da carne, do leite e dos ovos. O processo de aprendizagem de cada um desses saberes ocorre na prática das relações de trabalho.

Os avanços tecnológicos como os elétricos, os de maquinários, as sementes modificadas, os adubos e fertilizantes, para incrementar a produção capitalista do agronegócio, seguem um ritmo desenfreado independente do período do ano. Dinâmica que se contrapõe à produção do pequeno produtor da agricultura camponesa familiar, pois o seu acesso a esses benefícios tem sido muito pequeno, principalmente, porque passa pela condição financeira. Em Furadinho, todo o trabalho agrícola é realizado de forma manual. Todos os conhecimentos e saberes são transmitidos de uma geração a outra pela oralidade, no fazer e refazer das atividades diárias de trabalho. Quando as famílias dispõem de recursos, contratam esporadicamente um trator para revirar o solo, deixando-o em condições ideais para o plantio.

Com efeito, embora a produção permaneça familiar, tanto as transformações tecnológicas, quanto as mudanças de comportamento nas sociedades modernas afetaram a composição interna da família. Não só as famílias são atualmente mais reduzidas [...]. Ao mesmo tempo, o consumo é redefinido. Por um lado, em sua própria composição. Participando plenamente da sociedade moderna o agricultor aspira ao acesso a todos os bens socialmente disponíveis. Não se trata, mais assim, de garantir a reprodução social à base do mínimo vital, mas do direito a um modo de vida moderno, o que inclui o acesso a um conjunto complexo de bens materiais e culturais. (WANDERLEY, 1998, p. 150-151).

Quando a produção não consegue oferecer ao jovem acesso aos bens materiais, ele vai em busca de meios para obtê-los e o assalariamento aparece como o meio mais viável. O grande desafio da agricultura camponesa familiar com famílias reduzidas é dar formação aos jovens para que os novos conhecimentos adquiridos possam ser ressignificados na forma de melhoria nas condições de trabalho e aumento da produção para que possam ter acesso aos bens materiais e culturais desejados permanecendo no próprio território. São grandes os desafios que envolvem essa comunidade tradicional.

A pesquisadora Célia Vendramini (2006) fornece subsídios teóricos e metodológicos fundamentais para compreendermos a realidade e suas contradições, considerando aspectos objetivos e subjetivos, singularidade e totalidade e a dialética passado, presente e futuro. É importante, “considerar o contexto, a materialidade, as condições objetivas de realização do trabalho, a experiência humana e a aprendizagem constituída coletivamente pelos sujeitos sociais” (VENDRAMIN, 2006, p. 124).

No contexto atual de excedente de mão de obra desqualificada e de poucas vagas de emprego, trabalhar significa ser explorado. O aprendizado do trabalho para postos no comércio e na indústria constitui um conhecimento técnico, prático e imediato. Enquanto que o pequeno produtor da agricultura camponesa familiar cultiva em seus lotes produtos alimentícios sob a forma de cooperação econômica com o grupo familiar. Dessa forma, constitui também uma maneira de disseminação de saberes.

Uma coisa que aprendi em casa mesmo, na roça, com meus avós, meus tios e meus primos, é que a agricultura familiar é, sobretudo, uma forma básica de cooperação econômica e é, também, uma comunidade. Nos momentos de colheita, quatro gerações da família se reuniam para executar o trabalho dos mais fracos, sobretudo dos velhos. Eram muitas semanas de muito trabalho e também de muita alegria. Um momento, propriamente, de comunhão. (MARTINS, 1997, p. 121).

Descrições como a de Martins estão presentes nas memórias dos moradores de Furadinho, pois retrata a forma como desenvolviam o trabalho coletivo, contando com a participação de toda a família, o que se constitui como forma de produzir a vida coletivamente por meio da cooperação. O contexto histórico e econômico da comunidade que se quer investigar é de suma importância para a apreensão dos saberes do trabalho. O conhecimento não fica aprisionado a um dado momento histórico, ele nos ajuda a reconhecer quem somos, porque estamos aqui e junto com as possibilidades humanas que se manifestam.

MEMÓRIAS DOS SABERES DO TRABALHO NO CAMPO

Na comunidade, a agricultura familiar camponesa continua utilizando as técnicas que foram ensinadas pelas gerações anteriores. A enxada, a foice, o facão, o cavador constituem os principais instrumentos de trabalho. As famílias que têm condições contratam o trator para arar o solo.

O modo de produção da existência no Quilombo de Furadinho não está atrelado apenas ao trabalho coletivo; outras formas de trabalho coexistem no mesmo espaço, como o trabalho por diária, o trabalho de meeiro, a empreitada, o trabalho assalariado, que leva os moradores a se deslocarem diariamente para Vitória da Conquista para trabalharem no comércio, nas indústrias, nas residências e no serviço público.

Os saberes da experiência do trabalho de mutirão como expressão de resistência podem ser observados nos costumes que vigoram na organização desse trabalho coletivo. Essa prática vigora tanto no trabalho agrícola, como na organização da vida comunitária e prima pela reciprocidade, pela solidariedade e pela ajuda mútua entre os vizinhos, constituindo elementos culturais que fortalecem os vínculos de convivência social.

Em entrevista realizada em 2021, o senhor José explica como acontecia o trabalho de mutirão.

Nóis fazia o mutirão aqui na roça pra limpá, limpava a roça de um, outro dia na roça do outro, outro dia na roça do outro, na troca. Agora, tinha aqueles, um dava comida, outro só dava o lanche das 9 hora, aguentava até meio dia, outro só dava meio dia, aqueles que podia fazia uma comida... agora aqueles que não podia falava que só posso fazer mutirão até meio dia, não posso dá comida, fazia o café, fazia aquele monte de beiju³ de massa e levava. (JOSÉ, 2021, *entrevista*).

O dever moral de ajuda mútua originado pela solidariedade do mutirão constitui, ainda hoje, uma forma de trabalho colaborativo que persiste nos modos de vida comunitária como componente atuante na preservação dos elementos culturais que fortalecem os vínculos de convivência social.

Esse comunitarismo tem seu melhor e, de certo modo, mais problemático desdobramento nos mutirões, sobretudo os mutirões de roça. Nas regiões de fronteira, os mutirões foram e têm sido grandes momentos de solidariedade temporária. Deram e dão certo quando ao trabalho concreto podem associar a convicção interior de que há no gesto e na participação uma inquantificável doação desinteressada, expressão propriamente da caridade, algo que não comporta retribuição compulsória. (MARTINS, 2000, p. 716).

O trabalho de mutirão visa suprir necessidades individuais e, ao mesmo tempo, coletivas, porque são comuns ao grupo e o produto gerado tem valor de uso, o qual está determinado pelas condições materiais e sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nosso entrevistado rememora que saía bem cedinho para o trabalho na roça e lá permanecia até as 15h. Quando a roça estava distante da casa, só almoçava depois que retornava. Quando a roça estava mais próxima, a mulher enviava um dos filhos com o almoço⁴, nesse caso, o trabalho se estendia até o final do dia.

3 O beiju é produzido com a massa da mandioca. Ele pode ser feito de duas formas: com a massa da mandioca fresca ralada e espremida, coloca um pouco de massa com a colher e com o fundo da colher aperta levemente a massa. Já o beiju de tapioca pode ser feito em diversos formatos recheados com coco e açúcar. No rememorar da minha infância, adorava ir para as casas de farinha da minha comunidade ver a feitura do beiju e comê-los quentinhos, assim que saiam do forno, pois ficavam bem crocantes. O campo empírico trouxe várias recordações da minha infância na comunidade em que nasci, Rio Abaixo.

4 Quando ainda criança, por diversas vezes, acompanhei meus tios levarem o almoço dos trabalhadores e das trabalhadoras na roça. Quando eram muitos trabalhadores todos os utensílios domésticos eram utilizados nessa empreitada. Minha avó (Rosa) ia colocando individualmente o prato de cada um (podia ser panela, vasilha de alumínio, prato). Depois, ela amarrava cuidadosamente cada um com um pano de prato para não revirar no trajeto. Quando eram poucos trabalhadores, o trajeto era feito a pé. Nos mutirões usava um carro de boi para levar o almoço e o café. Assim que terminava o almoço era hora de colocar novamente as panelas no fogo para preparar a janta. Quando chegavam da roça por volta das 17h eram servidas a cachaça para os que bebiam e a janta. Eu me recordo que muitos trabalhadores levavam o jantar para casa, porque aquela refeição seria a primeira do dia para os que ficaram na residência. Minha avó

Ele relata que trabalhou por diversas vezes em fazendas da região no serviço de empreitada, no qual ele era responsável por reunir o grupo de trabalhadores. “Eu trabaei um tempo de empreiteiro, tinha uma turma de 10. Quando eu recebia o pagamento distribuía com eles, tinha parente e gente que vinha de longe atraís de emprego” (JOSÉ, 2021, *entrevista*).

O fazendeiro o contratava para realizar uma tarefa específica como limpar toda a roça, capinar, roçar, fazer cerca, entre outros. Quando o serviço era muito grande e a fazenda estava distante, os trabalhadores montavam um acampamento por lá e só retornavam quando o serviço acabava. Quando o serviço se estendia por períodos longos retornavam quinzenalmente para ver a família. O acampamento era montado com os recursos disponíveis no local. Um dos trabalhadores ficava responsável por preparar as refeições dos demais. Ele relata que eram tempos difíceis. Quando todos se reuniam para as refeições, aproveitavam para conversar, contar piadas, faziam resenhas uns dos outros, nesses momentos era bem divertido “agora as cama que era triste. Tinha muita bananeira nas casas né, pegava aquelas paías trançava, fazia aquelas isteira né, de colchão. Não tinha colchão pra levar, pra dormir, era um sofrimento. Eu já sufri (risos)” (JOSÉ, 2021, *entrevista*).

Outra modalidade de trabalho comum em Furadinho era a roça por meias, na qual a produção era dividida em parte iguais entre o fazendeiro e o meeiro. O fazendeiro entrava com a terra e as sementes e o trabalhador com a força de trabalho. Essa modalidade era interessante para o fazendeiro, porque envolvia todo o núcleo familiar do trabalhador meeiro durante o ciclo agrícola e só no final o meeiro recebia sua parte.

Desde a idade de quatro, cinco ano. Oxe, nós levantava era cedo para ir na roça, pai pegava as roças de ameia do povo aí, quando estava chovendo ou no sol quente nós tinha que trabalhar, era capinando, plantando mandioca, essas coisas tudo. Quando produzia nós pegava o balaio, colocava na cabeça, subia as laderona com o balaio de milho, feijão, mandioca na cabeça e assim era a vida nossa. (LUZIMAR, 2022, *entrevista*).

Nessa estrutura, a família do trabalhador meeiro constituía uma reserva de mão de obra e, por estar acompanhado da família, era mais difícil para ele abandonar a fazenda. Verena Stolcke (1994), em *A família que não é sagrada*, assim define o trabalho de meeiro:

É uma forma de trabalho semelhante a um sistema de pagamento por volume de produção cuidadosamente negociado. [...] Remuneração na forma de proporção sobre o produto constitui um incentivo para o trabalhador intensificar seus esforços, desde que seu lucro depende da qualidade produzida. Além disso, meeiros são tipicamente contratados em unidades familiares. O sistema de ameia é um arranjo para todo o ciclo agrícola e apenas em seu final o meeiro receberá sua parte. (STOLCKE, 1994, p. 68).

A família meeira podia produzir sua própria roça de subsistência sem comprometer a produção destinada à divisão da produção entre patrão e meeiro. Quanto mais numerosa a família fosse, mais mão de obra somaria nessa dependência mútua pela sobrevivência.

comentava, “os que não jantam aqui, vão levar para os filhos”.

Sr. José também rememora os tempos de juventude e conta que trabalhou em sua própria casa de farinha por mais de trinta anos. Quando ficou com a idade avançada, vendeu os equipamentos, mas as ruínas do local de trabalho permanecem ao lado de sua casa. Ele narra como era difícil vender o produto do trabalho, colocava a carga de farinha no jumento e vinha a pé para Vitória da Conquista. Saía de casa de madrugada, bem cedinho, ainda escuro, quando chegava no local da feira já era no final da tarde. A feira acontecia onde hoje é a praça Trancredo Neves e a Barão do Rio Branco. Naquela época, essas praças não eram divididas e constituíam uma única rua, conhecida como Rua Grande.

O entrevistado Sr. José (2021, *entrevista*) conta que arriava a carga e procurava um cantinho para passar a noite. Nessa época, ficava cheio o local “tudo misturado, era gente, era bicho, dormia ali mesmo no chão, no outro dia vendia a farinha e comprava as coisas para casa que precisavam e aí era outra caminhada de novo, nesse tempo só quem tinha carro a óleo⁵ era o povo rico”.

Com base na descrição do Sr. José fomos em busca de registros históricos da cidade sobre a feira e encontramos, no trabalho do pesquisador Aníbal Viana (1982), na *Revista Histórica de Conquista*, uma descrição similar à apresentada pelo Sr. José ao retratar a situação dos feirantes após a derrubada do antigo Barracão, no ano 1912. A feira permaneceu no mesmo local, mas os feirantes estavam totalmente desprotegidos.

Assim, feitas ao ar livre as feiras semanais, sem o menor abrigo, ficando o povo impiedosamente exposto aos incômodos do sol ou das chuvas, não pode continuar por muito tempo, por que isso, além de trazer a todos grandes aborrecimentos, é prejudicialíssimo à saúde pública. Causa lástima, faz vergonha ver o modo por que são realizadas as feiras, aos sábados, entre nós, mormente nos dias invernosos. O local da feira transforma-se então num repugnante e perigoso lamaçal, notando-se asquerosa mistura de detritos vegetais com diversos gêneros alimentícios. (VIANA, 1982, p. 656).

Tanto a descrição do Sr. José, quanto a de Viana (1982) coadunam com a imagem da Feira de Vitória da Conquista, na década de 1930, que encontramos no arquivo digital do Museu Regional.

As pessoas aglomeradas, barracas e animais demonstram a importância da feira para a economia local, sendo considerada um importante centro comercial. No entorno, várias residências e estabelecimentos comerciais.

⁵ Carro a óleo era qualquer veículo automobilístico, independente do tipo de combustível.



Figura 7 – Feira Livre na Rua Grande, hoje atual Praça Tancredo Neves, na década de 1930

Fonte: Arquivo digital do Museu Regional⁶ de Vitória da Conquista.

A feira permaneceu nesse local até 1938, quando foi transferida para a Avenida Municipal, atual Lauro de Freitas, na gestão do prefeito Régis Pacheco. Dali foi transferida para a Praça da Bandeira, após a construção do Mercado Municipal (atual Mercado de Artesanato), na gestão do prefeito Antonino Pedreira de Oliveira (1946-1950). Devido ao rápido crescimento da cidade, o local tornou-se insuficiente para o funcionamento da feira. Na gestão de Fernando Spínola (1967-1971), após algumas desapropriações, a feira foi transferida para o Mercado e somente na gestão de José Pedral Sampaio (1983-1989) foi construída a CEASA⁷ – Central de Abastecimento de Alimentos, local onde permanece até hoje (VIANA, 1982).

O Sr. José também rememora que depois foram surgindo os carros de bagana⁸, por volta da década de 1970, e às vezes vendia toda a produção para o dono do carro. Nessa época, começou a surgir na comunidade a figura do comerciante atravessador. Com uma política desigual na estrutura dos preços, comprava o produto (farinha de mandioca) do

6 Ana Claudia Reis Rocha. Coordenadora do Museu Regional - Casa Henriqueta Prates/UESB Pça. Tancredo Neves, 114, Vitória da Conquista - BA, CEP: 45000-525. Fone: (77)3422-2559.

7 A pesquisadora Priscilla Rosa Azevedo (2023) desenvolveu sua dissertação denominada Memórias das mulheres feirantes sobre a percepção das relações de gênero no cotidiano do trabalho na Central de Abastecimento (CEASA) de Vitória da Conquista-Bahia, mas ela não trata da evolução histórica e social da feira. Sua abordagem se centra nas memórias coletivas e nas trajetórias de trabalho das mulheres feirantes no intuito de analisar as expectativas, realizações e frustrações, com base nas questões de gênero e trabalho.

8 Expressão usada para designar carros de frete que passavam pelos povoados levando a produção para as feiras. O entrevistado narra que eram comuns as brigas, devido a superlotação do transporte, além da troca e da mistura de alguns produtos.

pequeno produtor por um valor bem abaixo do mercado e vendia por valores elevados na cidade. Ainda é comum a família comercializar o produto com o atravessador, devido a dificuldades de deslocamento do produto e ao alto preço dos fretes.

A unidade de produção familiar sofre pressões sociais e econômicas com a baixa produtividade, o que propicia a coexistência de outras formas de trabalho dentro e fora da comunidade. A (des)estruturação dos modos de vida vai, aos poucos, denunciando o desmonte das formas de trabalho agrícola e da produção de farinha, pressionadas pelas fortes influências e interpenetrações do capital.

Assim, os saberes da experiência do trabalho apreendidos nas práticas diárias, no contato com outros, no lidar com a natureza e com os produtos vão esmaecendo e com isso as trocas intergeracionais propiciadas pelos saberes da experiência ficam comprometidas. Essa dinâmica permite a coexistência de outras práticas de trabalho, as quais requerem outros saberes, embora igualmente atravessados por formas diversas de exploração da mão de obra do trabalhador. A proximidade da cidade desperta o interesse dos jovens em busca de melhores oportunidades de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas pelos moradores de Furadinho não podem ser ignoradas. As tradições repousam sobre o vivido e o experimentado. Nesse sentido, Halbwachs (2004) assegura que recordar significa reconstruir o passado com base nos marcos sociais do presente. A memória coletiva não pode ser analisada se não levarmos em consideração os elementos presentes nos contextos sociais. Nesse sentido, o conglomerado que compõe a memória de cada indivíduo provém da articulação das memórias de diferentes grupos aos quais pertencem.

A memória pode ser compreendida como um processo de interação das memórias pessoais e sociais, sempre recompostas de novas interações e interpretações. Como seres sociais nunca estamos prontos, a vivência em comunidade nos permite sempre novos caminhos. De forma idêntica ocorre com a memória que vai se reconstruindo ao longo do tempo.

A categoria trabalho foi apresentada como essencial para a vida do ser humano, pois é por meio dela que as pessoas transformam a natureza e criam os meios necessários para a sobrevivência. O aprendizado do trabalho se dá nas práticas diárias, no contato com outros indivíduos que passam suas experiências no lidar com a natureza e com os produtos. Assim, as formas de se relacionar com o trabalho e o tempo se modificam de cultura para cultura e também no interior da própria cultura.

Outro aspecto relevante nesta pesquisa refere-se às dificuldades impostas pelo sistema do capital que corroboram para a exploração da mão de obra. A precarização do trabalho no campo em quaisquer de suas modalidades, diárias, meeiros, mutirão,

contrato temporário, sazonal nas quais muitos trabalhadores da comunidade estão condicionados foi outro aspecto abordado. O trabalho informal retira do patrão qualquer tipo de responsabilidade sobre o trabalhador, o que reacende a vulnerabilidade do grupo.

Assim, a força de trabalho se materializa e passa a ser apenas uma peça na engrenagem capitalista, em que a mais valia se sobrepõe a qualquer tipo de relação trabalhista. Esse processo se consolida nas relações contratuais temporárias nas fazendas próximas, ou nos deslocamentos para outros estados.

O trabalho agrícola, principalmente o plantio da mandioca e a produção de farinha constituem as principais fontes de produção do quilombo. A comunidade possui atualmente cinco casas de farinha, quatro com produções específicas, ou no período de colheita e uma casa de farinha com produção diária. Em épocas anteriores o número de casas de farinha era bem maior. Contudo, manter uma casa de farinha com produção diária constitui uma forma de afirmação da tradição e serve de incentivo para que outros moradores possam continuar plantando mandioca. Embora o plantio continue delimitado ao calendário das chuvas, faltando água no período de longas estiagens inclusive para as necessidades mais básicas.

Nessas fazendas a mão de obra foi substituída por máquinas, reduzindo custos com mão de obra e encargos trabalhistas, o que provocou um despovoamento do campo.

Mesmo com todas as barganhas capitalistas que tentam atrair os jovens para sair do quilombo e ingressar no mercado de trabalho urbano, trabalhar em Vitória da Conquista e ainda assim morar na comunidade pode ser configurado como uma forma de resistência. Várias circunstâncias foram elencadas para a pequena produção em Furadinho: lotes pequenos que limitam o plantio; o desmonte do trabalho familiar, ou o trabalho familiar enfraquecido; a falta de investimentos para a produção de pequenos produtores.

A unidade de produção familiar sofre pressões sociais e econômicas com a baixa produtividade, o que propicia a coexistência de outras formas de trabalho em outros espaços fora da comunidade. A (des)estruturação dos modos de vida vai, aos poucos, denunciando o desmonte nas formas de trabalho agrícola e da produção de farinha, pressionados pelas fortes influências e interpenetrações do capital. Assim, os saberes da experiência do trabalho apreendidos nas práticas diárias, no contato com outros, no lidar com a natureza e com os produtos vão, aos poucos, esmaecendo e com isso as trocas intergeracionais propiciadas pelos saberes da experiência ficam comprometidas.

A participação dos entrevistados nos resultados se dá na tentativa de mostrar a situação atual de produção do quilombo, o que poderá contribuir para novas perspectivas que melhorem as condições de produção e assegurem aos jovens o direito de permanecer no local e de tirar o próprio sustento do trabalho na terra.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

AZEVEDO, Priscilla Rosa. **Memórias das mulheres feirantes sobre a percepção das relações de gênero no cotidiano do trabalho na Central de Abastecimento (CEASA) de Vitória da Conquista-Ba**. Orientador: João Diógenes Ferreira dos Santos. 2023, 132f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento; Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Diagnóstico do Quilombo Furadinho - DQF**. Projeto de inclusão das comunidades remanescentes de quilombos. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 2013.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento; Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Planejamento Participativo Rural Sustentável da Comunidade Quilombola de Furadinho - PPC**. Projeto de inclusão das comunidades remanescentes de quilombos. Salvador, 2011.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil. **Revista Coletiva**. Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Recife, n. 13, jan./abr., 2014. Disponível em: <http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/migracoes-internas-no-brasil/> Acesso em: 09 fev. 2023.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O que é vida cotidiana? In.: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs). **Cotidiano Conhecimento e Crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CIAVATTA, Maria. Trabalho-Educação – Uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, jan./abr., 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28306>. Acesso em: 06 maio 2024.

CONCEIÇÃO, Silvano da. **Estratégias de permanência e desenvolvimento social na Comunidade Rural Quilombola de Velame, Bahia**. Orientador: Valter Roberto Silvério. 2016. 229f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, Faculdade de Sociologia, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8418>. Acesso em: 03 fev. 2022.

ENGUITA, Mariano Fernádes. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros; ROCHA, Altemar Amaral; AGUIAR, Iara Silva. As vilas do município e Vitória da Conquista: uma análise das redes. In.: Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG, 7., 2014, Vitória. **Anais [...]** Vitória, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9909356-As-vilas-do-municipio-de-vitoria-da-conquista-uma-analise-das-redes.html>. Acesso em: 13 dez. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro editora, 2006.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil Quilombola**: quantos somos, onde estamos? Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/2_e215f8a8b5904299cca0a9f02b734de.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, p. 45-61, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília (Org.). **História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: <https://csociais.files.wordpress.com/2015/03/martins-josc3a9-de-souza-a-vida-privada-nas-c3a1reas-de-expansc3a3o-da-sociedade-brasileira.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MARX, Karl. Mercadoria (capítulo 1). 1. Os dois fatores da mercadoria: 2. Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias: 3. A forma do Valor (ou o valor-de-troca): 4. O Fetichismo da mercadoria e o seu segredo. In: MARX, Karl. **O Capital**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (v. 1).

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política: O processo de produção do capital. Livro I. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 09 abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. et al. (Org.) **Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996a.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 12, n. 34. Jan./abr., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/article/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada. In: ARANTES, Antonio Augusto et al. (Orgs.). **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. **Educação Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2, maio/ago., p. 123-129, 2006.

VENDRAMINI, Célia Regina. O trabalho e a escola para jovens migrantes. In: Reunião Científica do Fórum Sul de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (Anped Sul), 11., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2016.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, maio/ago., 2018. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/2cox89VF5535JO64104g.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

VIANA, Aníbal Lopes. Revista Histórica de Conquista. **O Jornal de Conquista**, Vitória da Conquista, v. 2, 1982.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: BRANDENGURG, Alfio; DUARTE, Angela. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, p. 29-49, 1998.

CONSTANTES DESLIZAMENTOS DE TERRA OCORRIDOS NOS TALUDES LOCALIZADOS AO LONGO DA AVENIDA PIERRE CHALITA, MACEIÓ - AL

Data de aceite: 26/08/2024

Jéssica Beatriz Dantas

Ítalo Thomas de Melo Tavares

Ricardo Figueiredo Marques

que desencadearam os movimentos de massa ocorridos no local e mostrar como as diversas ações mitigadoras poderão agir diante da situação encontrada.

PALAVRAS CHAVE: Deslizamentos; Erosão; Solos; Taludes; Drenagem;

RESUMO: Este trabalho apresenta um estudo sobre os constantes deslizamentos de terra ocorridos ao longo da Avenida Pierre Chalita, localizada no município de Maceió- AL. As análises foram realizadas através de visitas ao local, relatório fotográfico e coleta de amostras de solos deformados e classificação tátil- visual de sua granulometria. O objetivo principal é identificar as patologias em trechos mapeados da via em questão e sugerir propostas para mitigação dos problemas encontrados. O estudo foi desenvolvido por meio de revisões bibliográficas, através de uma rotina descritiva explicativa que aborda as características das patologias e as melhorias que as propostas mitigadoras podem promover sobre elas. O presente trabalho se baseou nas observações realizadas durante dois meses na Avenida Pierre Chalita, buscando contribuir para o melhor entendimento dos mecanismos

CONSTANT LANDSLIDES OCCURRED ON SLOPES LOCATED ALONG AVENUE PIERRE CHALITA, MACEIÓ - AL

ABSTRACT: This work presents a study about the constant landslides occurring along Pierre Chalita Avenue, located in the city of Maceió/AL. The analyses were made through site visits, photographic reports and collection of deformed soil samples and tactile-visual classification of its particle size. The main goal is to identify pathologies in the mapped sections of the route in question and suggest proposals to mitigate the problems found. The study was developed by means of bibliographic reviews, through an explanatory descriptive routine that approaches the characteristics of the pathologies and the improvements that mitigating proposals can promote over them. This monograph is based on 2 months observation on Pierre Chalita

Avenue, and aims to contribute to the best understanding of the mechanism of action of the found pathologies and to show how the various mitigating actions can act in the face of the found situation.

KEYWORDS: Sliding; Erosion; Soils; Slopes; Drainage.

INTRODUÇÃO

Desde a sua construção, a avenida Pierre Chalita vem sofrendo com recorrentes deslizamentos de terra em períodos chuvosos, provenientes dos taludes que margeiam a via, impedindo assim, nos períodos de ocorrência de deslizamentos que seja utilizada de forma plena, ou seja, dando acesso às zonas contempladas e escoando o tráfego de trânsito.

Talude é uma superfície inclinada composta por um maciço de solo ou rocha, podendo ser natural (denominado encosta), ou construído pelo homem (talude artificial), formados neste caso, através de aterro e/ou cortes. A geometria é um fator importante na hora de se estudar a estabilidade dos taludes, pois em muitos casos, os escorregamentos estão ligados diretamente ao seu ângulo de inclinação (Michalowski e Park, 2020).

O tipo de movimento descreve a mecânica interna do deslocamento da massa: queda, envergamento (tombamento), escorregamento, espalhamento (expansões laterais) ou escoamento (Highland e Bobrowsky, 2017). Os escorregamentos são movimentos contínuos, com ou sem superfície de ruptura definida, não associado a uma velocidade específica. Este por sua vez pode ser do tipo rotacional ou translacional (Domej et al., 2017). O escorregamento é um tipo de deslizamento e apresenta um mecanismo de deformação semelhante à movimentação de um fluido viscoso, podendo este ser composto por solo e rocha ou somente solo, no qual tal movimento não ocorre de maneira simultânea (Highland e Bobrowsky, 2017).

Já a erosão pode ser classificada em função dos fatores mecânicos naturais, como a erosão hídrica provocada pelo impacto dos pingos de água da chuva, chamada de erosão por impacto, ou provocada pelo deslocamento das partículas do solo pela água da chuva que corre sobre a superfície do solo, chamada erosão por arrastamento ou como erosão eólica, causada pelo vento (Melo et al., 2020).

Desde o início até a evolução das erosões, os mecanismos atuam de modo isolado ou em conjunto, fenômenos tais como erosão superficial, erosão subterrânea, solapamento, desmoronamento e instabilidade de talude, além das alterações que os próprios solos podem sofrer em consequência dos fluxos em meio saturado e não saturado em direção aos taludes, tornando complexo o conhecimento dos mecanismos que comandam o processo erosivo ao longo do tempo. A consequência disso é que em muitos dos casos, as tentativas de contenção desse processo erosivo são muitas vezes frustradas (Freitas, 2016).

Lemes (2001) apontou que o problema da erosão nos taludes estudados por Silveira (1981) em uma rodovia federal deveu-se principalmente ao fato de não haver uma cobertura vegetal, o que favorece o aparecimento da erosão por ravinamento, sendo que a intensidade do processo erosivo em taludes depende do grau de coesão do material exposto ao intemperismo e aponta que os solos argilosos são menos arenosos. Lemes (2001) explica ainda que a erosão hídrica pode ser provocada de várias formas, contudo, as formas de manifestação mais ocorrentes se resumem através do escoamento laminar e por sulcos.

A erosão laminar é caracterizada pelo escoamento distribuído de forma difusa das águas da chuva, ou seja, se espalham por todas as direções. Esse tipo de erosão retira a camada superficial do solo de maneira quase homogênea. Trata-se de um tipo de erosão quase imperceptível no início, levando o solo a uma coloração clara e ao descobrimento de raízes de árvores nas áreas conforme vão avançando. Já os sulcos, são pequenas incisões em forma de filetes muito rasos, com maior surgimento nas linhas de maior concentração das águas de escoamento superficial, resultando em pequenas incisões no terreno (Falcão et al., 2019).

A erosão de base se inicia com a erosão do tipo subterrânea que tem como ponto de partida a percolação da água através do interior da massa, gerando uma força de percolação, carregando as partículas do solo e consequentemente enfraquecendo a ligação entre elas através de um fenômeno conhecido como “*pipping*”. Este fenômeno está normalmente associado a presença do lençol freático ou ao acúmulo de águas em bacias de dissipação que ao estabelecerem, mesmo que intermitentemente um regime de fluxo, pode desencadear o processo de erosão interna (Zhang et al., 2018).

Almeida Filho (2000) explica que o tipo de erosão diretamente ligado ao escoamento superficial concentrado é a erosão linear, que comanda o desprendimento das partículas do solo e o transporte dessas partículas desprendidas, segundo as condições hidráulicas desse escoamento. Já a erosão por escoamento concentrado pode causar grandes incisões lineares na forma de sulcos, ravina e voçorocas.

O presente trabalho tem como objetivo estudar as causas que ocasionam os deslizamentos de terra na avenida Pierre Chalita e propor soluções alternativas para tal problemática, e como objetivos específicos: analisar o tipo de solo da região, estudar os tipos de deslizamentos ocorrentes e propor soluções de engenharia.

DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Em junho de 2012, a cidade de Maceió recebeu novas vias de tráfego urbano, como a Avenida Pierre Chalita, que por sua vez, foi projetada com o objetivo de conectar as partes alta e baixa da cidade, ligando o bairro de Jacarecica ao conjunto José Tenório. O intuito era diminuir o fluxo nas avenidas Fernandes Lima, Durval de Góes Monteiro, Menino Marcelo, Rotary e Governador Afrânio Lages, e tornar rápido o acesso da população dos bairros localizados na parte alta da cidade às praias da região Norte. Desde a sua construção, a avenida Pierre Chalita vem sofrendo com recorrentes deslizamentos de terra em períodos chuvosos, provenientes dos taludes que margeiam a via, impedindo assim, nos períodos de ocorrência de deslizamento, que seja utilizada de forma plena, ou seja, dando acesso às zonas contempladas e escoando o tráfego de trânsito.



(1)



(2)

Figura 1: Situação da avenida durante o inverno de 2017; Figura 2: Problemas ocasionados pelos deslizamentos das barreiras na via, também durante o inverno de 2017

Fonte: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/deslizamento-de-terra-bloqueia-trecho-da-av-pierre-chalita-emmaeio.shtml> e <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/deslizamento-de-terra-bloqueia-trecho-da-av-pierre-chalita-emmaeio.shtml>.

O presente trabalho trata-se dos estudos relacionados aos escorregamentos de terra ocorridos na Avenida Pierre Chalita, que por sua vez, se caracteriza principalmente por ligar a parte baixa e alta da cidade (o litoral e a região do conj. José Tenório). Em diversos momentos, após a inauguração da obra objeto deste estudo de caso, principalmente durante os meses mais chuvosos, foi possível verificar que a avenida já fora interditada várias vezes, e em todos os casos, os incidentes ocorreram entre os meses de abril e junho. Exceto em 2016, todos os outros anos, desde a sua inauguração houve eventos relevantes causados por deslizamentos, como mostram as figuras 1 e 2.

Devido a presença dos constantes problemas ocorridos na região da Avenida Pierre Chalita, que provocam não somente prejuízos para a prefeitura municipal, prejuízos estes da ordem financeira, bem como para a população, que neste caso sofre com as interdições e consequentemente, perda da qualidade de vida, além de assoreamento do rio Jacarecica,

essa pesquisa se justifica através da análise pontual dos seus agentes causadores afim de sugerir através de medidas mitigadoras, possíveis soluções viáveis para sanar esta problemática.

METODOLOGIA

Para a identificação do tipo de solo dos taludes da Avenida Pierre Chalita, foram coletadas 9 (nove) amostras de solo dos pontos mais críticos da via. A figura 3 apresenta o mapa e os locais exatos de onde as amostras foram extraídas seguindo o sentido Jacarecica- Serraria (Leste- Oeste). A tabela 1 apresenta as distâncias percorridas entre o ponto de partida, neste caso a interseção entre a rodovia AL 101- Norte e a Avenida Pierre Chalita e o ponto de coleta de cada amostra, seguindo o sentido Leste- Oeste. As amostras após serem coletadas foram analisadas a partir do método tátil- visual, e seus resultados comparados aos perfis de sondagem à percussão com SPT da região. A figura 4 apresenta as amostras coletadas.

Próximo à crista de um dos taludes estudados, localizam- se dois edifícios residenciais. Os perfis de sondagem à percussão com SPT de um desses dois empreendimentos foram tomados como exemplo sobre o tipo de solo típico da região. Na figura 5 é apresentada uma das vistas dos empreendimentos, na figura 6 são apresentados como exemplo, os perfis de sondagem (SP1 e SP2) de um dos edifícios citados. Tais perfis foram fornecidos pela empresa responsável pelos projetos e execução de fundação. Estes perfis são típicos de subsolo da região do entorno da Avenida Pierre Chalita.

Amostra	Distância
1	300m
2	1Km 700m
3	1Km 700m
4	2Km
5	2Km 100m
6	2Km 400m
7	2Km 400m
8	2Km 500m
9	2Km 800m

Tabela 1: Distâncias entre os pontos de coleta das amostras

Fonte: Autores, 2018

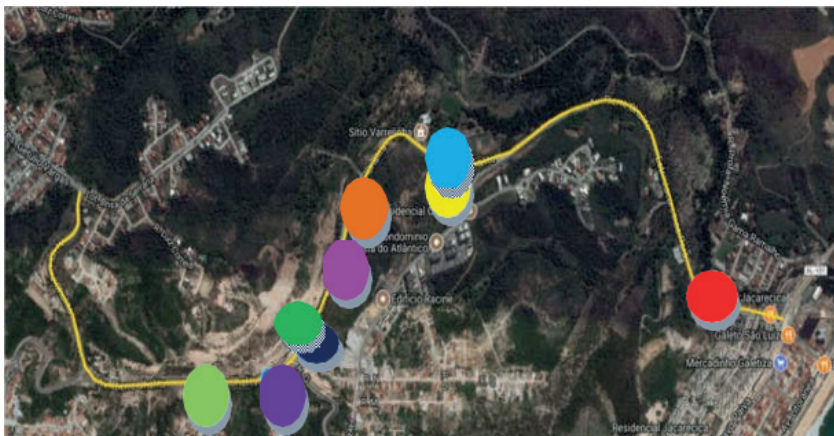


Figura 3: Localização dos pontos de coleta das amostras

Fonte: Adaptado do Google Maps, 2018

Legenda:

	Amostra 1		Amostra 2		Amostra 3		Amostra 4		Amostra 5
	Amostra 6		Amostra 7		Amostra 8		Amostra 9		



Figura 4: Vista das amostras deformadas coletadas; Figura 5: Vista dos prédios localizado logo acima dos taludes

Fonte: Autores, 2018

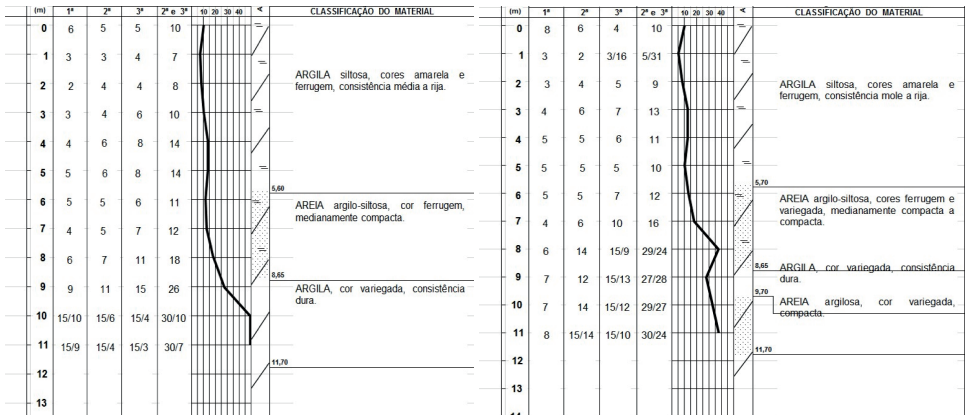


Figura 6: Perfil de sondagem típico da região da Avenida Pierre Chalita, respectivamente SP1 e SP2
 Fonte: Empresa X, 2006

Para facilitar o desenvolvimento do trabalho “dividui- se” a avenida em 8 (oito) partes, o qual cada trecho faz referência a partes erodidas dos taludes da via. É possível verificar os trechos apresentados na figura 6, com as respectivas localizações no mapa.



Figura 6: Trechos identificados
 Fonte: Adaptado do Google Maps, 2018
 Legenda:

Trecho 1	Trecho 2	Trecho 3	Trecho 4	Trecho 5
Trecho 6	Trecho 7	Trecho 8		

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer da pesquisa foi possível constatar que o carregamento do material ocorre em praticamente toda a extensão dos taludes, porém em alguns com maior intensidade que outros. Tal fenômeno ocorre em taludes do tipo artificial, proveniente de corte das barreiras. Com as chuvas e ausência de cobertura vegetal, as gotas se chocam sobre a superfície do solo desprendendo as partículas mais leves, e através do escoamento superficial, carrega as partículas até a área mais baixa, que neste caso é a via, como mostra a figura 7.

Dentre as patologias encontradas destacam-se: processo de erosão (erosão de base, hídrica e laminar), escorregamento rotacional e translacional. Sendo assim, as possíveis medidas para mitigação do problema que podem ser apresentadas para as patologias encontradas são: muro de gabião tipo caixa, geomantas, plantação de grama nos taludes, retaludamento, solo grampeado, contenção solo- cimento, além de drenagem no talude.



Figura 7: Pista parcialmente invadida por deslizamento de terra

Fonte: Autores, 2018

PERFIL GEOTÉCNICO DO SOLO

Os resultados da sondagem (SP1 e SP2) apresentados na figura 6, mostram que a primeira camada de solo é composta por argila siltosa, com cores amarela e ferrugem, apresentando consistência média a rija; a segunda camada variando entre argila e areia argilosa, cor variegada e consistência variando entre dura e compacta, resultados muito semelhantes aos obtidos na análise tátil- visual. A tabela 2 apresenta a classificação granulométrica das amostras coletadas nesse estudo a partir da análise tátil- visual, nela é possível observar uma grande presença de solos arenosos nos taludes, variando entre areia fina, argila arenosa e argila siltosa.

Amostra	Descrição	Cor
1	Areia fina com ocorrência de nódulos de argila	Variegada
2	Argila siltosa com areia	Variegada
3	Areia fina com silte e característica plástica	Amarela
4	Areia fina com silte e característica plástica	Amarelo escuro
5	Argila arenosa com pouca ocorrência de seixo	Variegada
6	Argila siltosa com areia	Variegada
7	Areia arenosa	Ferrugem
8	Areia fina com silte e ocorrência de nódulos de argila	Marrom
9	Argila arenosa	Amarela

Tabela 2: Classificação das amostras segundo a avaliação tátil- visual

Fonte: Autores, 2018

O subsolo de Maceió apresenta três tipos de perfis de sondagem. O primeiro trata- se do subsolo da região praieira, que é caracterizado pela camada compacta ou muito compacta de areia siltosa, tendo espessura variável entre 3 e 10 m, a depender da localização do terreno, seguida por areia siltosa fofa ou pouco argilosa mole, apresentando espessura variável entre 3 a 12 m. O segundo perfil é o da parte alta da cidade, cujo solo é da formação barreiras, estes, são solos coesivos (tipo argila arenosa ou siltosa) apresentando areias argilosas com pedregulhos, entre outros... tal tipo de solo, apresenta ainda resistência à penetração crescente com a profundidade. O terceiro perfil de solo é bastante diferente dos dois primeiros, sendo caracterizado por espessa camada de argila orgânica muito mole, havendo locais em que essa camada pode apresentar espessura superior a 20 m (MARQUES et al., 2015). Dessa forma, baseando- se na análise tátil- visual e nos perfis de sondagem, pode- se afirmar que o tipo de solo da região onde a avenida foi implantada é o da formação barreiras.

IDENTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS DOS TRECHOS E SUAS RESPECTIVAS PROPOSTAS PARA MITIGAÇÃO

Para facilitar a identificação das patologias, “dividiu- se” a via em trechos, no qual foram identificadas as patologias observadas, a tabela 3 apresenta as patologias encontradas, com como propostas para mitigação.

Trecho 1

Neste trecho não consegue- se definir o tipo de erosão, pois não se sabe ao certo se a ocorrência em tal talude refere- se ao processo de voçorocamento ou se ele sofreu um processo de corte, a figura 8 apresenta a patologia referente ao trecho 1.



Figura 8: Patologia referente ao trecho 1

Fonte: Autores, 2018

Trecho 2



Figura 9: Trecho 2

Fonte: Autores, 2018



Figura 10: Trecho 2

Fonte: Autores, 2018

Neste trecho observa-se ausência de patologias, pois neste trecho o solo encontra-se em seu ângulo de repouso, além de possuir bastante vegetação, como apresentam as figuras 9 e 10. Como os taludes deste trecho encontram-se sem patologias, logo, não há necessidade de proposta de mitigação.

Trecho	Patologia	Possíveis soluções
1	Erosão	Retaludamento com adição de geomanta podendo ser associado à plantação de gramíneas
2	Foi observado ausência de patologias, pois neste trecho o solo encontra-se em seu ângulo de repouso, além de possuir bastante vegetação	-
3	Desprendimento de terra	Contenção de solo- cimento
	Erosão de base do talude	Execução de muro de pedra argamassada com utilização de drenos do tipo barbacã
	Desprendimento ou queda	Solo grampeado
4	Deslizamento do tipo rotacional e processo de queda ou erosão localizada	Retaludamento com adição de geomanta ou plantação de grama nos taludes
5	Erosão de base do tipo subterrâneo	Contenção de solo- cimento preenchendo os vazios ocasionados pelo processo erosivo
	Erosão de base “ <i>pipping</i> ”	
	Deslizamento de terra localizado	Retaludamento ou solo grampeado
6	Deslizamento de terra do tipo translacional	Contenção de solo grampeado, pois logo acima do talude apresentado neste trecho existem prédios construídos
	Presença de sulcos provocados pela erosão	
	Voçorocamento	
7	Desprendimento de massa de solo	Contenção de solo- cimento preenchendo os vazios ocasionados pelo processo erosivo
	Sulcos provocados por erosão laminar	Solo grampeado
	Deslizamento de terra acentuado sob calçada para pedestres	Retaludamento com adição de geomanta, associado a plantação de gramíneas
	Erosão não identificada	Contenção com solo- cimento
8	Pequenos escorregamentos aliados a processos erosivos	Retaludamento com adição de geomanta, podendo ser associado a plantação de gramíneas nos taludes

TABELA 3: Patologias identificadas e propostas de mitigação

Fonte: Autores, 2018

Trecho 3



Figura 11 : Desprendimento de terra

Fonte: Autores, 2018



Figura 12: Erosão de base do talude

Fonte: Autores, 2018

No trecho 3, é possível observar a presença de desprendimento ou queda, como mostram as figuras 11, 12 e 13.



Figura 13: Desprendimento ou queda

Fonte: Autores, 2018

Trecho 4



Figura 14: Mistura de deslizamento rotacional com queda

Fonte: Autores, 2018



Figura 15: Processo de queda ou erosão localizada

Fonte: Autores, 2018

Neste trecho identifica-se uma mistura de deslizamento rotacional com desprendimento. As amostras com maior dureza foram extraídas no trecho identificado na figura 14, especificamente na região entre as faixas brancas. Ainda nesse trecho percebe-se também a ocorrência de processo de queda ou erosão localizada, como apresenta a figura 15.

Trecho 5

Observação de erosão de base na figura 18, “*pipping*” na figura 16, e também é possível identificar alguns deslizamentos de terra localizados, aliados a processos erosivos na margem direita da via no sentido jacarecica- serraria, como mostra a figura 17.



Figura 16: Erosão do tipo “*pipping*”

Fonte: Autores, 2018



Figura 17: Deslizamento de terra localizado

Fonte: Autores, 2018



Figura 18: Erosão do tipo subterrâneo

Fonte: Autores, 2018

Trecho 6



Figura 19: Processo de voçorocamento

Fonte: Autores, 2018



Figura 20: Sulcos provocados pela erosão

Fonte: Autores, 2018

No presente trecho observa-se uma mistura de deslizamento rotacional e translacional, apresentado na figura 21, bem como sulcos provocados pela erosão hídrica concentrada (figura 20), é possível observar também voçorocas à margem direita do talude, como mostrado na figura 19.



Figura 21: Mistura de deslizamento rotacional e translacional

Fonte: Autores, 2018

Trecho 7

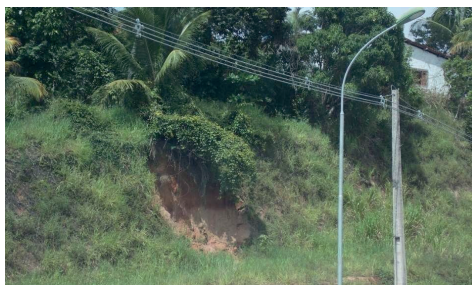


Figura 22: Possível desprendimento da massa de solo

Fonte: Autores, 2018

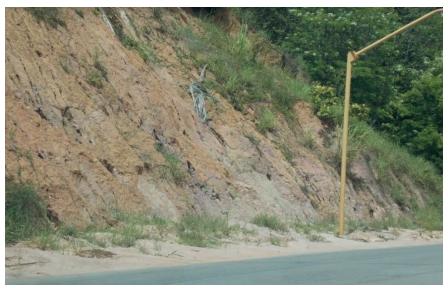


Figura 23: Sulcos provocados a partir de erosão laminar

Fonte: Autores, 2018

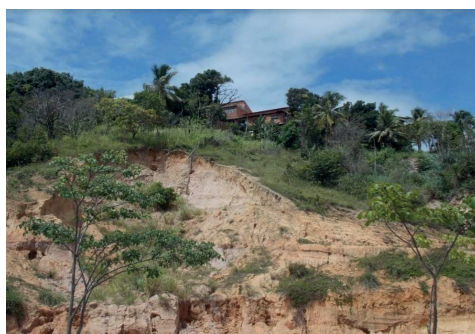


Figura 24: Não foi possível definir diagnóstico

Fonte: Autores, 2018



Figura 25: Erosão não identificada

Fonte: Autores, 2018

Neste trecho é possível identificar possível desprendimento da massa de solo, erosão laminar e escorregamento de terra, como apresentam as figuras 22 e 23, em talude de corte situado na margem esquerda da via, sentido jacarecica- serraria. Ao analisar o talude apresentado na figura 24 não foi possível concluir um diagnóstico pois as condições do talude foram modificadas pelo homem. Sendo também observado um tipo de erosão não identificada, apresentada na figura 25.

Trecho 8

No trecho 8 foi observado talude com inclinação elevada e pouca vegetação de cobertura, facilitando a ocorrência de erosão na superfície do talude, como mostra a figura 26.

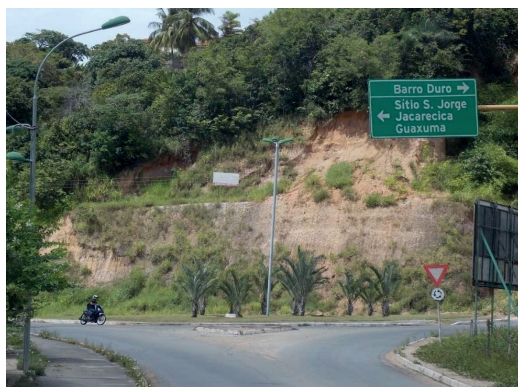


Figura 26: Pequeno escorregamento aliado a processos erosivos

Fonte: Autores, 2018

PROBLEMAS ACARRETADOS PELA AUSÊNCIA DE SISTEMA DE DRENAGEM

Durante a realização do presente trabalho houve uma forte chuva na madrugada do dia 22 de abril de 2018, na cidade de Maceió- AL, causando a cheia do rio Jacarecica e deslizamento de terra na região de estudo, ocasionando dessa forma, a interdição da via em questão. As figuras 27 a 32 apresentam imagens de como a via ficou após tal acontecimento.



Figura 27: Pista parcialmente invadida por deslizamento

Fonte: Autores, 2018

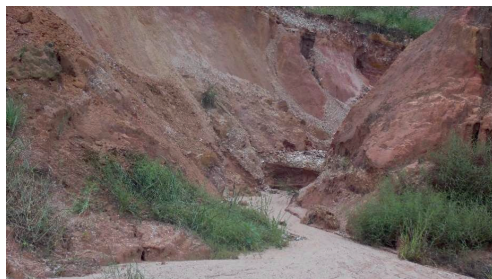


Figura 28: Deslizamento de terra

Fonte: Autores, 2018



Figura 29: Trecho alagado

Fonte: Autores, 2018



Figura 30: Trecho alagado

Fonte: Autores, 2018



Figura 31: Rio Jacarecica invade avenida

Fonte: Autores, 2018



Figura 32: Via interditada

Fonte: <http://pagina181.com.br/chuva-forte-atinge-enfermaria-do-hge-e-cause-estragos-em-varios-bairros/>

A ausência de um sistema de drenagem de talude faz com que a água da chuva leve consigo partículas de solo, as quais se acumulam na via, obstruindo a mesma e entupindo os bueiros através do carreamento do solo não apenas para a pista, mas também para o rio Jacarecica, assoreando ainda mais o rio.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise do comportamento das diversas patologias encontradas às margens da Avenida Pierre Chalita, que liga o bairro de Jacarecica aos bairros de Serraria e Barro Duro. Por falta de recursos investigativos, fez-se o uso de técnica alternativa de reconhecimento do solo para identificar como o mecanismo das patologias encontradas agem sobre ele. Desta forma, foi possível propor soluções para cessar a evolução destes problemas e consequentemente, melhorar através de soluções geotécnicas os taludes ora existentes.

De modo geral, as patologias encontradas em toda extensão da avenida surgiram a partir de processos erosivos, tendo sido acentuado pela ausência de soluções de drenagem, cobertura vegetal e elevada inclinação dos taludes existentes, favorecendo o aumento do volume e da velocidade de escoamento superficial das chuvas e consequentemente o desprendimento das partículas de solo, que por sua vez são carregados até a malha viária.

Com a identificação dos tipos de solo da região através de sondagens de edificações existentes próxima do objeto de estudo e análise tátil- visual de amostras coletadas, foi possível identificar como os tipos de patologias encontradas ocorrem e a partir disto sugerir soluções para cada trecho, como: muros de contenção, cobertura vegetal com auxílio do uso de geomantas, retaludamento, dentre outros. Diante disto, o objetivo principal deste estudo foi alcançado.

A análise tátil- visual forneceu uma percepção única dos diferentes tipos de grãos que compõem os solos coletados, seja ao sentir aderência, textura, ou até mesmo identificando as cores e os diferentes tipos de seixos ou nódulos que por ventura venham a ser visualizados, análise esta de baixo custo e sem a necessidade de utilização de equipamentos ou ferramentas específicas.

Dada a importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de um estudo mais aprofundado no que diz respeito a investigação geotécnica, a partir de ensaios de campo e levantamentos topográficos, afim de delimitar as inclinações corretas dos taludes, índices de resistência e plasticidade do solo, para que assim seja possível definir dentre as soluções propostas, a mais apropriada para cada um dos trechos identificados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Gerson Salviano. Controle de Erosão. Revista Fundações & Obras Geotécnicas p.72-83. Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental. Cidade Universitária/SP, 2000.

DOMÉJ, G.; BORNEAU, C.; LENTI, L.; MARTINO, S.; PLUTA, K. Mean landslide geometries inferred from a global database of earthquake- and non- earthquake- triggered landslides, Italian Journal of Engineering Geology and Environment, v. 2, p. 87- 107, 2017.

FALCÃO, C. J. L. M.; DUARTE, S. M. de A.; VELOSO, A. da S. Estimating potential soil sheet erosion in a Brazilian semiarid county using USLE, GIS, and remote sensing data, *Environmental Monitoring and Assessment*, v. 192, p. 47, 2020.

FREITAS, R. R. L. de. Mapeamento de risco a movimentos de massa e inundação em áreas urbanas do município de Moreno- PE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23574>. Acesso em: agosto de 2023.

HIGHLAND, L.; BOBROWSKY, P. TXT- Tool 0.001-2.1 Landslide types: Descriptions, ilustrations and fotos, Springer, DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-57774-6_1, 2017.

LEMES, Marta Regina Tocchetto. Revisão dos Efeitos da Vegetação em Taludes. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil – PPGEC. Porto Alegre/RS, 2001.

MARQUES, Abel Galindo; MARQUES, Juliane Andréa Figueiredo; MARQUES, Ricardo Figueiredo. Métodos de Investigação do subsolo- 3º edição revisada e ampliada- Maceió: EDUFAL, 2015.

MICHALOWSKI, R. L.; PARK, D. Stability assessment of slopes in rock governed by the Hoek- Brown strength criterion. *International Journal of Rock Mechanics and Mining Sciences*, v. 127, 2020.

SILVEIRA, J. Incidência da erosão em taludes em trecho de rodovia. In: SIMPÓSIO SOBRE O CONTROLE DE EROSIÃO 2. Anais, São Paulo: ABGE, v. 1, p. 249- 256, 1981.

ZHANG, Y.; ZHANG, Z.; MA, Z.; CHEN, J.; AKBAR, J.; ZHANG, S.; CHE, C.; ZHANG, M.; CERDÁ, A. A review of preferential water flow in soil science, *Canadian Journal of Soil Science*, v. 98, p. 604- 618, 2018.

ELA É QUASE DA FAMÍLIA: HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES QUE TRABALHAM COM SERVIÇOS DOMÉSTICOS

Data de aceite: 26/08/2024

Gabriela Souza Silva

Jornalista formada pelo Curso de
Jornalismo da Uesb

Élica Luiza Paiva

Orientadora do trabalho. Professora Titular
do Curso de Jornalismo da Uesb
Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia, Vitória da Conquista, BA

Trabalho anteriormente
apresentado no - IJ06 - Interfaces
Comunicacionais, da Intercom
Júnior – XIX Jornada de Iniciação
Científica em Comunicação, evento
componente do 46º Congresso
Brasileiro de Ciências da
Comunicação 2 Jornalista formada
pelo Curso de Jornalismo da Uesb

mudanças significativas para os seus cotidianos. Para realizar esse objetivo, foi utilizada a perspectiva etnossociológica das narrativas de histórias de vida, de Daniel Bertaux (2010). Como resultado desse trabalho, foi construído um livro-reportagem com nove reportagens-perfil, narrando as histórias de trabalhadoras de Gandu e Vitória da Conquista, na Bahia. Ao final, é possível concluir que a Emenda Constitucional nº 72/2013 impactou positivamente apenas a vida de algumas domésticas, visto que, 70% das trabalhadoras domésticas ainda não são legalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhadoras domésticas; livro-reportagem; jornalismo literário.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em serviços domésticos, é muito comum haver uma associação direta à mulher. Basta digitar “serviços domésticos” no *Google Imagens*, que quase todas as referências serão de alguém do sexo feminino, com um kit de limpeza nas mãos. Muito embora essas atividades tenham grande importância para

RESUMO: Esta pesquisa apresenta um estudo sobre o trabalho doméstico remunerado. Isso foi possível através da escuta de narrativas de histórias de vida de mulheres que trabalham como domésticas e, nesse processo investigativo, além de dar visibilidade ao contexto de vida e profissional delas, foi possível observar como e/ou se a Emenda Constitucional nº 72/2013 trouxe

a vida do ser humano, ainda existe uma desvalorização e invisibilidade desse trabalho, principalmente, com as mulheres que são domésticas¹. De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência², são considerados trabalhadores domésticos a babá, o vigia, a lavadeira, a governanta, o faxineiro, o jardineiro, o cozinheiro, o motorista particular, acompanhante de idosos, dentre outras atividades consideradas do lar.

A desvalorização social vivenciada por trabalhadoras domésticas perpassa por situações que ultrapassam os limites de seus locais de trabalho. No Brasil, essa classe de profissionais foi uma das últimas a conseguir direitos trabalhistas comuns a um celetista, ocorrendo somente em 2013, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013, que seria regulamentada dois anos depois pela Lei Complementar nº 150/2015. Essa lei dispõe sobre o contrato do trabalho doméstico e assegura novos direitos a esse grupo trabalhista. A fim de identificar como está a situação das domésticas depois da aprovação dessas garantias legais, esse trabalho busca responder ao seguinte questionamento: a Emenda Constitucional nº 72/2013 impactou nas narrativas de histórias de vidas de trabalhadoras domésticas do interior da Bahia?

Vale evidenciar que, neste trabalho, há um recorte geográfico considerando as cidades de Gandu-BA e Vitória da Conquista-BA, escolhidas porque a primeira é a minha cidade de nascimento e a segunda, onde estudo e moro atualmente. Localizada a cerca de 297 km de distância da capital Salvador, Gandu tem o quantitativo populacional estimado em 32.778 pessoas, com base nos últimos dados de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já Vitória da Conquista é a terceira maior cidade do estado e quinta do interior nordestino, com 343.643 mil habitantes.

A partir desse problema de pesquisa, o objetivo desse processo de investigação resultou em um livro-reportagem, no formato e-book, com narrativas de histórias de vida de mulheres que trabalham como domésticas. E, nesse processo de elaboração, além de dar visibilidade ao contexto de vida e profissional delas, foi intencionado observar como e/ou se a Emenda Constitucional nº 72/2013 trouxe mudanças significativas para o cotidiano dessas trabalhadoras. O livro-reportagem “Ela é quase da família: histórias de vida de mulheres que trabalham com serviços domésticos” contém nove reportagens-perfil, de cunho narrativo, caracterizado no Jornalismo Literário, que conta a história de seis trabalhadoras de Gandu e duas de Vitória da Conquista, além de uma ex-empregada doméstica que agora trabalha como diarista. Nesse tipo de reportagem, segundo Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986, p. 125) “[...] a narrativa gira em torno de um único personagem e faz o retrato detalhado do seu modo de vida, costumes, sentimentos [...]”.

A produção desse trabalho se justifica no campo social porque realizar um estudo para entender a atual situação dessas domésticas, passados dez anos que a referida

1 Guimarães (2019) apresenta uma abordagem que destaca como o grupo de trabalhadoras domésticas sempre foi historicamente invisibilizado e submetido a preconceitos sociais.

2 BRASIL. **Trabalho Doméstico**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/trabalhador/mais-acoas/trabalhador-domestico>. Acesso em: 13 nov. 2022

Emenda Constitucional foi aprovada, demonstra ser fundamental para descobrir se as suas histórias de vidas realmente foram impactadas com essa mudança trabalhista. Na vertente acadêmica, pensar a marginalização e invisibilidade dessas trabalhadoras, assim como um possível não cumprimento da lei trabalhista, pode resultar em discussões sociológicas relevantes, e mais estudos e produções acadêmicas voltadas para essa minoria. E, pessoalmente, essa pesquisa e livro-reportagem são importantes porque eu nasci e fui criada com o sustento de uma mulher ganhando a vida com o serviço doméstico. Fazer um trabalho com essa temática é a forma que eu encontrei para dar voz e visibilidade para um grupo que sempre viveu às margens da sociedade.

Essa pesquisa se utiliza da perspectiva etnossociológica das narrativas de histórias de vida, com base nos estudos do sociológico francês, Daniel Bertaux (2010). Nesse método usado pelas Ciências Sociais, o principal aspecto se situa na ida a campo para observação e realização de entrevistas. Ao longo do presente artigo, três tópicos além da introdução e considerações finais, são dispostos para que seja feita a discussão acerca dos elementos aqui colocados. No segundo tópico são abordadas definições e características do Jornalismo Literário, questões sobre narrativas de vida e livro-reportagem. A cargo do terceiro tópico ficou a discussão sobre o trabalho doméstico e a trabalhadora doméstica. No quarto, encontra-se a práxis jornalística direcionada pelo método de Bertaux (2010). Já no quinto tópico há descrição do processo de construção do livro-reportagem.

Os principais estudiosos que embasam esse trabalho são Monica Martinez (2009; 2022), Gustavo de Castro (2010), Felipe Pena (2006) e Tom Wolfe (2005), no quesito Jornalismo Literário. Na parte sobre o livro-reportagem foram usados Eduardo Belo (2006) e Edvaldo Pereira Lima (2004). Com relação às domésticas e à Emenda Constitucional nº 72/2013, foi utilizado principalmente Marina Araújo (2015). Já a metodologia é somente baseada em Daniel Bertaux (2010), conforme já mencionado. A contribuição desses estudiosos foi fundamental para que eu me debruçasse nessa jornada de formação acadêmica e profissional, que fez fluir nas minhas veias o ser jornalista.

JORNALISMO LITERÁRIO E O LIVRO-REPORTAGEM: UMA ALTERNATIVA AO JORNALISMO TRADICIONAL

Desde as origens da sua história até os dias de hoje, o Jornalismo Literário é um gênero que divide muitas opiniões entre autores. Para Martinez (2009), é um grande equívoco acreditar que ele surgiu na década de 1960, com o *New Journalism* ou, traduzindo, Novo Jornalismo, nos Estados Unidos da América, porque esse gênero é inspirado em escritores ainda do século XVII, a exemplo de Daniel Dafoe, que escreveu um livro contando em detalhes a epidemia da peste bubônica.

Outro ponto levantado por Martinez (2009, p. 73) é que nesse jornalismo existe a possibilidade de “[...] tecer narrativas com símbolos, metáforas e imagens que são de fácil

compreensão para todos [...]”, ou seja, o jornalista pode usar certas palavras e expressões para descrever algo ou alguma característica de um personagem, de forma cativante e acessível aos diversos níveis de conhecimento. Porém, o Jornalismo Literário ainda é cercado de conflitos e um deles é travado dentro do próprio meio jornalístico, porque a autora também afirma que ainda há quem ache o jornalista literário um escritor frustrado, trabalhando em uma redação para ganhar a vida.

Pena (2006, p. 21) traz “[...] o Jornalismo Literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional”, porque acredita que a música permanece por mais tempo na memória das pessoas do que a própria Literatura. Ao fazer essa definição, o autor diz que o Jornalismo Literário deve ser feito de forma melodiosa, para que cada palavra seja ritmada, formando um conjunto de sonoridade que ficará presente por mais tempo na memória do leitor. Já Castro (2010) apresenta o Jornalismo Literário como algo que está contextualizado com várias áreas ligadas ao conhecimento humano. Com esse pensamento, o autor também afirma que esse jornalismo não exclui nenhum recurso narrativo ou metodológico, podendo se utilizar de diferentes formatos para informar o leitor, ouvinte, internauta ou telespectador.

No Jornalismo Literário também existem algumas características que tornam o texto mais sensível e humanizado. O jornalista pode se utilizar da construção cena a cena; da reprodução de diálogos completos; utilização do ponto de vista de terceira pessoa e o registro de símbolos do status de vida das personagens, conforme apresenta Wolfe (2005). O primeiro tópico, cena a cena, tem o propósito de construir um cenário, recorrendo o mínimo possível à narrativa puramente histórica. Paralelo a isso, o segundo, sendo a utilização do diálogo apresenta e define o personagem mais rapidamente, o que torna a leitura mais dinâmica para o leitor.

Já no terceiro aspecto, o jornalista usa o ponto de vista da terceira pessoa, por meio de um personagem particular, para que o leitor tenha a sensação de estar dentro da cabeça desse personagem. De acordo com Wolfe (2005), essa premissa pode se tornar irrelevante para a narrativa e até mesmo irritar o leitor, por que como o jornalista poderia penetrar nos pensamentos de outra pessoa se ele está fazendo uma obra de não-ficção? A resposta para esse questionamento é o jornalista literário entrevistar os personagens e lhes perguntar sobre os seus sentimentos. O quarto e último tópico faz jus à caracterização dos personagens e seu modo de ser, com o registro de gestos, hábitos e estilos de comportamentos.

Aliado ao Jornalismo Literário está o livro-reportagem. Nesse formato, Belo (2006) diz que o jornalista precisa mergulhar na história, nos personagens, nas situações e acontecimentos, para que o leitor receba uma informação profunda, porque o objetivo desse tipo de reportagem é esgotar o assunto ou chegar perto disso. “A função básica do livro-reportagem é informar com profundidade. Para que o leitor se sinta impelido à leitura, o texto tem de atraí-lo” (Belo, 2006, p. 120). Ele ainda fala que a emoção da narrativa é

o que mais chama atenção e prende o leitor. Por isso, escolhi utilizar esse formato para trazer as narrativas de vidas das trabalhadoras domésticas para o centro da discussão. Isso porque, essas mulheres, geralmente só são noticiadas quando há algum caso de inferiorização da classe ou violência, a exemplo de situação análoga à escravidão.

Nesse estudo, trabalho com o formato livro-reportagem-perfil, porque nele, “a pessoa geralmente representa, por suas características e circunstâncias de vida, um determinado grupo social, passando como que a personificar a realidade do grupo” (Lima, 2004, p.52). A partir desse pressuposto é que escrevi nove reportagens, para que cada uma das entrevistadas pudesse ter uma reportagem única. Além disso, como esse trabalho também se enquadra na natureza de pesquisa qualitativa, que não se preocupa exatamente com a quantidade de participantes da pesquisa, mas sim, com as descrições e comparativos de realidades, a quantidade de mulheres que fizeram parte desse estudo se mostrou satisfatória, visto que, apresentou camadas positivas e negativas envolvendo o universo do trabalho doméstico.

Conforme dizem Martin W. Bauer e George Gaskel (2002), a pesquisa qualitativa visa caracterizar uma representação de pessoas na realidade em que vivem. Dessa maneira, o presente trabalho buscou trazer uma amostragem apresentando nove histórias de vida, com diferentes realidades, porque dentre as personagens há as seguintes situações: uma vítima de assédio sexual no trabalho; outra que viveu o trabalho infantil; uma mulher que precisou ficar longe das filhas para cuidar de outras crianças; outra que escolheu trabalhar como diarista; uma que optou por não ser registrada formalmente e uma mulher que não consegue trabalho formal desde a Emenda Constitucional nº 72. Além disso, também tem uma trabalhadora que é registrada há 26 anos; uma que está afastada devido a doença e outra que trabalha para a própria família.

A DOMÉSTICA E CARACTERÍSTICAS DO SEU TRABALHO

Apesar da importância dos serviços domésticos para a vida familiar e social, essa atividade demonstra ser pouco valorizada e, na maioria das vezes, não remunerada. Dentro desse contexto e na divisão social e cultural de papéis entre os gêneros, coube à mulher realizar as tarefas relacionadas às refeições, limpeza e cuidado de crianças, pessoas idosas e/ou doentes. Esses serviços são, inclusive, tidos como algo natural do sexo feminino. Isso pode ser visto com base nos dados mais recentes do IBGE, de 2020, porque das 146,7 milhões de pessoas que faziam serviços domésticos, 92,1% eram mulheres, em detrimento ao número de 78,6% dos homens³.

Quando se fala em profissionais que ganham o sustento trabalhando com serviços domésticos, a exemplo dos vigias, caseiros, motoristas, jardineiros, cozinheiros,

3 GRANDA, Alana. **IBGE: mulher tem peso importante no chamado “trabalho invisível”**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/ibge-mulher-tem-peso-importante-no-chamado-trabalho-invisivel>. Acesso em: 28 set. 2022.

arrumadeiras e cuidadores de idosos, a presença feminina permanece em destaque, sendo 92% desses trabalhadores, de acordo com dados divulgados em abril de 2022, pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), feitos pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) Contínua do IBGE⁴.

Além desse aspecto, é necessário se atentar ao fato de que a maioria dessas trabalhadoras são negras, representando o percentual de 65% das empregadas domésticas entre os 4º trimestres de 2019 e 2021, conforme a Pnad Contínua do IBGE. Essa característica não é percebida somente na atualidade. Segundo Araújo (2015, p.7), “em 1977, Alda Britto Motta, ao analisar as trabalhadoras domésticas da cidade de Salvador, deparou-se com um perfil: mulheres, majoritariamente negras, com baixo nível de instrução e originárias do interior”. Esse perfil predominantemente visto nas empregadas do lar é oriundo do Brasil escravagista, porque as cativas eram responsáveis pela realização dos serviços domésticos nas casas de seus senhores.

Ainda hoje, mesmo com a garantia legal trabalhista, por meio da Emenda Constitucional nº 72/2013, o trabalho feminino doméstico remunerado não é valorizado enquanto profissão, sendo colocado em posição de serviço subalterno, visto que, para ser executado, não é necessário um alto nível de qualificação porque essas atividades são consideradas naturalmente inerentes à mulher. Essa característica também acontece, de acordo com Kelly Teixeira (2014, p.24), devido a questões do sistema capitalista. “Por serem de responsabilidade feminina e não possuírem função econômica direta na produção capitalista, as atividades domésticas tornam-se, do ponto de vista do senso comum, “invisíveis”, desvalorizadas e inferiores às demais”.

Muito embora esses serviços domésticos sejam importantes, pois se tratam de atividades diretamente ligadas ao bem-estar do ser humano, essas condições de desvalorização contribuem para que as profissionais sejam consideradas invisíveis socialmente e aumentem as desigualdades existentes entre as diferentes camadas socioeconômicas do Brasil. Uma outra questão importante a se considerar é a relação entre os patrões e a empregada, porque esse contato de chefe-empregado, no ambiente residencial, não costuma acontecer em outros setores e postos de trabalho, ou seja, a intimidade da casa com o labor. Segundo Pereira (2015, p. 14) “por se tratar do lar do empregador, torna-se mais difícil um controle e uma fiscalização por parte do Estado. A violação e abuso dos direitos sempre se fizeram presentes na história do trabalho doméstico”.

Em campo, ao conversar com as nove trabalhadoras participantes da pesquisa, foi possível perceber que essa fiscalização por parte do Estado realmente não acontecia/ acontece, porque todas elas, em algum momento da jornada com os serviços domésticos

4 Os dados usados ao longo desse artigo foram encontrados no site do Dieese e fazem referência à pesquisa feita pela Pnad Contínua do IBGE. Trabalho doméstico no Brasil. **DIEESE**, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso: 22 set. 2022.

remunerados, já trabalharam sem o devido registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com salário abaixo do mínimo exigido pela legislação, sem remuneração por hora extra, trabalho nos feriados, dentre outras infrações de direitos trabalhistas. Depois da promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013, essa situação continuou acontecendo com quatro entrevistadas.

Como já foi supracitado, as relações entre os patrões e empregadas são diferentes dos setores trabalhistas fora do ambiente íntimo do lar. Ao falar sobre isso, a personagem Andréa Silva Santos⁵, 45, disse que não gosta de ter relações que fujam do âmbito profissional com os patrões, porque alguns empregadores tentam comprar suas funcionárias “com um copo, uma panela, uma roupa ou sandália”, para que possam ter uma relação de amizade. E, em consequência disso, atrasar os salários, pedir para que as domésticas trabalhem além do horário determinado, inclusive, em feriados.

Para fazer as entrevistas com as trabalhadoras domésticas, a primeira ida a campo foi na cidade de Gandu, no Baixo Sul da Bahia. Em Gandu, além de Andréa, pude conversar com Carla Silva Vieira, 36, Ana Lúcia Silva Souza, 40, Ivonete Bispo dos Santos, 46, Noemia Silva dos Santos, 55, e Maria da Conceição Silva, 59. Já em Vitória da Conquista, conversei com Edneuma Silva da Conceição Souza, 37, Neuma Pratis da Silva, 22, e Euzene Rosa de Araújo, 37.

Como foi dito, 65% das empregadas no Brasil são negras. Entre as mulheres que conversaram comigo, Carla, Ana Lúcia, Ivonete, Noemia, Euzene e Maria da Conceição se autodeclararam pretas. No grupo dos pardos se encaixa Andréa, que também está inserida dentro no quadro da população negra, já que essa terminologia é usada para se referir à soma de pessoas declaradas pretas e pardas. Entre as autodeclaradas brancas estão Edneuma e Neuma, minoria entre as nove participantes.

As estatísticas mais uma vez se fazem presentes no perfil geral das trabalhadoras domésticas que conversaram comigo, porque segundo a Pnad Contínua do IBGE, a faixa etária média dessas trabalhadoras é de 43 anos, sendo que a maioria delas varia entre 30 e 59 anos. Com as participantes dessa pesquisa e livro-reportagem, o mesmo é perceptível porque a idade média dessas mulheres é de 41 anos, variando entre 22 e 59 anos. Outro ponto a ser observado é a questão da escolaridade. Carla, Ana Lúcia, Ivonete e Noemia possuem o Ensino Médio Completo, mas foram concluídos em períodos fora do convencional. Já Maria da Conceição e Andréa estudaram respectivamente até a 1ª e 4ª séries do Ensino Fundamental. Euzene e Neuma pararam de estudar no 1º e 2º ano do Ensino Médio e Edneuma está no 8º semestre do Ensino Superior em Administração.

Ao conversar com as mulheres, pude perceber que três já tinham os direitos reconhecidos antes da implementação dessa lei e somente uma foi registrada depois da Emenda. Conforme consta nos dados da Pnad Contínua do IBGE, mesmo com a

5 As personagens assinaram um termo autorizando a divulgação dos seus nomes originais para a pesquisa e o livro-reportagem, com exceção da Maria da Conceição Silva, que é um nome fictício.

vigoração da Emenda Constitucional nº 72/2013, regulamentada pela Lei Complementar nº 150/2015, dos 5,7 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil, em 2019, apenas 27%, ou seja, 1,5 milhão estavam na formalidade com a Carteira de Trabalho e Previdência Social assinadas. Já em 2021, o número de trabalhadores domésticos caiu para 5,2%, sendo 1,2% na legalidade. Com isso, é possível dizer que, mesmo com as leis para os empregados domésticos, mais de 70% não gozam dessas garantias legais.

A PERSPECTIVA ETNOSSOCIOLÓGICA E O PERCURSO METODOLÓGICO

Como um dos objetivos deste trabalho foi colher as histórias de vidas de trabalhadoras e empregadas domésticas, a metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi a perspectiva etnossociológica, de Bertaux (2010). Esse método se apresentou favorável porque, segundo o estudioso, está apoiado na pesquisa de campo e nos estudos de caso, como acontece aqui. A perspectiva etnossociológica também é inspirada na tradição observatória da pesquisa etnográfica e constrói seus objetos de estudo por meio de problemáticas sociológicas.

Na obra *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*, Bertaux (2010) é muito enfático ao dizer que o método etnossociológico não é parte do mesmo universo da pesquisa epistemológica que faz uso de questionários com amostragem representativa para a obtenção de dados. No caso da perspectiva aqui utilizada, o pesquisador precisa ir a campo e fazer uma conversa face a face com os entrevistados, porque desse jeito, há maior possibilidade de que as respostas dos participantes sejam mais genuínas, visto que eles passarão por um processo em que se pode “[...] detalhar, precisar e comentar as descrições de situações, acontecimentos e ações [...]” (Bertaux, 2010, p. 32-33).

Quando se fala da perspectiva etnossociológica, é necessário pontuar o fenômeno dos mundos sociais. Por meio dos mundos sociais, é possível entender como acontece o comportamento da sociedade em determinados âmbitos, porque para cada área, há um mundo social diferente. Como é apontado por Bertaux (2010), uma padaria artesanal, o jornalismo e o transporte ferroviário são exemplos de mundos sociais ligados à uma atividade profissional. Outro objeto de estudo que faz parte dessa perspectiva é a “categoria de situação”, onde estão pessoas desempregadas há muito tempo, mães que criam os filhos sozinhas, deficientes físicos e mentais, dentre outros.

A utilização das narrativas de vida se mostra aqui particularmente eficaz, pois essa forma de coleta de dados empíricos se ajusta à formação das trajetórias; ela permite identificar por meio de que mecanismos e processos os sujeitos chegaram a uma dada situação, como se esforçaram para administrar essa situação e até mesmo para superá-las. (Bertaux, 2010, p. 27)

O autor até se questiona se é necessário considerar mais um terceiro objeto de estudos, que seriam as trajetórias sociais. Isso porque, a depender da forma como o

pesquisador conduz o estudo, caso não o tenha muito bem delimitado, não terá condições de fazer uma análise adequada. No entanto, se for feito da maneira correta, é mais uma opção para estudar como alguém se torna um professor, caminhoneiro ou sem-teto, já que eles estão inseridos no mesmo mundo social ou categoria de situação, sendo, portanto, um objeto de estudo específico. Neste trabalho, o objeto que melhor compreende é a trajetória social, porque pesquisei mulheres que trabalham com serviços domésticos e como foi o percurso até chegarem nesse ofício.

Segundo Bertaux (2010) uma das características primordiais do método etnossociológico é a não criação prévias de hipóteses. Para ele, antes de ir a campo, tudo o que o pesquisador acredita saber sobre determinado mundo social, por exemplo, são apenas preconceitos, muitas vezes, fundamentados em estereótipos. Portanto, o diferencial dessa pesquisa é justamente o isolamento desses conceitos para, em seguida, com base na observação concreta do que foi visto, levantar as suas hipóteses. Além disso, “o pesquisador vai a campo consciente da sua ignorância e, como faria qualquer etnólogo, ele se dirige às pessoas que aí exercem suas atividades e aí vivem para saber ‘como funciona’” (Bertaux, 2010, p. 29). Sendo assim, o estudioso se coloca na posição de ouvinte e os sujeitos passam a ser os informantes.

Enquanto estive em campo, mesmo sendo filha de uma empregada doméstica, busquei manter minhas experiências de vida em suspensão, suspendendo também o que foi vivenciado por minha mãe, afinal, eram oito mulheres além dela, para eu escutar, cada uma com uma história de vida diferente e trajetórias que as levaram ao trabalho doméstico. No decorrer desse processo, segui o passo a passo ensinado por Bertaux (2010) para o desenvolvimento de uma entrevista. O método de Bertaux (2010) em muito se assemelha às técnicas de entrevista vivenciadas no curso de Jornalismo,, por isso, estava familiarizada com o processo que vivenciei em campo.

Na utilização da perspectiva etnossociológica, Bertaux (2010) pede que o pesquisador primeiramente faça contato com os futuros participantes e crie a uma identidade, falando quem é, para quem trabalha, se for o caso, a proposta do trabalho e tudo o que possa passar de informação para que o futuro entrevistado esteja ciente e aceite ou não participar. O autor também relatou uma experiência que teve enquanto pesquisava padeiros artesanais e eu segui a mesma estratégia para conquistar as trabalhadoras domésticas, porque apresentei a importância de representar as histórias dessa categoria de uma forma que não é costumeira no jornalismo, já que as domésticas quase sempre aparecem em situação de inferiorização. Bertaux (2010, p. 75-76) diz que:

Dessas primeiras experiências de campo eu tirei a conclusão, que se confirmou em seguida, que se apresentarmos a operação da pesquisa de tal sorte que ela pareça útil a certas categorias, isso nos abrirá portas. Essa regra vale, sobretudo, para as categorias sociais, e elas são muito numerosas, das quais nunca se fala na mídia ou, quando se fala, é somente para caricaturá-las.

Antes de partir para a entrevista propriamente dita, é recomendável que o personagem não comece a narrar pelo celular, porque esse processo já deve ser feito face a face. O entrevistador também precisa elaborar um plano com algumas perguntas, que, provavelmente, serão mudadas até o final da pesquisa. Durante a conversa, Bertaux (2010) não aconselha que esse roteiro fique na mão do pesquisador, visto que, é para servir de apoio.

Para que a entrevista aconteça naturalmente, o entrevistado deve ser encorajado a descrever vivências que o levaram até a situação estudada.

Depois de realizadas as entrevistas, passei para a etapa de ouvir os áudios e ler as anotações que havia feito em campo. Conforme afirma Bertaux (2010), a transcrição dos áudios não é algo indispensável, porque consome muito tempo do pesquisador e as palavras aí escritas só captam 10% das mensagens emitidas. Eu optei por não fazer essas transcrições, focando em ouvir pelo menos duas vezes cada gravação. Enquanto escrevia cada uma das nove reportagens, em processo de análise, percebi alguns paralelos nas narrativas das mulheres, como o autor disse que poderia acontecer. A principal semelhança é que todas elas começaram a trabalhar como domésticas para ajudar a família, seja por conta própria ou não. Todas também apontaram a desvalorização do serviço doméstico e somente uma mulher não se mostrou orgulhosa em ser uma doméstica.

Durante o processo de entrevista, três participantes me contaram que já tinham os direitos garantidos antes da Emenda Constitucional nº 72/2013. Isso me deixou feliz, visto que, muitas outras empregadas domésticas, principalmente nas capitais do país, como foi a situação de Noemia, podem ter tido a oportunidade de gozar dessas garantias antes da obrigatoriedade da lei. Um outro ponto a ser observado é que somente uma das trabalhadoras teve sua vida impactada pela emenda, porque foi a única a obter a Carteira de Trabalho e Previdência Social registrada, a partir da sua promulgação.

PROCESSO DE FORMAÇÃO DO LIVRO-REPORTAGEM ELA É QUASE DA FAMÍLIA

Ouvir e trabalhar com narrativas de histórias de vida é muito gratificante para mim, porque venho trabalhando com essa linha de pesquisa desde 2018, por meio da Iniciação Científica e do grupo de estudos e pesquisa Narrativas, Formação e Experiência (Naforme), sob coordenação da minha orientadora. Ao buscar as mulheres para produzir o livro-reportagem, me senti acolhida por elas e pude fazer parte desse processo de rememoração de um pedaço das suas vidas. Entre lágrimas e gargalhadas, essas mulheres que são trabalhadoras domésticas se abriram e narraram suas vivências, com a confiança de que eu iria fazer um bom trabalho ao contar suas histórias para outras pessoas por meio de um livro-reportagem.

O processo de feitura da capa e editoração foi terceirizada, por eu não ter conhecimento técnico necessário para fazê-las. A estética pensada para a capa foi uma aparência 2D, que pudesse remeter ao serviço doméstico. Já a editoração tem o formato A5 (14 x 21 cm), contendo 101 páginas no total. A fonte e o tamanho são, respectivamente, Times New Roman e 12. As fotos contidas no livro-reportagem foram feitas por mim, na vertical e horizontal, utilizando um aparelho celular como a captação, devido à falta de equipamento adequado, a exemplo de uma câmera fotográfica profissional.

Outro ponto a se comentar sobre as fotos é que todas as imagens que estão presentes no livro-reportagens estão na coloração preto e branco (P&B). De acordo com Augusto e Toutain (2016), é inegável que a fotografia sem a presença de cor transmite um efeito simbólico e possibilita várias interpretações. E, foi justamente esse o propósito ao trazer as fotografias das personagens em preto e branco, para que os leitores pudessem ver e sentir a representação e significado das imagens dispostas no livro-reportagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos desse trabalho era como a Emenda Constitucional nº 72/2013 impactou no trabalho das domésticas. E, essa investigação foi feita por meio da apreensão de histórias de vida de mulheres que trabalham com serviços domésticos no interior da Bahia. As duas cidades escolhidas, apesar de possuírem grandes diferenças no quesito populacional e econômico, não apresentaram discrepâncias com relação à realidade empregatícia das entrevistadas. Enquanto estive em campo e depois, ao estudar os últimos dados da Pnad Contínua do IBGE, pude observar que os resultados dessa pesquisa se equipararam com a pesquisa nacional porque a faixa etária, escolaridade e a cor das participantes de Gandu e Vitória da Conquista, se mantiveram muito próximas dos referidos dados.

Nas conversas, todas as entrevistadas afirmaram que a Emenda Constitucional trouxe mudanças significativas para essa classe trabalhista, impactando positivamente. Até mesmo uma das participantes que não mais conseguiu trabalhar como mensalista, também ratificou a importância dessas garantias para as domésticas. Somente uma das trabalhadoras obteve a legalização depois que a lei foi promulgada, porém, outras duas recebem o salário mínimo e acreditam que isso acontece muito provavelmente por conta da emenda. Ao entrevistar as participantes, pude perceber que quase todas elas realizam o ofício por gostar da área, com exceção de uma que trabalha somente por necessidade, e se sentem satisfeitas quando chega o final do expediente e os ambientes das casas estão exalando o cheiro de limpeza.

O objetivo geral proposto neste trabalho foi cumprido. Ao final, fiz um livro-reportagem com nove reportagens-perfil, narrando as histórias das personagens. Fazer isso por meio do Jornalismo Literário se mostrou assertivo, porque foi possível direcionar a escrita para a

construção cena a cena, com diálogos completos e registro de símbolos do status de vida das personagens, de acordo com a caracterização da narrativa do Jornalismo Literário dita por Wolfe (2005). A metodologia utilizada foi uma aliada, visto que, fui a campo entrevistar as trabalhadoras domésticas, livre de hipóteses para receber o que elas iriam me contar, para que ao final, pudesse tirar minhas conclusões de como é ser uma trabalhadora doméstica.

Problematizar o cumprimento da lei também foi importante, porque depois da Consolidação das Leis Trabalhistas, demorou 72 anos para que os empregados domésticos viessem a ter os mesmos direitos comuns a outras profissões. Isso evidencia que por muito tempo, esses serviços não eram considerados de grande valor e contribuição para a sociedade, principalmente porque o trabalhador doméstico não gera lucros ao empregador. Apesar do impacto positivo que a Emenda Constitucional nº 72/2013 causou na vida de alguns trabalhadores domésticos, ainda há muitos desafios para que eles consigam, na totalidade, gozar dos direitos legais, porque os dados oficiais mostram que mais de 70% não são alcançados por essas garantias previstas na lei. Além disso, existem as mulheres que não conseguem trabalhar como empregadas domésticas porque os possíveis empregadores não têm como pagar o que a lei exige, por isso, elas ficam sem trabalhar ou passam a não ter nenhum vínculo empregatício nas casas onde irão prestar seus serviços.

As discussões vistas e levantadas nessa pesquisa e no livro-reportagem, podem contribuir para estudos futuros, no sentido de fazer um acompanhamento ao longo do tempo para verificar se a realidade das trabalhadoras domésticas terá mais mudanças significativas, como um aumento de mulheres domésticas legalizadas, a faixa etária média e os níveis de escolaridades. Por meio do produto resultante desse trabalho, os futuros leitores poderão conhecer diferentes histórias de vida de mulheres que são invisibilizadas pela sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUSTO. Gillucci; TOUTAIN, Lídia Brandão. **A semiótica da imagem fotográfica digital em preto e branco**. Revista Ponto de Acesso, v. 10, nº 3 (2016): Fotografia: tempos e epistemologias. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/20943>. Acesso: 15 ago. 2023.

ARAÚJO, Marina Macedo. **Trabalho doméstico no Brasil: a luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos**. Brasília, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11482/1/2015_MarinaMacedoAraujo.pdf. Acesso: 14 abr. 2022.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Pedrinho A. Guareschi (trad.), 2a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal, UFRN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 27 set. 2022.

_____. **Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 27 set. 2022.

CASTRO, Gustavo de. **Jornalismo Literário: uma introdução.** Brasília: Casa das Musas, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/40828132/Gustavo_Castro_Jornalismo_Liter%C3%A1rio_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 30 jul. 2022.

GUIMARÃES, Flávio Romero. **Trabalhadoras Domésticas: da invisibilidade e exclusão social à conquista de direitos.** Juruá Editora, 152 p. 2019.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** Barueri: Manole, 2004.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário: a realidade de forma autoral e humanizada.** In: Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano VI - n. 1 pp. 71 - 83 jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p71>. Acesso: 20 ago. 2022.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário.** Editora Contexto, 142 p. São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Kelly Cristine de Oliveira. **Trabalho Doméstico: um estudo sobre percepções de empregadas domésticas da cidade de Paula Cândido-MG, Viçosa, 2014.** Disponível em: <https://dcs.ufv.br/wp-content/uploads/2021/10/Trabalho-Domestico-um-estudo-sobre-percepcoes-de-empregadas-domesticas-da-cidade-de-Paula-Candido-MG.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022

Trabalho doméstico no Brasil. **DIEESE**, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso: 22 set. 2022

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo.** tradução José Rubens Siqueira : Companhia das Letras, 145 p. São Paulo, 2005.

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS

Data de submissão: 11/08/2024

Data de aceite: 26/08/2024

Maria Elizete Gonçalves

Universidade Estadual de Montes Claros -
UNIMONTES
Montes Claros - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/4416662802091683>

Sara Gonçalves Antunes de Souza

Universidade Estadual de Montes Claros -
UNIMONTES
Montes Claros - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/4346405840105248>

Maria de Fátima Rocha Maia

Universidade Estadual de Montes Claros -
UNIMONTES
Montes Claros - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7249459514059268>

Marília Borborema Rodrigues Cerqueira

Universidade Estadual de Montes Claros -
UNIMONTES
Montes Claros - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6463203726450181>

Vânia de Cássia Gonçalves Nunes

10º Batalhão de Polícia Militar do Estado
de Minas Gerais
Montes Claros - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/0404816558988514>

Nicholas Filipini de Moura

Universidade Estadual de Montes Claros -
UNIMONTES
Montes Claros - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6665271821941565>

Arilson Gomes Ferreira

Universidade Estadual de Montes Claros -
UNIMONTES
Montes Claros - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/1034698111405766>

Alexsandro da Silva Almeida Junior

Universidade Estadual de Montes Claros -
UNIMONTES
Montes Claros - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/3062607397722211>

Eduardo de Oliveira da Purificação

Universidade Estadual de Montes Claros -
UNIMONTES
Montes Claros - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/5571804805402575>

Alan Matos Trindade

Universidade Estadual de Montes Claros -
UNIMONTES
Montes Claros - Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6128768165868657>

Este artigo faz parte de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

RESUMO: O objetivo deste estudo é investigar se as empresas de pequeno porte (EPPs) da região Norte do Estado de Minas Gerais foram impactadas pela pandemia de COVID-19. Para o seu desenvolvimento foi utilizada a técnica de Análise de Sobrevivência, aplicada aos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para os anos de 2013 a 2020, sendo definido como evento de interesse a falência. Foi feito um recorte setorial, analisando-se os setores de serviços, comércio e indústria. Os resultados apontaram que a pandemia teve um impacto significativo na sobrevivência das EPPs da região, sobretudo nos setores de serviços e comércio, que abrangem a maior parte destes estabelecimentos. Contudo, é importante pontuar que caso medidas governamentais específicas aos pequenos negócios não tivessem sido implementadas no início do período pandêmico, o total de falências provavelmente teria sido mais elevado.

PALAVRAS-CHAVE: Empresas de pequeno porte; Análise de Sobrevivência; Norte de Minas Gerais; COVID-19.

IMPACT OF THE COVID-19 PANDEMIC ON THE SURVIVAL OF SMALL BUSINESSES IN THE NORTHERN REGION OF MINAS GERAIS

ABSTRACT: The objective of this study is investigate whether small businesses (EPPs) in the northern region of the State of Minas Gerais were impacted by the COVID-19 pandemic. For its development, the Survival Analysis technique was used, applied to microdata from the Annual Social Information List (RAIS) for the years 2013 to 2020, with bankruptcy being defined as an event of interest. A sectoral cut was made, analyzing the services, commerce and industry sectors. The results showed that the pandemic had a significant impact on the survival of EPPs in the region, especially in the services and commerce sectors, which cover the majority of these establishments. However, it is important to point out that if specific government measures for small businesses had not been implemented at the beginning of the pandemic period, the total number of bankruptcies would probably have been higher.

KEYWORDS: Small businesses; Survival Analysis; North of Minas Gerais; COVID-19.

INTRODUÇÃO

Na demografia de empresas são aplicados conceitos inerentes à demografia de populações, tais como taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de sobrevivência. Considerando que a dinâmica empresarial é configurada pela ocorrência destes eventos, que tem impacto sobre os níveis de produção, emprego e renda regionais, pesquisadores tem desenvolvido estudos sobre a temática, focando principalmente os empreendimentos de menor porte.

Os pequenos negócios representam a base da economia brasileira, correspondendo a uma grande parte do setor empresarial. Do total de empresas ativas no país, no primeiro trimestre de 2024, cerca de 90% correspondiam aos pequenos negócios, ou seja, os microempreendedores individuais (MEIs), as microempresas (MEs) e as empresas de pequeno porte (EPPs) (SEBRAE, 2024). Em Minas Gerais, a representatividade dos pequenos negócios ainda é maior, chegando a aproximadamente 94%. Contudo, esses

empreendimentos são mais suscetíveis ao fechamento (falência), em relação às empresas de maior porte; sobretudo nos dois primeiros anos de atividade. As causas são diversas, relacionadas ao dirigente, à empresa e ao ambiente (Albuquerque et al., 2022). Com relação a este último aspecto, no ano de 2020 a economia mundial foi impactada pela pandemia da COVID-19, sendo que os pequenos negócios foram mais fortemente afetados, conforme apontam alguns estudos realizados no Brasil, que focaram principalmente as micro e pequenas empresas (MPEs).

Entre estes estudos destacam-se os de autoria de Brito et al. (2021) e de Nogueira (2023), que constataram que as pequenas e microempresas foram bastante afetadas pela pandemia, com perda de capital e de empregos; além do encerramento de atividades.

Nesse contexto o presente estudo abordou, dentre os pequenos negócios, as EPPs da região Norte de Minas Gerais, tendo por objetivo verificar se a sobrevivência destas empresas foi impactada pela ocorrência da referida pandemia. Cabe destacar que a região objeto desta análise é uma das mesorregiões menos desenvolvidas do Estado ocupando, dentre as 12 mesorregiões mineiras, o 9º lugar no *ranking* estadual em termos de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (Gonçalves et al., 2024).

Diante do exposto, a pretensão deste estudo é trazer uma contribuição empírica à literatura regional sobre o tema, bem como apontar para a necessidade de um olhar diferenciado para as empresas deste porte, muito importantes em termos de geração de renda e emprego; sobretudo por estarem inseridas em um *lôcus* que requer intervenção governamental tendo em vista a promoção do desenvolvimento econômico.

Ademais, a técnica de análise empregada (Análise de Sobrevivência) também constitui um diferencial deste trabalho, pois, é pouco utilizada em função da escassez de bases de dados longitudinais na área.

SOBREVIVÊNCIA E MORTALIDADE EMPRESARIAL: ESTUDOS AFINS

Em determinadas regiões caracterizadas como mais empreendedoras há o estímulo para o nascimento de empresas, em comparação com regiões tidas como menos empreendedoras. Nesta ótica, Parker (2009) destaca os *spillovers* da informação e as redes sociais, os *spillovers* do conhecimento, a transmissão intergeracional e as economias de aglomeração como fontes de externalidades favoráveis ao empreendedorismo em nível espacial (Cespedes, 2018). Todavia, é reconhecidamente alta a taxa de mortalidade dos estabelecimentos, notadamente os de menor porte, nos primeiros anos de vida; o que resulta em grandes perdas para a sociedade. Muitos estudos têm sido realizados com o objetivo de identificação dos fatores associados à mortalidade empresarial, destacando-se os fatores internos (relacionados ao proprietário e à empresa) e externos (relacionados ao ambiente). No primeiro caso, destacam-se as características individuais, as habilidades gerenciais e os recursos e; no segundo, a regulação governamental e a economia (Rogoff

et al., 2004; Machado; Espinha, 2005; Grapeggia et al., 2011). Desta forma, urge a realização de estudos que contemplem a sobrevivência das empresas, particularmente, as de menor porte, mais suscetíveis à mortalidade. Contudo, tanto a bibliografia quanto os trabalhos empíricos relacionados à sobrevivência empresarial são escassos, pois as bases longitudinais existentes, que favorecem estudos mais aprofundados sobre a temática, são raras.

No Brasil, os poucos estudos existentes sobre a sobrevivência das empresas foram realizados utilizando-se diferentes abordagens, tanto de ordem qualitativa quanto quantitativa. No primeiro caso, é possível citar Pereira et al. (2009), Oliveira (2010) e Oliveira, Silva e Araujo (2014). No segundo, destacam-se Silva (2005), Carvalho e Fonseca (2010), Carmo, Santos e Lima (2013), Moraes e Markus (2015), Conceição, Saraiva e Fochezatto (2016), Cespedes (2018), Nunes (2019) e Nunes (2024). Em nível institucional, destacam-se as pesquisas realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); que abordam as taxas de entrada, de saída e de sobrevivência das empresas, entre outras variáveis relacionadas aos estabelecimentos e respectivos empregados. Podem ser apontados também os relatórios anuais divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que focam particularmente a sobrevivência das empresas de micro e pequeno porte que, além de constituírem um número expressivo de estabelecimentos no país, destacam-se na geração de emprego e renda no território nacional.

Parte da literatura estabelece uma associação entre crescimento e sobrevivência das organizações. De acordo com Coad et al. (2013), o crescimento da empresa é um importante fator relacionado à sua sobrevivência. Penrose (2006) define o crescimento como decorrente do processo interno de desenvolvimento da empresa, considerando-se o aumento da quantidade e a expansão. A esse respeito, Rauch e Rijskik (2013) inferem que o crescimento diminui a probabilidade de fechamento das pequenas empresas. Depreende-se, portanto, que os pequenos negócios são mais propensos à mortalidade, sobretudo nos anos iniciais de atividade. A alta representatividade desses estabelecimentos e, por conseguinte a sua importância econômica, justifica a realização de estudos como o proposto.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se enquadra como quantitativa e descritiva, sendo aplicada a técnica de Análise de Sobrevivência para o acompanhamento longitudinal das EPPs da região Norte de Minas Gerais, constituídas no ano de 2013, as quais foram acompanhadas até o ano de 2020 (ano inicial da pandemia de COVID-19).

Para o desenvolvimento do estudo, foi feito um recorte setorial, elegendo-se para análise as EPPs dos setores de serviços, comércio e indústria. A definição do porte das empresas baseou-se no número de empregados, mesmo critério adotado pelo SEBRAE.

Neste caso, foram considerados de 10 a 49 empregados para os setores de comércio e serviços e de 20 a 99 para o setor industrial.

Na aplicação da Análise de Sobrevivência, definiu-se que a variável-resposta corresponde ao tempo (T) desde a abertura da EPP até a ocorrência do evento “falência”, entre 2013 e 2020. A variável (T) é aleatória, especificada pela Função de Sobrevivência: $\hat{S}(t) = P(T > t) = 1 - \hat{F}(t)$. Na fórmula especificada, T refere-se ao Tempo decorrido até a incidência do evento (falência), enquanto t corresponde ao valor atribuído a cada um dos anos do período em estudo, sendo F(t) a Distribuição de probabilidade. As funções de sobrevivência foram estimadas pelo método Kaplan-Meier, um estimador não-paramétrico assim definido: $\hat{S}(t) = \prod_{i: t_i \leq t} \left(1 - \frac{d_i}{n_i}\right)$; em que t é o tempo de ocorrência do evento (falência), n_i o número de EPPs sob o risco de falência (que ainda não experimentaram o evento e nem foram censuradas até o tempo t_i) e d_i o número de eventos (falência) ocorridos no tempo t_i .

Neste estudo os anos de acompanhamento foram designados por 1 a 7, sendo que o intervalo 1-2 corresponde aos anos de 2013/14 a 2015, o intervalo 2-3 aos anos de 2015 a 2016; ... e; por fim, o intervalo 6-7 aos anos de 2019 e 2020. Foram utilizados os microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referentes aos anos de 2013 a 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta a tábua de sobrevivência das empresas de pequeno porte do Norte de Minas, que são acompanhadas desde o ano de abertura (2013) até o ano de 2020. Do total de estabelecimentos acompanhados (178), cerca de 65% foram à falência ($n=116$), sendo que ao final do período a taxa de sobrevivência foi de apenas 26,89%. Observa-se ainda que a maior parte das EPPs analisadas pertence ao setor de serviços, seguido pelo setor de comércio.

Chama a atenção o fato do número de falências ter sido maior nos últimos anos de acompanhamento (intervalo 6-7); enquanto o segundo maior número foi registrado entre o primeiro e segundo ano (intervalo 1-2). A esse respeito, é importante mencionar que os estudos realizados sobre o tema indicam uma maior mortalidade de micro e pequenas empresas nos dois primeiros anos de atividade (SEBRAE, 2016; Nunes, 2019). Portanto, os resultados obtidos expressam os efeitos perversos da pandemia de COVID-19 sobre as EPPs norte-mineiras, levando um número significativo à mortalidade (26), após cinco anos de estabelecimento no mercado. Outro aspecto que aponta nessa direção é que, na transição do intervalo 5-6 para 6-7 (este último inclui o ano inicial da pandemia) a taxa de sobrevivência das EPPs apresenta uma redução de aproximadamente 0.23 pontos percentuais, bastante superior à redução observada entre os demais intervalos.

Intervalo	Total	Falência	Perda acomp. ^(*)	Taxas de Sobrevivência
1 -> 2	178	22	0	0.8764
2 -> 3	156	14	0	0.7978
3 -> 4	142	19	0	0.6910
4 -> 5	123	15	0	0.6067
5 -> 6	108	20	0	0.4944
6 -> 7	88	26	62	0.2689

Tabela 1. Tábua de Sobrevivência das EPPs da mesorregião Norte de Minas, setores indústria, serviços e comércio, 2013 a 2020

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos microdados da RAIS (2013-2020). Nota: (*) Perda acomp: a perda de acompanhamento refere-se às empresas que, findo o período de análise (2020), deixaram de ser acompanhadas; não havendo informação posterior sobre sua sobrevivência ou mortalidade.

Na Tab. 2 é apresentada a tábua de sobrevivência das EPPs da mesorregião, segundo os setores de atividade econômica.

Indústria				
Intervalo	Total	Falência	Perda acomp.	Taxas de Sobrevivência
1 -> 2	8	2	0	0.7500
4 -> 5	6	3	0	0.3750
6 -> 7	3	1	2	0.1875
Serviços				
Intervalo	Total	Falência	Perda acomp.	Taxas de Sobrevivência
1 -> 2	92	12	0	0.8696
2 -> 3	80	5	0	0.8152
3 -> 4	75	14	0	0.6630
4 -> 5	61	9	0	0.5652
5 -> 6	52	8	0	0.4783
6 -> 7	44	14	30	0.2474
Comércio				
Intervalo	Total	Falência	Perda acomp.	Taxas de Sobrevivência
1 -> 2	78	8	0	0.8974
2 -> 3	70	9	0	0.7821
3 -> 4	61	5	0	0.7179
4 -> 5	56	3	0	0.6795
5 -> 6	53	12	0	0.5256
6 -> 7	41	11	30	0.3033

Tabela 2. Tábua de Sobrevivência por setor, EPPs da mesorregião Norte de Minas, 2013 a 2020.

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos microdados da RAIS (2013-2020).

Para todos os setores analisados há um intervalo de tempo no qual houve um maior número de falências. No setor da indústria a maior ocorrência deste evento foi do ano 4 para o ano 5, sendo que nos intervalos que não aparecem dados para o setor, compreende-se que não houve falências. No setor de serviços, os intervalos que compreendem os anos 3-4 e 6-7 apresentaram o mesmo número de empresas falidas (14); e por fim, no setor de comércio, o intervalo em que mais se observa falências é entre os anos 5 e 6.

Entre o primeiro e o segundo ano de atividades, a maior taxa de sobrevivência de EPPs foi observada para o setor de Comércio (0,8974) e a menor, para o setor industrial (0,7500). Esse resultado para o Norte de Minas difere em parte daqueles apontados no estudo de Nunes (2019), que revelou taxas de sobrevivência das EPPs da indústria e do Comércio, localizadas em Minas Gerais, bastante superiores às do setor de serviços, nos dois primeiros anos de atividade. Entretanto, houve consenso com relação à menor sobrevivência das EPPs do setor de serviços.

Ao fim do período de acompanhamento há um igual registro do número de empresas sobreviventes (30) tanto no setor de serviços quanto no de comércio; não obstante o maior número de constituições para o setor de Serviços. Salienta-se também que na transição dos intervalos 1-2 para 4-5, as taxas de sobrevivência das EPPs do setor de indústria caíram cerca de 0.38 p.p. No setor de serviços, a maior queda na taxa de sobrevivência ocorreu na transição do intervalo 5-6 para o intervalo 6-7 (cerca de 0.23 p.p); o mesmo ocorrendo no setor de comércio (cerca de 0.22 p.p). Este resultado expressa o efeito negativo e acentuado da pandemia sobre as empresas de pequeno porte da região norte-mineira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou que a pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo na sobrevivência das empresas de pequeno porte da região Norte de Minas Gerais. Especificamente com relação aos setores de comércio e serviços, mais expressivos em termos de constituições de EPPs, esse impacto ficou evidenciado pela queda mais acentuada das taxas de sobrevivência dessas empresas na transição do intervalo 5-6 para o intervalo 6-7, ou seja, na transição do ano de 2019 (anterior à pandemia) para o ano de 2020 (ano inicial da pandemia). Importante ressaltar que as medidas governamentais direcionadas às MPes, no início da pandemia, contribuíram para evitar um maior número de extinções e demissões; a exemplo do adiamento do recolhimento do Simples Nacional por um período de três meses e a liberação de recursos (R\$ 5 bilhões) pelo Programa de Geração de Renda (PROGER) para a concessão de empréstimos destinados ao capital de giro das MPes. Na ausência de tais medidas, o efeito negativo da pandemia sobre os pequenos empreendimentos dos setores analisados provavelmente seria ainda maior.

Para além destas ações empregadas em função de fatores ambientais (neste caso, a pandemia), outras que contemplem os fatores relacionados aos gestores e às empresas de pequeno porte são fundamentais para assegurar a sua sobrevivência no mercado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A.F.; CAMPOS, F.S.P.; SOUSA, M.A.B.; MOURA, L.B.P.; SOUSA, R.M; **Fatores de mortalidade de pequenas empresas: análise dos artigos publicados na biblioteca spell**. REUNA, Belo Horizonte - MG, Brasil, v. 27, n. 4, p. 80 a 101. 2022.
- BARBOSA, R.J; PRATES, I. **Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia**. IPEA. Notas Técnicas: Mercado de Trabalho (69). Julho de 2020.
- BLOSSFELD, H. P.; HAMERLE, A.; MAYER, K. U. *Event history analysis: statistical theory and application in the social sciences*. Hillsdale: L. Erlbaum Associates, 1989.
- BRITO, I.A.L.; ARAUJO, J.C.O; CALDAS, A.J.R; LIMA, J.M. **Os Efeitos da Covid-19 nas Micro e Pequenas Empresas no Brasil: uma análise nas informações de constituições e extinções de 2015 a 2020**. 21st USP *International Conference in Accounting. Accounting and Actuarial Sciences improving economic and social development*. Disponível em: <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3485.pdf>>. Acesso em: 12 may. 2024.
- GONÇALVES, M.E; SOUZA, S.G.A.; MAIA, M.F.R.; CERQUEIRA, M.B.R.; NUNES, V.C.G; MOURA, N.F; JÚNIOR, A.S.A.; PURIFICAÇÃO, E.O; TRINDADE, A.M. **Análise de Sobrevivência de Microempreendimentos Individuais, Micro e Pequenas Empresas no Estado de Minas Gerais: um Estudo Mesorregional no Período de 2013 a 2020**. Relatório de Pesquisa, 2024.
- NOGUEIRA, M. O. **A Covid deixa sequelas: a destruição do estoque de capital das micro e pequenas empresas como consequência da pandemia de Covid-19**/Mauro Oddo Nogueira e Rafael de Farias Costa Moreira – Rio de Janeiro: IPEA, 2023. 40 p. : il., gráfs. – (Texto para Discussão ; 2894).
- NUNES, V.C. **Longevidade das Micro e Pequenas Empresas das mesorregiões do estado de Minas Gerais: um estudo longitudinal para o período de 2011 a 2017**. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial). Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2019.
- NUNES, V.C.G; GONÇALVES, M.E.; SOUZA, S.G.A.; MAIA, M.F.R.; CERQUEIRA, M.B.R.; MOURA, N.F.; PURIFICAÇÃO, E.O.; JÚNIOR, A.S.A. **Análise de sobrevivência de microempresas em Minas Gerais, no contexto da pandemia da COVID-19**. 20°. Seminário de Diamantina. Diamantina, 2024.
- SALES, M.I.S. **FNE MPE: a contribuição do programa para a manutenção das empresas de pequeno porte na pandemia de Covid-19**. Fortaleza: BNB, 2022. (Série avaliação de políticas e programas, 17). Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1460/1/2022_SAPP_17.pdf . Acesso em Junho de 2024.
- SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Coleção, Estudos e Pesquisa. SEBRAE/2016. Núcleo de Estudos e Pesquisas. São Paulo: Sebrae, 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-nobrasil-relatorio-2016.pdf>. Acesso em agosto de 2024.
- SEBRAE. Relatório de pesquisa. **O impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios – 14ª edição**. Coleta: 25 de abril a 02 de maio de 2022.
- SEBRAE. **Estatística das Empresas**. Disponível em: <https://www.inteligencia-sebraemg.com.br/estatistica-das-empresas>. Acesso em Junho de 2024.

INVESTIMENTO MOÇAMBICANO NO EXTERIOR: DESAFIOS E BENEFÍCIOS PARA MOÇAMBIQUE

Data de aceite: 26/08/2024

Carlos Zalua

RESUMO: Actualmente o mundo está a viver uma era da globalização, onde os países desenvolvem estratégias de crescimento económico para o bem-estar da população. Sendo assim, a institucionalização e implementação dos negócios internacionais entre países, através dos acordos de mercados internacionais, vem dinamizar a internacionalização, com intuito de impulsionar a economia e suas variáveis. Portanto, o fomento dos negócios internacionais, ou seja, do global sourcing, faz com que haja maior expansão das multinacionais para além sem fronteiras, através da internacionalização dos investimentos, perfurando jazigos económicos dos recursos naturais não explorados. A globalização chamou atenção a Moçambique, na elaboração de normas e estratégias através de acordos com outros países, visando assim, acelerar a economia nacional, através dos recursos naturais que o país dispõe. Outrossim, a integração nos negócios internacionais, o país assinou vários acordos, que permitiram as empresas realizarem trocas comerciais.

Portanto, apresente pesquisa teve como objectivo de analisar o investimento moçambicano no exterior: desafios e benefícios para Moçambique. Nesta sequência, metodologicamente, quanto abordagem, a pesquisa é qualitativa, quanto ao procedimento a pesquisa é bibliográfica, quanto ao objectivo, a pesquisa é exploratória, o método de pesquisa usado, foi com base em materiais já elaborado e através de fontes bibliográficos existentes na internet. Após análise do tema, considera-se que Moçambique registou crescimento de investimentos ao longo dos últimos anos, pese embora, os conflitos, as mudanças climáticas e quadro normativos que carece de revisão influenciaram no avanço da economia, sem duvida Moçambique tem tudo para experimentar uma economia de sucesso. Sendo assim, sugere a revisão das normas existentes e definição de medidas de distribuição da riqueza de forma inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Benefícios e Desafios, Investimento.

ABSTRACT: Currently the world is living in an era of globalization, where countries develop economic growth strategies for the well-being of the population. Thus, the institutionalization and implementation of international business between countries, through international market agreements, boosts internationalization, in order to boost the economy and its variables. Therefore, the promotion of international business, that is, global sourcing, leads to a greater expansion of multinationals beyond borders, through the internationalization of investments, drilling economic deposits of unexploited natural resources. Globalization has drawn Mozambique's attention to the development of norms and strategies through agreements with other countries, thus aiming to accelerate the national economy, through the natural resources that the country has. In addition, the country has signed several agreements in international business, which allows companies to carry out trade. Therefore, this research aimed to analyze Mozambican investment abroad: challenges and benefits for Mozambique. In this sequence, methodologically, as to the approach, the research is qualitative, as to the procedure the research is bibliographic, as to the objective, the research is exploratory, the research method used, was based on materials already elaborated and through bibliographic sources existing on the internet. After analyzing the subject, it is considered that Mozambique has registered growth in investments over the last few years, although conflicts, climate change and the regulatory framework that needs to be revised have influenced the progress of the economy, without a doubt Mozambique has everything to experience a successful economy. Therefore, it suggests the revision of existing norms and the definition of measures for the distribution of wealth in an inclusive way.

KEYWORDS: Benefits and Challenges, Investment

INTRODUÇÃO

Actualmente o mundo está a viver uma era da globalização, onde os países desenvolvem estratégias de crescimento económico para o bem-estar da população. Sendo assim, a institucionalização e implementação dos negócios internacionais entre países, através dos acordos de mercados internacionais, vem dinamizar a internacionalização, com intuito de impulsionar a economia e suas variáveis. Portanto, o fomento dos negócios internacionais, ou seja, do *global sourcing*, fez com que haja maior expansão das multinacionais para além sem fronteiras, através da internacionalização dos investimentos, perfurando jazigos económicos dos recursos naturais não explorados.

A globalização chamou atenção a Moçambique, na elaboração de normas e estratégias através de acordos com outros países, visando assim, acelerar a economia nacional, através dos recursos naturais que o país dispõe. Outrossim, a integração nos negócios internacionais, o país assinou vários acordos, que permite as empresas realizem trocas comerciais.

Todavia, os negócios internacionais trazem consigo desafios na implementação de medidas que favorece a evolução económica, na distribuição equitativa da riqueza e o bem-estar. Outrossim, criar capacidades interna de exportação de excedentes pré-transformados, que poderá gerar mais crescimento económico local. Porém, isso, não é tarefa fácil, requer políticas claras que atrai investimentos internacionais.

Portanto, a presente pesquisa teve como objectivo de analisar o investimento moçambicano no exterior: desafios e benefícios para Moçambique. Nesta sequência, metodologicamente, quanto abordagem, a pesquisa é qualitativa, quanto ao procedimento a pesquisa é bibliográfica, quanto ao objectivo, a pesquisa é exploratória, o método de pesquisa usado, foi com base em materiais já elaborado e através de fontes bibliográficas existentes na internet. No entanto, apresenta 5 capítulos, a saber; introdução onde apresenta breve contextualização o investimento moçambicano no exterior, tendo em conta os desafios e benefícios, a revisão da literatura, consistiu na conceptualização dos termos chaves do tema da pesquisa, em seguida a análise e interpretação dos resultados, considerações finais e finalmente as referências bibliográficas.

REVISÃO DA LITERATURA

Conceitos de internacionalização e Investimento

Internacionalização

Os negócios internacionais nos permitem acessar produtos e serviços globais, o que tem um impacto significativo na qualidade de vida e bem-estar econômico, (Cavusgil, Knight, & Riesenberger, 2010).

De acordo com Stripp & Moran (1991), o processo de internacionalização se inicia com uma base no país de origem e a empresa passa lentamente por uma série de estágios independentes de expansão geográfica, cada uma classificada de acordo com os riscos de implementação.

Segundo Guerra & Senhoras (2015), a internacionalização de empresa é compreendido como um fenómeno de longa duração na dinâmica das relações económicas internacionais que se estruturou como uma força profunda mutável desde a conformação de capitalismo e dos Estados Nacionais ao longo de suas diferentes fases, sendo caracterizado pelas rotinas e diferentes padrões de operação no exterior.

Neste contexto, a internacionalização poder ser considerado como sendo um caminho de capitalização da economia de um determinado país junto doutro através de acordos de mercados internacionais que visa a trocas comerciais de bens e serviços, sendo que a sua efectivação depende de políticas governamentais.

Risco da internacionalização

Segundo Cavusgil, Knight & Riesenberger (2010), a internacionalização de empresas está comumente sujeita a quatro tipos principais de risco, que são:

- **Risco intercultural** é usado para descrever uma situação ou evento em que uma interpretação cultural inadequada coloca em risco alguns valores humanos. compreende as diferenças entre idiomas, estilo de vida, pensamento, tradições e religião;
- **Risco-país** (risco político), atribui-se aos efeitos que podem ser negativos para as operações e a lucratividade de uma empresa provocados por mudanças nas leis, economia e políticas de um país exterior;
- **Risco cambial** (risco financeiro) refere-se ao risco de flutuações de câmbio negativas; e
- **Risco comercial** refere-se ao risco de que uma empresa pode perder dinheiro ou fracassar devido as estratégias, táticas ou procedimentos mal elaborados ou implementados.

De acordo com Sousa (2023) , o nível do risco de uma internacionalização depende de factores internos a empresa, como o nível de conhecimento de mercados e de operações internacionais, e de fatores externos, como o grau de estabilidade dos mercados, devido a fatores de caráter político, econômico e social.

Nesta senda, leva-se a entender que a internacionalização não meramente simples, ela tem riscos que devem ser considerados no âmbito da sua implementação. Antes, é preciso fazer um mapeamento além fronteira e para descobrir os riscos existentes no país onde se pode internacionalizar, de modo não afectar negativamente os negócios, através da cultura local, políticas dos país, o poder da moeda e prejuízo que pode incorrer.

Investimento

Segundo Cavusgil, Knight & Riesenberger (2010), o investimento internacional refere-se à transferência de ativos para outro país ou aquisição deles nesse país. Esses ativos, que incluem capital, tecnologia, talento gerencial e infraestrutura manufatureira, são denominados pelos economistas de fatores de produção.

De acordo com Almeida (2007), o investimento no exterior pode ser importante para aumentar o volume exportado, mas que os efeitos dependem das características do produto, do mercado receptor e do tipo de investimento.

Entretanto, a troca de bens e serviços na internacionalização, são feitos com base no investimento que são realizados no exterior, na qual visam a mexer os factores das economias e suas variáveis. Dante mão, o investimento é crucial na internacionalização, porque mexe com estruturas macroeconômicas.

Motivos de internacionalização

Segundo Cavusgil, Knight & Riesenberger (2010), as empresas buscam a internacionalização por uma série de motivos. Entre eles, aumentar a perspectiva de vendas e lucros, prestar melhor atendimento a clientes, ter acesso a fatores de produção de menor custo ou melhor valor, otimizar as fontes de suprimento, desenvolver economias de escala, enfrentar a concorrência de forma mais eficaz, manter relacionamentos vantajosos com parceiros estrangeiros e obter novas ideias para a criação ou a melhoria de bens e serviços.

De acordo com Almeida (2007), a internacionalização pode não significar investimento no estrangeiro, mas transformação da empresa doméstica para fazer face aos padrões e modelos de negócios que firmas estrangeiras utilizarão para competir no mercado local; internacionalizar significando adotar padrões de produtos/serviços e modelos de negócios capazes de proteger o mercado local dos competidores multinacionais ou transnacionais.

Desta festa, percebe-se que a internacionalização das empresas possui vários motivos, sendo que objectivo fundamental consiste no desenvolvimento da economia, onde são mexidos os factores da economia e suas variáveis. Entretanto, este processo visa a flexibilização na recuperação da economia e bem-estar, por meio de negócios de bens e serviços, pelas multinacionais.

Modos de entrada nos negócios internacionais

Segundo Cavusgil, Knight & Riesenberger (2010), modo de entrada depende da natureza do negócio, bem como da natureza da empresa focal, seus produtos e metas.

Situação do investimento moçambicano no exterior

De acordo com Banco de Moçambique (2022), o IDE de 2018 a 2021 mostra uma tendência crescente, influenciado pelo aumento do influxo de capitais dos GP (Grandes Projectos), associados a projectos da indústria extractiva, com enfoque para as actividades de prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma, assim como, para revitalização da indústria de carvão e de areias pesadas. Todavia, em 2022 o IDE dos GP registou uma queda face ao ano de 2021, devido ao desinvestimento 1º realizado por empresas da indústria do carvão mineral.

É plausível que Moçambique continue a chamar atenção dos investidores para operacionalizar ou executar os grandes projectos de recursos naturais, dada a sua riqueza natural e a sua falta de capital e capacidade próprias para desenvolve-los por sua conta, (Ross, 2014).

No entanto, a situação do investimento moçambicano no exterior, é significativa e estável, tendo em conta crescimento económico que tem sido verificado ao longo dos últimos anos, após a guerra civil, através dos recursos naturais que tem sido descoberto

e agricultura comercial, isso tem chamado atenção das multinacionais a investirem em Moçambique. Lamentavelmente, os conflitos no Norte de Moçambique e as políticas obsoletas, tende a influenciar nos desinvestimentos de alguns multinacionais.

Desafios de Moçambique no investimento exterior

De acordo com Banco de Moçambique (2022), a contínua deterioração da PII (Posição de Investimento Internacional) líquida em linha com o estágio de desenvolvimento do País, caracterizado pelos influxos de investimentos realizados, maioritariamente, pelo sector privado, numa situação em que a constituição de activos no exterior não evoluiu ao mesmo ritmo que os passivos. Outrossim, a autonomia financeira, medida pela capacidade de os activos do País fazerem face aos seus passivos, mostra igualmente, uma tendência crescente em comparação com a PII líquida medida em percentagem do PIB.

De acordo com (Banco Mundial, 2023), Moçambique deve forjar um novo paradigma de desenvolvimento baseado em fontes diversificadas de crescimento, produtividade e emprego, com a previsão de mais de meio milhão de pessoas a entrar na força de trabalho todos os anos.

De acordo com (Ross, 2014), as prioridades imediatas do país são partilhar os benefícios deste crescimento de forma mais abrangente entre a população e abordar os desafios de transformação em curso da economia, da sua tradicional base agrícola para o predomínio de actividades de grande escala em minas, agronegócios, transformação e serviços.

Deste modo, os desafios de Moçambique no investimento exterior, é de implementar e monitorar as políticas existentes, também, criar inovações através do *know how*, para tornar-se uma economia de sucesso baseada em conhecimento através recursos naturais existentes, considerando que são recursos limitados.

Benefícios de Moçambique no investimento exterior.

Segundo Unctad (2012). a capacidade de Moçambique de atrair IDE nessas proporções em tão pouco tempo após emergir de um conflito, é notável, sendo que poucos países menos desenvolvidos que também haviam estado em conflito, têm sido capazes de bater tal recorde. Os mega-projectos – investimentos de grande escala no setor industrial e nas indústrias de extração – desempenharam um papel significativo na história do sucesso e da rápida recuperação de Moçambique.

De acordo com Banco de Moçambique (2022), o IDE de 2018 a 2021 mostra uma tendência crescente, influenciado pelo aumento do influxo de capitais dos GP, associados a projectos da indústria extractiva, com enfoque para as actividades de prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma, assim como, para revitalização da indústria de carvão e de areias pesadas.

De acordo com Ross (2014), o crescimento de Moçambique é o reflexo de políticas macroeconômicas sólidas, complementadas por uma série de reformas na política estrutural, fortemente suportadas pelos doadores e por condições econômicas mundiais favoráveis, em especial no tocante aos preços das matérias-primas.

Neste contexto, os benefícios de Moçambique de investimento no exterior, depende muito mais das políticas governamentais de aceleração econômica, são elas as detentoras de avanços na implementação do Investimento Direito Estrangeiro (IDE), conjugado com as medidas levado a cabo pelo Centro de Promoção Investimento (CPI). Embora, Moçambique tenha tudo para experimentar o desenvolvimento econômico sustentável, é necessário que o Governo desenhe estratégias impulsionadoras da economia, dando incentivos as multinacionais e distribuição inclusiva da riqueza.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Situação do investimento moçambicano no exterior

De acordo com Banco de Moçambique (2022), o IDE de 2018 a 2021 mostra uma tendência crescente, influenciado pelo aumento do influxo de capitais dos GP, associados a projectos da indústria extractiva, com enfoque para as actividades de prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma, assim como, para revitalização da indústria de carvão e de areias pesadas.

No entanto, feita análise de dados arrolados pelo BM, na qual o investimento direito do estrangeiro não apresenta grandes mudanças dos variáveis da economia nacional, pese embora, Moçambique tenha recursos naturais em alta escala, não afecta positivamente a economia, talvez por motivo da falta de inclusão na distribuição equitativa da exploração dos recursos naturais existente no país. Entretanto, perceber-se ainda que Moçambique exporta mais materiais primas para exterior em detrimento disto apresenta maior índice de importações de bens.

Desafios de Moçambique no investimento exterior

Segundo Banco de Moçambique (2022), a contínua deterioração da PII (Posição de Investimento Internacional) líquida em linha com o estágio de desenvolvimento do País, caracterizado pelos influxos de investimentos realizados, maioritariamente, pelo sector privado, numa situação em que a constituição de activos no exterior não evoluiu ao mesmo ritmo que os passivos.

De acordo com Ross (2014), o desafio fundamental do país consiste em criar um clima favorável à expansão de investimento estrangeiro de outro tipo, ou seja, projetos com menor coeficiente de capital e com maiores ligações a economia interna. (...), lacunas identificadas nas infraestruturas de apoio e na complexidade do quadro normativo precisam de atenção para que o investimento possa gerar taxas de retorno viáveis para a economia.

Num cenário em que a maior parte dos países se preocupam em recuperar suas economias através do *global sourcing*, oriundo dos negócios internacionais, Moçambique apresenta desafios no estabelecimento de políticas de aceleração econômica, por meio recursos naturais, que poder gerar impulso no bem-estar população e aumento da produtividade. Neste contexto, internacionalização das empresas privadas, evolução dos activos no exterior e incremento da privatização das empresas estatais pode permitir o desenvolvimento econômico, isto pode mexer com as variáveis da economia. Por outro lado, a redução da interdependência da dívida externa, também, constitui a chave para o crescimento sustentável da economia.

Benefícios de Moçambique no investimento exterior

Os mega-projectos – investimentos de grande escala no setor industrial e nas indústrias de extração – desempenharam um papel significativo na história do sucesso e da rápida recuperação de Moçambique. (Unctad, 2012). Por sua vez, de acordo com Banco de Moçambique (2022), o IDE de 2018 a 2021 mostra uma tendência crescente, influenciado pelo aumento do influxo de capitais dos GP, associados a projectos da indústria extractiva, com enfoque para as actividades de prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma, assim como, para revitalização da indústria de carvão e de areias pesadas.

Neste contexto, analisando os dados da UNCTAD e BM, apresentam o resultado de crescimento econômica de Moçambique, devido a introdução de políticas pelo Governo, após guerra civil no que tangem a Investimento Direito Estrangeiro e criação de Centro de Promoção de Investimentos. Porém, essas políticas reclamam por uma revisão pontual, tendo em conta o *global Sourcing*, que mexe com a internacionalização dos investimentos e sucesso da economia moçambicana e o bem-estar da população. Porque, percebe-se que a fluidez da economia, no âmbito da globalização, depende muito mais do Governo, na definição de políticas claras e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Actualmente o mundo está a viver uma era da globalização, onde os países desenvolvem estratégias de crescimento econômico para o bem-estar da população. Sendo assim, a institucionalização e implementação dos negócios internacionais entre países, através dos acordos de mercados internacionais, vem dinamizar a internacionalização, com intuito de impulsionar a economia e suas variáveis.

Portanto, o fomento dos negócios internacionais, ou seja, do *global sourcing*, faz com que haja maior expansão das multinacionais para além sem fronteiras, através da internacionalização dos investimentos, perfurando jazigos econômicos dos recursos naturais não explorados.

A globalização chamou atenção a Moçambique, na elaboração de normas através de acordos com outros países, visando assim, acelerar a economia nacional, através dos recursos naturais que o país dispõe. Outrossim, a integração nos negócios internacionais, o país assinou vários acordos, que permite as empresas realizem trocas comerciais.

Todavia, os negócios internacionais trazem consigo desafios na implementação de medidas que favorece a evolução econômica e na redução do PIB, porém, isso, não é tarefa fácil, requer políticas claras que atrai investimentos internacionais.

Por isso, considera -se que a internacionalização dos investimentos em Moçambique é fundamental no processo de recuperação econômica, redução da interdependência externa, proporcionando assim, o desenvolvimento econômico sustentável e bem-estar da população, através de políticas inclusivas, e *know how* deve ser o ponto focal para desenvolvimento de Moçambique. Sendo assim, sugere a revisão das normas existentes e definição de medidas de distribuição da riqueza de forma inclusiva.

REFERÊNCIAS

Almeida, A. (2007). *Internacionalização de empresas brasileiras: perspectivas e riscos*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Banco de Moçambique. (22 de Maio de 2022). *Boletim Anual da Balança de Pagamentos*. Maputo: Banco de Moçambique. Fonte: [diarioeconomico.co.mz](https://www.diarioeconomico.co.mz): <https://www.diarioeconomico.co.mz>

Banco Mundial. (2023). *Actualidade económica de Moçambique: O papel dos serviços no crescimento económico e geração de empregos*. Washington: BM.

Cavusgil, S., Knight, G., & Riesenberger, J. (2010). *Negócios internacionais: Estratégia, gestão e novas realidades*. São Paulo: Pearson Printence Hall.

Guerra, T., & Senhoras, E. (2015). *Evolução da internacionalização empresarial brasileira* (Vol. 14). Roraima: UFRR.

Ross, D. (2014). *Moçambique em ascensão: construir um novo dia*. Washington: D.C.Fundo Monetário Internacional.

Sousa, J. M. (2023). *Gestão de negócios internacionais*. São Paulo: Senac.

Stripp, W., & Moran, R. (1991). *Dynamics of Successful International Business Negotiations*.

Unctad. (2012). Estudo sobre a política de investimento em Moçambique. *Conferência Das Nações Unidas Sobre Comércio E Desenvolvimento*., 18.

Viera, D. (1873). *Grande Dicionário Portuguez* (Vol. 2). Porto.

MODELAGEM MATEMÁTICA E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA. IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Data de submissão: 30/06/2024

Data de aceite: 26/08/2024

Erich Leighton Vallejos

Universidad San Sebastián, Facultad de
Educación
Programa de Formación Pedagógica para
Licenciados y/o Profesionales
Concepción, Chile
<https://orcid.org/0000-0001-7319-9469>

Carmen Cecilia Espinoza Melo

Universidad Católica de la Santísima
Concepción
Facultad de Educación
Departamento de Didáctica
Concepción, Chile
<https://orcid.org/0000-0002-4734-9563>

Asociado al proyecto DIREG
12/2022 fuente de financiamiento
Dirección de Investigación UCSC

RESUMO: O problema do ensino da matemática no ensino secundário baseia-se na fraca ligação com temas do mundo real e na falta de relação com outras áreas do conhecimento. Por sua vez, a importância da modelagem matemática, como estratégia pedagógica, é uma ferramenta poderosa para a realização do processo de ensino e aprendizagem, pois permite aos

alunos conectar conceitos com situações da vida cotidiana. e levanta-se a necessidade de formar professores na formulação e construção de problemas de modelagem, bem como no uso da linguagem matemática e da argumentação matemática. Ao promover tarefas de modelagem, ajuda a melhorar a resolução de problemas, a criatividade, o pensamento crítico, a aplicação de conceitos em contextos e prepara os alunos para enfrentar desafios de forma colaborativa. A incorporação da modelação matemática na formação inicial de professores de matemática permite-nos desafiar as concepções dos futuros professores sobre a matemática e o seu ensino, com o objectivo de os preparar para o seu trabalho docente e criar uma sala de aula mais inclusiva, participativa e consciente do indivíduo. características e conectadas ao meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Modelagem matemática, educação matemática inclusiva, formação de professores

MATHEMATICAL MODELING AND INCLUSIVE MATHEMATICAL EDUCATION. IMPLICATIONS FOR TEACHER TRAINING

ABSTRACT: The problem of teaching mathematics in secondary education is based on the poor connection with real-world topics and the lack of relationship with other areas of knowledge. For its part, the importance of mathematical modeling, as a pedagogical strategy, is a powerful tool to carry out the teaching and learning process, as it allows students to connect concepts with everyday life situations. and the need to train teachers in the formulation and construction of modeling problems, as well as in the use of mathematical language and mathematical argumentation, is raised. By promoting modeling tasks, it helps enhance problem solving, creativity, critical thinking, the application of concepts in contexts, and prepares students to face challenges collaboratively. The incorporation of mathematical modeling in the initial training of mathematics teachers allows us to challenge the conceptions of future teachers about mathematics and its teaching, with the aim of preparing them for their teaching work and creating a more inclusive, participatory classroom, aware of the individual characteristics and connected to the environment.

KEYWORDS: Mathematical modeling, inclusive mathematics education, teacher training

MODELACIÓN MATEMÁTICA

La enseñanza de la matemática se ha desarrollado a lo largo de los años y constantemente se buscan nuevas estrategias de implementación, pues existen obstáculos en las aulas que se presentan a través de la enseñanza conductual, el aprendizaje de memoria, los métodos repetitivos y la falta de articulación con otras materias; lo que genera dificultades en el aprendizaje. Aprender cualquier contenido matemático era un desafío para los docentes del siglo XXI, porque los estudiantes rechazan la mecanización de los métodos, la falta de conexión de la disciplina con cuestiones de la vida real y su falta de conexión con otras áreas del conocimiento (Biembengut; Hein, 2004; Bassanezi, 2002).

Oliveira (2006) afirma que la modelación matemática permite el desarrollo del conocimiento matemático, pues da a conocer el papel de las matemáticas en la sociedad y proporciona una base para su inclusión en las prácticas formativas de los docentes que participan en la formación. La sociedad actual requiere del desarrollo de habilidades para analizar y criticar modelos matemáticos que nos permitan desenvolvernos en un mundo cada vez más tecnológico, globalizado y ser conscientes de las necesidades que nos rodean; Por tanto, se convierte en un desafío en el ámbito de la educación (Blomhøj, 2008).

La modelación matemática es un proceso didáctico que supone, entre otras cosas, dadas las características y la descripción matemática de una situación real, generar predicciones de un fenómeno (Guerrero-Ortiz, 2021). Este puede ser usado como un enfoque metodológico que se centra en las matemáticas como modelo de mediación del razonamiento lógico. Se utiliza para el tratamiento y análisis de situaciones-problema pertinentes y atractivos para el estudiante, a través de las fases del ciclo de la modelación (Ureña-Villamizar et al.2024; Rodríguez; Quiroz, 2016; Benavides; Cacua, 2022).

Esta habilidad matemática es una herramienta esencial para tomar decisiones, resolver problemas y ampliar conocimientos en diferentes áreas del conocimiento. Su aplicación implica la comprensión y transformación del mundo real, contribuyendo significativamente al desarrollo de habilidades del siglo XXI, fomenta la cultura de construcción del conocimiento, crítica y reflexiva. Por otro lado se considera fundamental para la actividad matemática ya que los procesos cognitivos tienen un importante rol por sobre los modelos resultantes. Estas habilidades juegan un rol importante en el aprendizaje de la matemática, facilitando la comunicación y el trabajo colaborativo (Solar et al., 2019).

Para llevar a cabo el proceso de modelado matemático se requiere representar acciones y situaciones usando lenguaje matemático, aplicar modelos, seleccionar datos y evaluar datos, reconocer regularidades y generalizar (Mineduc, 2016). Este proceso es auténtico y complejo, pues requiere de una serie de fases para resolver un problema, activando los procesos metacognitivos de los estudiantes (Solar et al., 2019).

MODELACIÓN E INCLUSIÓN

Nos planteamos la pregunta sobre si la inclusión a través de la educación matemática inclusiva y las potencialidades de la Modelación Matemática pueden favorecer, de manera conjunta, la alfabetización científica y matemática de todos. Para ello, se analizan diferentes investigaciones en matemática y en educación matemática que han abordado, por separado, la inclusión y las potencialidades de la modelación matemática, concluyendo en un primer acercamiento a una referencia de educación matemática más inclusiva, que avale la exploración de las potencialidades del modelamiento y que fomente una formación de profesores basada en este tema.

La inclusión se entiende como la aceptación de la diversidad del alumnado en todo centro educativo. Se considera como un aspecto enriquecedor para la comunidad escolar en su conjunto, y se desplaza la reflexión acerca de la diversidad como un problema. (Garrido et al., 2023; Utria, 2024; Palma, 2024). Por lo tanto, el alumno comprende que el aula es un entorno de diversidad, partiendo del entendimiento de que el entorno particular en el que el alumno está inmerso, su sociedad y su cultura también es diverso, incluido él y esta diversidad se produce incluso entre niños pertenecientes al mismo grupo escolar (Barletta, 2023; Gomez-Juma, 2022; Posso-Pacheco and Barba-Miranda, 2023).

Los procesos de inclusión social y educativa son un desafío para la educación, particularmente en el área de matemática. A través de la historia de la alfabetización matemática se han centralizado paradigmas y lenguajes que promovieron la segregación académica, consolidando discursos contrarios al cambio inclusivo (González González, 2023; Guerrero-Ortiz, 2021; Monteza Ramos, 2023). Hoy en día, se le presta especial interés a la enseñanza de las matemáticas con fines inclusivos. Estos fines tienen como objetivo el aprendizaje, el fortalecimiento del autoconcepto, la transformación de hábitos,

la preparación para la vida social en la comunidad y otros aspectos que influyen en el desarrollo integral del individuo.

El desafío que enfrentan los profesores a diario es lograr que los estudiantes comprendan las matemáticas y que estas tengan relación con la vida cotidiana. Según Álvarez y Patagua (2018), las aulas carecen de conexiones con otras áreas y fomentan la mecanización de algoritmos, lo cual desalienta el aprendizaje, provocando el rechazo por parte de ellos estudiantes. Por su parte, Huicahue et al. (2016) señalan que es muy difícil comprender satisfactoriamente los conceptos matemáticos con este tipo de actividades en las que las prácticas algebraicas y algorítmicas se transforman en lo esencial del proceso formativo y evaluativo.

La modelación matemática, originada en la educación matemática, parte de los parámetros de la educación inclusiva. Durante su proceso de planificación, describe, observa y evalúa el contenido educativo, también participa en determinar el proceso educativo, considerando aspectos diversos desde lo sensorial hasta lo cognitivo y axiológico. Es un proceso flexible y dinámico que se ajusta al estudiante en sus condiciones especiales, a partir de una educación diferenciada, adecuada e igualitaria. La hiperactividad y déficit de atención asociados al Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH) presentan una competencia cognitiva diversa. Además, otros factores como las relaciones con los padres y la experiencia educativa previa también contribuyen a esta diversidad. Por lo tanto, desde cualquier perspectiva, la diversidad es un aspecto central en la idea inclusiva del centro educativo. (Prado, 2022; García, 2021; Cruz et al. 2023). Producto de ello la educación matemática se transforma en un escenario donde los estudiantes son receptores de prácticas socio matemáticas sin diseñar un espacio propiamente educativo, crítico y que permita una inclusión de todos sin descartar la riqueza social y educativa que aportan los contextos en aprendizajes significativos en la resolución de problemas o situaciones complejas.

El proceso de modelado matemático desarrolla habilidades clave en los estudiantes que en un futuro forman parte de la fuerza laboral y, por ende, aporta al desarrollo de las sociedades más avanzadas. Diversos estudios muestran que las experiencias relacionadas con modelación matemática en aula mejoran los niveles instruccionales y otorgan beneficios para el desarrollo de habilidades matemáticas (Aravena et al., 2008).

INTERACCIÓN DE LOS ENFOQUES

La modelación matemática en la educación matemática inclusiva ofrece diversas ventajas y beneficios tanto para los estudiantes como para los docentes y la sociedad en general, enriquece la experiencia educativa, promueve la diversidad y contribuye a la construcción de una sociedad más inclusiva y justa. Algunos principios que promueve son: equidad y justicia, al garantizar que todos los estudiantes tengan acceso a una enseñanza

de la matemática de calidad, favorece la diversidad en el aula al reconocer las diferencias individuales, fomenta el aprendizaje significativo al adaptar las estrategias pedagógicas para atender a necesidades específicas de los estudiantes, favorece el desarrollo de habilidades matemáticas y sociales, promueve un clima de aula de participación y, desde el punto de vista del docente, beneficia el desarrollo profesional docente, brindando oportunidades de implementar estrategias pedagógicas inclusivas (González et al., 2020).

Las prácticas inclusivas fomentan la implementación de estrategias pedagógicas que permiten adaptar actividades y recursos educativos para atender las necesidades de cada estudiante, promoviendo un aprendizaje equitativo y significativo. Del mismo modo, estas prácticas promueven el desarrollo de habilidades sociales, empatía y sensibiliza a los estudiantes en la diversidad (Escobar et al., 2024a).

Para que estos enfoques interactúen entre sí, es menester que la formación de docentes en perspectiva inclusiva se lleve a cabo. Lo anterior implica desarrollar competencias y habilidades que les permitan atender de manera efectiva la diversidad de los estudiantes en el aula, incluyendo aquellos con discapacidad. Por lo tanto en la formación inicial y continua se deben tratar los temas de inclusión de manera permanente y promover estrategias de trabajo, también incorporar la reflexión y el análisis, pues en ese proceso se critica acerca de la discapacidad, la inclusión educativa y las prácticas pedagógicas, a fin de identificar y transformar aquellas barreras que limitan la participación de todos los estudiantes. Por otro lado, la colaboración interdisciplinaria es primordial, pues promueve la colaboración entre pares y entre equipos para diseñar estrategias inclusivas y adaptaciones curriculares que respondan a las necesidades educativas especiales (Cobeñas et al., 2024; Escobar et al., 2024a, 2024b)

CONSIDERACIONES FINALES

Desde la premisa que modelación es una estrategia pedagógica y componente importante del proceso de enseñanza y aprendizaje, se acepta que la formación básica de los profesores de matemáticas debe incrementar la experiencia y la capacidad de reflexionar y analizar el papel de estas estrategias en la enseñanza de contenidos matemáticos. En este sentido, Ortiz et al. (2008) afirman que la modelización permite a los profesores desarrollar ideas sobre lo que significa enseñar matemáticas y desarrollar estrategias y métodos para enseñar contenidos matemáticos específicos.

La necesidad de formar profesores de matemáticas en modelación es primordial pues puede usarse como una herramienta que permite a los estudiantes participar de actividades de aprendizaje incorporando lenguaje matemático, el razonamiento y la comunicación de procesos (Ortiz et al., 2008; Blomhøj, 2008).

A medida que se desarrolla la sociedad, se buscan nuevas ideas para una educación adecuada al contexto, especialmente en matemática, aún existen obstáculos para llevar a

cabo un proceso de enseñanza efectivo debido a que en las aulas aún hay orientación y énfasis a la memorización y reproducción de procedimientos matemáticos, ausentándose la representación, la comunicación, e incluso, la relación con otras áreas disciplinares. En el contexto de la modelación matemática esta situación se incrementa pues para llevar a cabo este proceso se requiere de renovar las aulas y que los estudiantes sean los protagonistas de la construcción del conocimiento.

Los futuros profesores de matemática tienen un gran desafío en el contexto de enseñanza actual, por un lado deben llevar a cabo procesos de aprendizaje matemático de calidad y, por otro lado, se conscientes del entorno de inclusión y diversidad en que están presentes. Es por ello que, las estrategias deben permitir no crear obstáculos para

Por último, hacemos hincapié en la necesidad de una formación en educación matemática que integre a la inclusión y contar con programas a nivel de postgrado que permitan investigar en relación al tema y que contribuyan el desarrollo profesional y la atención a las necesidades de todos los estudiantes.

REFERENCIAS

ÁLVARES, Valeria; PATAGUA, Ivone. Modelización matemática: Análisis de una experiencia aúlica en la secundaria. *Acta Latinoamericana de Matemática Educativa*, 31(1), 534-542, 2018.

ARAVENA, María; CAAMAÑO, Carlos; GIMÉNEZ, Joaquín. Modelos matemáticos a través de proyectos. *Revista latinoamericana de investigación en matemática educativa*. México, v.11, n.1, p.49-92, 2008.

BARLETTA, C. Inclusión y accesibilidad en la Educación Superior: estrategias para promover un entorno educativo inclusivo. *Trayectorias Universitarias*. Buenos Aires, v.9, n.16, p.129-129, 2023.

BASSANEZI, R.. *Ensino-aprendizagem com modelagem matemática*. São Paulo: Contexto, 2002.

BENAVIDES, L.; CACUA, I. **Mediación didáctica de las TIC para el desarrollo de competencias matemáticas**. Tesis (Maestría en Educación) – Departamento de Postgrado, Universidad de la Costa, Barranquilla, 2022.

BIENBEMGUT, María; HEIN, Nelson. Modelación matemática y los desafíos para enseñar matemática. **Educación Matemática**. *Distrito Federal*, v.16, n.2, p.105-125, 2004.

BLOMHØJ, M. Modelización matemática-una teoría para la práctica. **Revista de Educación Matemática**. Córdoba, v.23, n.2, p.20-35, 2008.

COBEÑAS, Pilar; et al. Barreras emergentes, nuevas oportunidades y construcción de apoyos para el trabajo en la virtualidad en clases de matemática. In **Enseñanza inclusiva de las matemáticas. Aportes para pensar las aulas con estudiantes con discapacidad**, Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 2024. p.81-109.

BARAHONA, Yesenia; et al. Dificultades del aprendizaje y las discapacidades dentro del aula regular. **Polo del Conocimiento**, Manta, v.8, n.3, p.2849-2860, 2023

ESCOBAR, Mónica; et al. Formar docentes para la enseñanza de las matemáticas desde una perspectiva inclusiva. In **Enseñanza inclusiva de las matemáticas. Aportes para pensar las aulas con estudiantes con discapacidad**, Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 2024. p.155-209.

ESCOBAR, Mónica; FILARDI, Mariana; ROMERO, Marcela. Enseñar matemática en el jardín de infantes desde una perspectiva inclusiva. In **Enseñanza inclusiva de las matemáticas. Aportes para pensar las aulas con estudiantes con discapacidad**, Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 2024. p.31-80.

García, C. El reto del Trastorno de Aprendizaje No Verbal, TANV: Propuestas para atender las dificultades de aprendizaje procedimental en el aula. **Revista de Educación Inclusiva**, España, v.14, n.2, p.149-165, 2021.

GARRIDO, Neil; HERNANDEZ, Jadrián; IBARRA, Meilis. Prácticas ancestrales Wayuu: una incorporación en el diseño de trayectorias de aprendizaje de las Matemáticas. **Revista Venezolana de Investigación en Educación Matemática**, Maracaibo, v.3, n.2, p.1-19, 2023.

GONZÁLEZ, A. **Modelo didáctico para el desarrollo del pensamiento matemático a través de la modelación matemática en situaciones de riesgo ambiental**. 2023. Tesis (Doctorado en Educación Matemática) – Facultad de Educación, Universidad Antonio Nariño, Bogotá, 2023.

GONZÁLEZ, José; GONZÁLEZ, Alexandra; Cifuentes, José. Educación matemática inclusiva: posibilidades y acercamientos a un programa de maestría en Boyacá (Colombia). **Información tecnológica**, La Serena, v.32, n.2, p.131-142, 2021.

GOMEZ, J. **Ambientes educativos inclusivos y su incidencia en el proceso de aprendizaje en niños con NEE en la UE Emigdio Esparza Moreno, Babahoyo**. 2022. Tesis (Licenciatura en Ciencias de la Educación) – Facultad de Ciencias Jurídicas, Sociales y de Ciencias de la Educación, Universidad Técnica de Babahoyo, Babahoyo, 2022.

GUERRERO, C. Modelación y tecnología como parte del conocimiento del futuro profesor de matemáticas. **Aportes a la práctica docente desde la didáctica de la matemática: modelación matemática**. España: Grao, 2019.

HUINCAHUE, Jaime; GUERRA, Gregorio. Propuesta didáctica en patrones: visión desde las competencias en modelación matemática, 2016. In: XIX Jornadas Nacionales de Educación Matemática, 2016.

MINEDUC. **Matemática. Programa de Estudio de Octavo Básico**. Santiago: Ministerio de Educación de Chile, 2016

MONTEZA, A. **Elaboración de proyectos y simulaciones para la alfabetización científica y tecnológica en estudiantes de una institución privada de Chiclayo**. 2023. Tesis (Maestría en Ciencias de la Educación) – Facultad de Ciencias Histórico Sociales y Educación, Universidad Nacional Pedro Ruiz Gallo, Lambayeque, 2023.

OLIVEIRA, A. As experiências dos futuros professores com modelagem matemática, 2006. In: III Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, 2006.

ORTÍZ, José; RICO, Luis; CASTRO, Enrique. La enseñanza del álgebra lineal utilizando modelización y calculadora gráfica: Un estudio con profesores en formación. **Revista de investigación en Didáctica de la Matemática**, v.2, n.4, p.181-189, 2008

PALMA, P. **Propuesta de mejora en la enseñanza Matemática usando gamificación en Unidad Educativa El Arroyo**. 2024. Tesis (Maestría en Educación) – Escuela de Posgrado Newman, Tacna, 2024.

POSSO, Richard; BARBA, Laura. Expresión corporal en educación inicial: fomento de la creatividad y la inclusión. **MENTOR revista de investigación educativa y deportiva**, Quito, v.2, n.2, p.1228-1234, 2023.

PRADOS, S. Mindfulness: una alternativa para afrontar el trastorno por déficit de atención con hiperactividad. **Aula de Encuentro**, Jaén, v.24, n.1, p.213-242, 2022.

RODRÍGUEZ, Ruth; QUIROZ, Samantha. El papel de la tecnología en el proceso de modelación matemática para la enseñanza de las ecuaciones diferenciales. **Revista latinoamericana de investigación en matemática educativa**, Ciudad de México, v.19, n.1, p.99-124, 2016.

SOLAR, Horacio, et al. Relaciones entre la argumentación y la modelación en el aula de matemáticas. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, São Paulo, v.37, n.76, p.500-531, 2023.

UREÑA, Yan, et al. Ma-Tecn: Modelo Innovador para Fomentar Competencias Lógico-Matemáticas. **AiBi Revista de Investigación, Administración e Ingeniería**, Cúcuta, v.12, n.2, p.63-74, 2024.

UTRIA, Y. **La realidad de la educación rural en Colombia**. Caminatas comunitarias para enseñar matemáticas en la costa caribe colombiana: un enfoque rural. Illinois, 2024, p.15-23.

SAÚDE MENTAL E SISTEMA JUDICIÁRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PAIPJ

Data de aceite: 26/08/2024

Thalita Melchiades da Silva

Mestra em Serviço Social pelo PPG/UFJF/
Serviço Social em 2024, assistente social
da Secretaria de Justiça e Segurança
Pública (SEJUSP)

RESUMO: O presente artigo busca refletir sobre o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAIPJ) bem como os desafios e possibilidades de atuação no referido programa. Para tanto, utiliza-se de revisão bibliográfica acerca de temáticas pertinentes às reflexões propostas e o relato de experiência como metodologia para a construção do trabalho. Busca trazer o debate em torno de como o Estado historicamente tem enfrentado a questão da saúde mental, a discussão sobre a medida de segurança, bem como o histórico e legislações que sustentam o PAIPJ aliado ao debate e análise acerca do cotidiano de trabalho bem como as possibilidades e desafios dentro de tal serviço.

PALAVRAS-CHAVE: saúde mental; sistema judiciário; Serviço Social; relato de experiência; PAIPJ

MENTAL HEALTH AND JUDICIAL SYSTEM: AN EXPERIENCE REPORT ON PAIPJ

ABSTRACT: This article aims to reflect on the Program of Integral Attention to the Patient Judiciary (PAIPJ) as well as the challenges and possibilities of acting in said program. For this, it is used bibliographic review about relevant themes to the proposed reflections and the report of experience as methodology for the construction of the work. It seeks to bring the debate around how the state has historically faced the issue of mental health, the discussion about the measure of the history and legislation that support PAIPJ allied to the debate and analysis about the daily work as well as the possibilities and challenges within such service.

KEYWORDS: mental health; judicial system; Social Service; experience report; PAIPJ

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca refletir sobre o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário-PAIPJ sob aspectos históricos e das legislações que sustentam o programa.

A inquietação por escrever este artigo vem de muito tempo, baseada sobretudo no entendimento de que a intervenção sem momentos para refletir o cotidiano profissional torna-se esvaziada e uma prática reiterativa.

Um traço essencial do capitalismo consiste em impor a completa sujeição da produção às leis anárquicas do mercado. Essa mercantilização da práxis tem uma clara consequência sobre a consciência dos homens: a atividade deles tende a se ocultar à sua própria consciência, a converter-se na essência oculta e dissimulada de uma aparência inteiramente reificada. (COUTINHO, 2010, p. 37)

A inserção no mercado de trabalho com todas as exigências colocadas para a/o profissional, como o excesso de demandas técnicas-operativas que diariamente exigem intervenções contínuas e imediatas aliado ao não reconhecimento por parte do empregador em entender a produção de conhecimento científico como também uma das dimensões do trabalho, tornam-se alguns dos grandes dificultadores para que as/os profissionais inseridos na intervenção possam dedicar-se na reflexão e construção de trabalhos acadêmicos a partir de suas experiências profissionais.

Assim, o objetivo do artigo é de discutir o PAIPJ como um serviço de extrema importância para a articulação do tratamento em saúde mental na rede aberta. Para tanto, procedeu-se revisão bibliográfica em torno da temática aliado ao relato de experiência da autora, entendendo que essa é uma aproximação inicial com a temática e não é o objetivo esgotar os elementos aqui apresentados.

ESTADO E SAÚDE MENTAL

Inicialmente cabe problematizar o quanto a loucura tem sido tratada pelo estado desde os primórdios em um espaço de criminalização e segregação. Se antes as pessoas tidas como “loucas” eram apartadas das ruas em locais como os manicômios, na atualidade essa retirada faz-se presente via depósitos em unidades prisionais. Segundo dados levantados junto ao site Agência Brasil, o investimento do governo brasileiro na segurança pública, em 2023 foi de 18 bilhões de reais em contrapartida o montante destinado à saúde mental nesse mesmo período soma 200 milhões de reais.

A retomada do modelo asilar na interface com a saúde mental nunca saiu de cena, todavia ganha ainda mais legitimidade política no governo Bolsonaro em 2019, com o Decreto nº 9.761 de 11 de abril de 2019, instituiu as Comunidades Terapêuticas como locais possíveis de tratamento dentro da rede de saúde. Tal entendimento teve continuidade ainda no governo Lula com a criação do Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas em

2023 que mais tarde, após pressões populares oriundas de setores da luta antimanicomial, o órgão passou a ser denominado Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas.

De acordo com dados do jornal O Globo de 29/09/2023 havia, naquela época no país, 14.948 vagas em comunidades terapêuticas com financiamento público, 602 instituições contratadas e um repasse governamental de R\$273 milhões pelo Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (Depad). Entre os problemas apontados na referida reportagem colocam que as comunidades terapêuticas possuem práticas como internações forçadas e indocumentadas, instalações precárias, péssimas condições de higiene, suspeita de trabalhos forçados, intolerância religiosa, homofobia e até indícios de sequestro e cárcere privado com a anuência da família. Tais informações foram atestadas por vistorias realizadas pelo Ministério Público Federal (MPF), Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 28 unidades, em 2017. A pesquisa envolveu 11 estados e o Distrito Federal.

A referida reportagem ainda aponta que em 2023 existiam em funcionamento no país 2.857 CAPS, 870 Serviços Residenciais Terapêuticos e que o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê a abertura de mais 200 CAPS. Dados do site do Governo Federal apontam que haviam em 2022 no país 2.795 CAPS já indicando um aumento no número de tais instituições no intervalo de 1 ano.

Nesse ínterim, ocorreu ainda a Resolução CNAS/MDS nº 151, de 23 de abril de 2024 que coloca o não reconhecimento das comunidades terapêuticas como entidades e organizações de assistência social e sua não vinculação ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) mostrando um novo alinhamento institucional para o cuidado de pessoas em sofrimento mental.

MEDIDA DE SEGURANÇA: O QUE É E A QUEM SE DESTINA?

Tratarei agora sobre alguns aspectos da medida de segurança. O caráter precípua desse mecanismo judicial é ofertar tratamento para a pessoa que cometeu um crime em decorrência de sofrimento mental. Socialmente, também tem como finalidade dar uma resposta à sociedade quando o indivíduo comete algum delito e é portador de sofrimento mental. “Art. 96. As medidas de segurança são: I - Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado; II - sujeição a tratamento ambulatorial.” (BRASIL, 1940).

Assim, percebe-se que a própria legislação que rege o Judiciário não acompanhou os avanços da sociedade e está em desacordo com a Lei 10.216 que atualmente preconiza o tratamento em meio aberto, preferencialmente, para as pessoas em sofrimento mental:

Art. 2º Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental (...) VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental. (BRASIL, 2001)

O que se observa é a tentativa do Judiciário em continuar com a prática segregacionista que os manicômios e prisões materializam. O uso da medida de segurança na modalidade internação e a não reformulação das leis que versam sobre essa temática para adequarem-se ao novo contexto social e jurídico expõe isso.

Data de 2023 a resolução nº 487 do Conselho Nacional de Justiça que estabelece prazos para o fechamento de hospitais psiquiátricos e fortalecimento da rede aberta de serviços que cuidam de pessoas em sofrimento mental. Considerando que a lei 10.216 é de 2001 e já colocava a urgência em fechar instituições psiquiátricas com característica asilares para a população em geral. Tem-se um lapso temporal de mais de 20 anos para entender que dentro da categoria população também está inscrito o segmento daqueles que cometeram algum delito.

No cotidiano, observa-se que a lógica da segregação é um campo político em disputa e que, na realidade mineira, tais prazos apontados para o fechamento das instituições manicomiais estão sendo estendidos por diversas vezes via medidas jurídicas múltiplas.

Em Minas Gerais, as pessoas que respondem a medida de segurança de internação e por motivos diversos permanecem detidas, concentram-se em unidades prisionais nas quais são ofertadas atendimentos pontuais com a equipe técnica daquela instituição (assistentes sociais, psicólogas, médicas, dentistas e enfermeiras), caso seja necessário alguma forma de tratamento temporário a fim de estabilizar o quadro em saúde mental, o estado conta com o Centro de Atendimento Médico Pericial (CAMP) localizado em Ribeirão das Neves, destinado também a realização de perícias médicas. Além do Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz (HPJJV), em Barbacena, neste último, as pessoas que estão em cumprimento de medida de segurança na modalidade de internação são encaminhadas para lá. Na atualidade, apesar da legislação, a lógica segregacionista de instituições prisionais ainda dá a tônica na questão de saúde mental.

Entendendo que tais equipamentos são geridos pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública e que tem uma estrutura cotidiana do sistema prisional (celas, algemas e procedimentos que cerceiam o direito à visitação por parte de familiares, por exemplo) já se vê o quanto a loucura ainda é criminalizada. Nessa mesma direção, quando se entende que o Brasil é o 3º país que mais encarcera pessoas no mundo, somado ao perfil daqueles que se encontram em privação de liberdade: Majoritariamente negros e pobres, percebe-se o quanto o Estado é punitivista e a loucura se torna mais um dos componentes que contribuem para a segregação no país. “Enormes segmentos excluídos do “círculo da civilização”, isto é, dos mercados, pois não conseguem transformar suas demandas sociais em monetárias. As alternativas que lhes restam, na ótica oficial são a “violência e a solidariedade”.” (IAMAMOTO, 2007, p. 123)

PROGRAMA DE ATENÇÃO AO PACIENTE JUDICIÁRIO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A criação do PAIPJ ocorre para dar encaminhamentos possíveis de tratamento em liberdade para as pessoas que cometeram crimes esse grupo de pessoas. O programa surgiu dentro de uma proposta de estágio supervisionado do curso de Psicologia no Centro Universitário Newton Paiva em Belo Horizonte/MG, durante o ano de 1999. Idealizado pela psicóloga e psicanalista Fernanda Ottoni de Barros-Brisset.

Durante a primeira fase da pesquisa, no primeiro semestre, os alunos do estágio IV fizeram o estudo de 15 processos, para identificar os principais problemas em torno do tratamento jurisdicional aplicado ao louco infrator. Na segunda fase, a pesquisa se dedicou a desenhar um projeto de acompanhamento dos casos na rede pública de saúde, buscando construir uma mediação entre o tratamento e o processo jurídico. (BARROS-BRISSET, 2010, p.26)

Posteriormente, em 2001, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) através da Portaria Conjunta do Tribunal 25/2001 colocou o serviço efetivamente dentro do Poder Judiciário. Nascia assim uma nova forma de pensar a loucura em interface com a Justiça. Nesse momento, com âmbito de atuação circunscrito à capital mineira, Belo Horizonte. A regulamentação quanto as/os profissionais a serem inseridos no presente serviço ocorreu em 2002 e mostra o caráter interdisciplinar no qual o trabalho foi pensado apesar da supremacia numérica de profissionais da Psicologia, em alguma medida influenciado pela própria formação da idealizadora do programa. Cabe destacar que tal resolução não se encontra mais vigente, todavia demonstra o arcabouço de legislações que legitimaram a fundação do PAIPJ.

Art. 8º - Destinam-se ao Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental - PAI-PJ os seguintes cargos previstos no Anexo IV desta Resolução: I - 4 (quatro) cargos de Oficial Judiciário da especialidade Oficial Judiciário, classes D, C ou B; II - 4 (quatro) cargos de Oficial de Apoio Judicial, classes D ou C; III - 12 (doze) cargos de Técnico Judiciário da especialidade Psicólogo Judicial, classes C ou B; IV - 8 (oito) cargos de Técnico Judiciário da especialidade Assistente Social Judicial, classes C ou B; V - 8 (oito) cargos de Técnico Judiciário da especialidade Técnico Judiciário, classes C ou B; VI - 4 (quatro) cargos de Técnico Judiciário da especialidade Médico Psiquiatra Judicial, classes C ou B. (BRASIL, 2002)

Em 2010 com a publicação da resolução do TJMG 633/2010, o PAIPJ passou a fazer parte do Programa Novos Rumos marcando assim mais uma nova fase dentro da esfera judicial. Essa mesma resolução regulamenta a ampliação do programa que passa a ter prerrogativas para atuar em outros municípios do estado mineiro. Outra alteração que tal legislação trouxe foi de o Programa Novos Rumos abarcar também o Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF).

Art. 3º - O Programa Novos Rumos, vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, é integrado: I - por programa destinado a disseminar a metodologia APAC, visando a sua implantação em todas as comarcas do Estado; II - pelo Programa de Atenção ao Paciente Judiciário, PAI-PJ; III - pelas atividades do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, previsto no art. 5º da Resolução no 96, de 2009, do CNJ, instituído no âmbito do Tribunal de Justiça por meio da Portaria-Conjunta nº 170, de 21 de janeiro de 2010. (BRASIL, 2010)

À título de elucidação, o Programa Novos Rumos foi criado em 2004 e tinha como frente de atuação até a primeira década dos anos 2000, o incentivo e implementação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados -APACs no estado mineiro conforme resolução do TJMG 433/2004. Além do projeto Começar de Novo que consistia em ações visando a inclusão no trabalho de egressos, indivíduos privados de liberdade e suas famílias.

A criação do PAIPJ mostra para o Judiciário uma saída possível para dar respostas à sociedade frente aos crimes, ao mesmo tempo que proporciona a possibilidade de tratamento em meio aberto para sujeitos que cometeram delitos. Ocorreu também em 2010 a criação de outro projeto piloto vinculado ao PAIPJ para atender adolescentes em conflito com a lei, chamado Catu. Contudo não foi possível obter demais informações acerca do seu funcionamento ou número total de pessoas atendidas.

Nesse mesmo ano se tem a portaria-conjunta nº 181/2010 que estabeleceu a composição do núcleo supervisor do programa. Desse modo, com resolução que definiu a composição da equipe que trabalharia diretamente com os casos em 2002 e essa que definiu em termos gerenciais o corpo técnico do programa, o quadro funcional que atuaria no serviço ficou institucionalmente delimitado, em nível gerencial e na cidade de Belo Horizonte. Atualmente o PAIPJ está respaldado pela Resolução do TJMG no 925/2020. Tal normativa, reconhece a relevância do programa e somado a isso explicita o quadro funcional que o núcleo supervisor deve ter oferecendo respaldo jurídico para o desenvolvimento de ações

Considerando a expansão do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário - PAI-PJ, que vem contribuindo sobremaneira com a prestação jurisdicional, com significativa melhoria no atendimento ao paciente judiciário. (...)Art. 7º O Núcleo Coordenador do PAI-PJ será composto pelos seguintes integrantes, todos designados pelo Presidente do TJMG: I - 1 (um) desembargador, que exercerá a coordenação-geral, sem prejuízo de suas atividades jurisdicionais;II - 1 (um) juiz de direito, designado pelo Presidente do TJMG, que atuará como coordenador-executivo, sem prejuízo de suas atividades jurisdicionais;III - 1 servidor ocupante do cargo de Técnico Judiciário, preferencialmente da especialidade Psicólogo Judicial, e com experiência de atuação com a metodologia do Programa PAI-PJ, que será designado para organizar e dar o devido andamento e direcionamento às atividades desenvolvidas, inclusive quanto ao apoio administrativo necessário. (BRASIL, 2020)

Outro avanço na história do PAIPJ ocorreu em 2022 com a criação da Central de Execuções de Medidas de Segurança de Minas Gerais via Portaria Conjunta nº 1353/PR/2022. Tal regulamentação coloca que a partir da data que tal documento foi promulgado, 02 de maio de 2022, haverá no estado um setor dentro da Justiça para onde poderão ser encaminhados processos cujas pessoas estão em cumprimento de medida de segurança. A equipe é composta por assistentes sociais e psicólogos, ocupados via estágio de pós-graduação, e bacharéis de Direito. Tal normativa pode ser considerada um grande passo em favor dos direitos das pessoas portadoras de sofrimento mental sob diversos ângulos: O fato de ter uma equipe com olhar mais capacitado para entender sobre as medidas de segurança permite encaminhamentos mais assertivos, somado ao fato de que unificar as medidas em um único juízo permite com que os tratamentos possam ser mais equânimes e não tão díspares quanto como se observava antes dessa regulamentação. Além de poder garantir que os processos possam ser encaminhados ao PAIPJ com relativa facilidade garantindo dessa forma que os casos possam ter atendimento logo no início que a sentença foi aplicada e com isso, potencializadas as chances de reinserção familiar e diminuindo os próprios prejuízos trazidos pelo cárcere.

O programa existe atualmente nas seguintes cidades: Alfenas, Barbacena, Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Itaúna, Juiz de Fora, Muriaé, Ouro Preto e Teófilo Otoni. É composto por equipes multidisciplinares de assistentes sociais, psicólogas/os e bacharelas/éis em Direito cargo ocupado em sua ampla maioria por estágios de pós-graduação contratados pelo TJMG. Os vínculos de trabalho de assistentes e psicólogos, nos núcleos instalados fora da capital, ocorrem em sua maioria, via acordos com instituições públicas diversas como estado e prefeitura, assim tais servidores são cedidos para atuar no referido programa.

O COTIDIANO NO PAIPJ

O trabalho do PAIPJ consiste majoritariamente em acompanhar pessoas que cometeram crimes e foram sentenciadas a uma medida de segurança. Também existem acompanhamentos em outras fases do processo, ou seja, se há indícios de sofrimento mental e a/o juíza/z determina o encaminhamento ao programa para acompanhamento.

No cotidiano de trabalho a população usuária é chamada de paciente por juridicamente serem conhecidos por pacientes judiciários aquelas pessoas que respondem a uma medida de segurança.

A proposta de ter uma equipe multidisciplinar é justamente tentar fazer com que as dimensões da vida do sujeito (social, psíquica e jurídica) possam ser contempladas. No cotidiano de trabalho verifica-se a desespecialização presente em outros setores da saúde mental. As/os profissionais são tidos como técnicas/os de referência estando ainda em construção, e um dos desafios do trabalho, o entendimento das particularidades de cada

profissão e do quanto ao se levar em conta essa especificidade e o trabalho em equipe, quem ganha é a/o usuária/o.

Os casos para serem acompanhados ocorrem via determinação judicial então se faz a distribuição para a/ profissional que vai acompanhar o caso, em geral, o acompanhamento é feito por profissionais de Serviço Social ou Psicologia ficando a/o profissional de Direito o estudo de todos os processos.

O acompanhamento se dá primeiramente via localização do sujeito visto que como os processos normalmente são morosos, as pessoas mudam e o trabalho em rede torna-se essencial para localizar o atual endereço/telefone daquela pessoa. Após, é agendado um atendimento presencial na unidade do PAIPJ e a partir da escuta do paciente judiciário bem como sua família mapeia-se as necessidades e encaminhamentos que serão feitos. Assim, são articulados contatos com a rede de saúde, assistência ou equipamentos jurídicos a depender das questões trazidas pelos mesmos.

Posteriormente a esse primeiro atendimento, os contatos são feitos via telefone, visitas domiciliares ou atendimentos em unidades prisionais/ serviço de residência terapêutica. Majoritariamente para pessoas em liberdade a forma de contato se dá via aplicativo de mensagens via celular com o aparelho telefônico da/o técnico/a. Existe na sala um aparelho telefônico apenas para ligações, todavia dado a facilidade que a troca de mensagens trouxe, a comunicação passou a ocorrer majoritariamente dessa forma virtual. Essa mudança na forma de comunicar ocorreu também após a pandemia de COVID -19 visto que com as restrições impostas pela crise sanitária à época, o trabalho, naquele período, passou a ser feito majoritariamente de modo virtual/à distância.

São feitas também reuniões com a rede de saúde e assistência presenciais ou por chamada de vídeo, contatos telefônicos, troca de mensagens via aplicativo e e-mails.

Cabe destacar que a inserção dentro do PAIPJ é colocada enquanto profissionais generalistas, assim, em que pese tal determinação, é inegável as particularidades que tal categoria profissional traz ao serviço. Não existe dentro do programa normativas que delimitem o que se espera de cada categoria, cada profissional atua embasado pelos princípios gerais do programa e por meio de reuniões periódicas com a supervisão, momento que se discute a condução dos casos pelos quais a/o profissional estão como referência.

Outra frente de trabalho ocorre via contatos e reuniões com a rede de saúde, assistência e sociojurídica para encaminhar as demandas diversas que as/os usuários apresentam no momento dos atendimentos. Tal demanda, coloca-se como de fundamental importância para o acesso a direitos diversos que muitas vezes as pessoas sequer sabem que têm. Além de funcionar como uma forma de “traduzir” as exigências do Judiciário, por vezes em linguagem excessivamente técnica que não permite a maioria das/os usuárias/os, em sua ampla maioria, pobres e com baixa escolaridade, compreender.

A atuação dentro do Judiciário possibilita ainda um maior conhecimento sobre a própria rede que se desenha ali no Fórum, assim tanto por dificuldades físicas de acesso como no plano simbólico, usuários e profissionais lotados em outros serviços, desconhecem.

O caso permanece sendo acompanhado enquanto perdurar a medida de segurança. Assim, em geral, os casos são acompanhados pelo serviço por cerca de 1 ano, todavia, alguns por questões inerentes a pobreza, uso prejudicial de drogas, ou interface com a criminalidade acabam sendo acompanhados por um período maior. A tônica do programa é o de acompanhamento do sujeito e não do processo. Dessa forma, o acompanhamento se encerra quando a/o usuária/o se vinculou minimamente a rede de saúde e assistência e não está em crise no que se refere a saúde mental.

DESAFIOS DO TRABALHO NO PAIPJ

Na atualidade, um dos maiores desafios enfrentados no cotidiano profissional está na falta de investimentos públicos para a criação de equipamentos diversos (saúde/ assistência) para garantir a possibilidade de tratamento em saúde mental efetivar-se em meio aberto. Na desinstitucionalização coube ao núcleo familiar a maior parte (ou a totalidade muitas vezes!) no cuidado das pessoas com sofrimento mental. Ainda mais considerando a questão de gênero posta: As pessoas que assumem os cuidados com as pessoas que sofrem de questões relacionadas a saúde mental são majoritariamente mulheres, desempenhando papéis de mães, irmãs, esposas, filhas nas quais é creditado todo o cuidado com uma desresponsabilização do próprio Estado por isso. O cuidar se torna uma obrigação e com isso afastam-se de atividades laborativas, não recolhem para a Previdência Social, não recebem nenhuma contrapartida financeira e são muitas vezes cobradas legalmente quando o/a usuária/o não se submete ao tratamento.

A criminalização das drogas também se mostra um grande desafio. O debate em torno desse ponto quando chega a cena política é permeado por argumentos de viés religioso e moralista. Legislações como a Lei 11.343 promulgada em 2006 e a Lei 13.840 datada de 2019 contribuíram para o aumento das prisões e potencializaram a visão do tráfico como o inimigo da sociedade. Colocando questões como as comunidades terapêuticas, denominadas comunidades terapêuticas acolhedoras dentro da rede de atenção psicossocial, aliado ao fato de não existir na legislação critérios objetivos para acerca da quantidade de droga apreendida para a classificação da pessoa como usuária ou traficante. Observa-se recentemente, que apenas no que tange ao porte de uso pessoal da maconha houve o estabelecimento de quantidade de droga no momento da apreensão para que a pessoa possa ser considerada usuária. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorreu em 26/06/2024 caracterizando como usuários pessoas apreendidas com no máximo 40 gramas de maconha, assim devem cumprir sanção administrativa como prestação de serviços à comunidade, advertência e/ou comparecimento em palestras educativas sobre o uso de drogas.

Outro desafio para o usuário da saúde mental, é a falta de interface dessa política com as demais. O que dificulta que o próprio indivíduo possa ser reconhecido por outras redes que não seja a de saúde mental. Apesar de em liberdade ela/e está “presa/o” a rede de saúde mental por ser louca/o. E não consegue transitar em serviços da assistência e do judiciário justamente porque ali sua forma de estar no mundo não é validada, é sempre necessário uma/m acompanhante para “dar crédito” a sua fala ou possui um modo de funcionamento que o mesmo por conta de seu quadro de saúde mental não consegue apreender, exemplo são instituições com atendimentos exclusivamente via agendamentos, por exemplos. No cotidiano, observa-se que muitos/as usuários/as não conseguem por conta do sofrimento mental entender a noção de tempo e horários pré-estabelecidos, chegam em dias e horários diversos àquele marcado e é necessário que minimamente as instituições tenham alguma flexibilidade para acolher esse perfil.

No que se refere a composição da magistratura, certos elementos também precisam ser problematizados. Um deles é o entendimento da questão racial como fundante e estrutural dentro da sociedade brasileira. Não é possível olhar para os Tribunais de Justiça e ver que majoritariamente são brancos e em contrapartida ao se olhar que são pretas a maioria das pessoas presas. Não, isso não é meritocracia e precisa ser entendido como um problema para as/os magistradas/os. Apesar da Resolução nº 203 de 23/06/2015 que dispõe sobre a reserva de vagas a pessoas negras nos concursos para a magistratura, observa-se que não é o suficiente para incorporar perfis menos elitistas aos cargos de juízes.

Assim, a partir de regressões logísticas binomiais, tornou-se possível verificar que há determinadas características comuns, de modo geral, a quem chega à aprovação no concurso para a magistratura. São elas: (...) iii) ter renda individual média maior que R\$ 4.569,90. De acordo com pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente, apenas 12,8% (1.534) dos magistrados são negros no país, contra 85,9% (10.256) brancos. (...) Na Corte mais alta do país, o Supremo Tribunal Federal (STF), nenhum entre os 11 ministros é negro. O último a ocupar uma cadeira no tribunal foi Joaquim Barbosa, entre 2003 e 2014, indicado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além dele, em toda a história do Supremo, só dois fizeram parte do quadro de ministros: Pedro Lessa (1907 a 1921) e Hermenegildo de Barros (1917 a 1931). Em todo o Judiciário, apenas 30% (44.786) dos servidores são negros, contra 68,3% (102.047) brancos. (SCHUEL, 2021,s/p)

Somado a desigualdade de gênero quando se pensa na ausência delas em carreiras da magistratura. “O Poder Judiciário brasileiro é composto em sua maioria por magistrados do sexo masculino, com apenas 38,8% de magistradas em atividade.” (BRASIL,2019, p. 7). Cabe destacar que a pesquisa foi realizada em 2019, neste ano conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) via Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) o Brasil contava com 51% de mulheres.

Ainda no que se refere aos trabalhadores que operam o Judiciário, cabe destacar a ausência de concursos públicos pelo TJMG com vagas destinadas ao PAIPJ. Dessa forma, vínculos como estágios de pós-graduação comprometem a qualidade técnica do trabalho, uma vez que a contratação será temporária, dificultando a construção de vínculos com pacientes/família. Além da precariedade de trabalho uma vez que a pessoa ali inserida terá responsabilidades técnicas mas uma vinculação que não abarca a legislação trabalhista.

CONCLUSÃO

O trabalho dentro do Judiciário é permeado por desafios postos primeiramente pela própria estrutura enrijecida que as instituições se estruturam na sociedade. Uma das possibilidades que o PAIPJ coloca é de justamente estar dentro de tal espaço mas articular com a rede de saúde e assistência e dessa forma poder juntar outros elementos aos autos para além da denúncia ou da defesa do suposto crime. A pessoa que responde ao processo para além dos autos tem uma família, desejos, projetos e direitos que estão para além do que se refere ao círculo criminal. Assim, o trabalho do PAIPJ consiste justamente em mostrar essas outras dimensões nas páginas processuais.

Considerando o histórico de segregação da loucura, o programa mostra-se como uma potencial ferramenta de articular cuidados e assim promover o tratamento em saúde mental na liberdade, palco da vida em suas múltiplas formas de se expressar. E numa sociedade que ainda pauta o crime descolado da perspectiva social, possibilitar a quem cometeu o delito acesso a direitos incluindo o de tratamento na saúde mental, traz um novo olhar nas páginas de autos que insistem em transformar vidas, subjetividades e histórias em meros autos.

E se no surgimento do programa o contexto político da época favoreceu a consolidação via legislações diversas dentro do Judiciário, atualmente o desafio é o de manter em funcionamento o programa frente a um outro contexto de disputas em torno dos modelos para tratamento em saúde mental, ainda mais em voga com as recentes legislações apresentadas em torno do fechamento dos manicômios judiciários em Minas Gerais.

Dessa forma, um dos maiores desafios atuais se dá em torno de profissionais para atuar no programa e da necessidade de legislações que contemplem os núcleos por todo o estado na fomentação de mão-de-obra advinda prioritariamente de concursos junto ao TJMG. Somente assim a continuidade das atividades será garantida, sem interrupções e com continuidade de profissionais, cujo vínculo se estabelece com a/o usuária/o, algo tão caro sobretudo na saúde mental.

Uma possibilidade que se desenha é a atuação em conselhos de direitos, tanto por parte das/os profissionais inseridos no serviço como fomentando a participação de usuários em tais espaços, para garantir a defesa da vida em suas múltiplas dimensões de forma coletiva.

Outra forma de enfrentamento para as/os profissionais de Serviço Social do programa é o de justamente também escreverem trabalhos como este mostrando sua perspectiva de análise sobre o trabalho, é de suma importância refletir sobre o cotidiano profissional e no que se refere ao PAIPJ, as produções acadêmicas são majoritariamente escritas por psicólogas/os ou bacharéis em Direito. Dessa forma, pode-se contribuir para o fortalecimento do programa aliado a estudos que possam advir de publicações que, como esta, trazem o cotidiano de trabalho, fazendo com que a temática da loucura em interface com a Justiça possa ser também debatida em instituições de ensino diversas.

As/aos colegas assistentes sociais do PAIPJ fica um convite a trabalharmos na dimensão coletiva do sujeito e também a refletirmos de formas diversas, a partir do nosso fazer profissional, sobre vidas inseridas nas relações sociais do modo de produção capitalista que escolheram a resistência como lema para a existência.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. **Governo Federal investiu R\$18 bilhões em segurança pública em 2023.** Brasília, 2023. Disponível em : <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202312/governo-federal-investiu-r-18-bilhoes-em-seguranca-publica-em-2023#:~:text=Empenhado%20em%20fortalecer%20a%20seguran%C3%A7a,penitenci%C3%A1rio%20e%20das%20Guardas%20Municipais>, acesso em 12 jul. 2024.

ALTINO, Lucas. **Criticadas por psiquiatras e incentivadas por Bolsonaro, comunidades terapêuticas para dependentes químicos serão ampliadas pelo governo Lula.** Jornal O Globo, 2023. Disponível em : <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/09/29/criticadas-por-psiquiatras-e-incentivadas-por-bolsonaro-comunidades-terapeuticas-para-dependentes-quimicos-continuam-no-atual-governo.ghml>, acesso em 22 jul. 2024.

BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni de. **Por uma política de atenção integral ao louco infrator.** Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2010. Disponível em: https://www.tjmg.jus.br/data/files/41/A7/51/FD/204636104C5F1436B04E08A8/livreto_pai.pdf, acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm, acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. **Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário.** Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio-participacao-feminina.pdf>, acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. Lei 10.216 de 06 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm, acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sisnad.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm#, acesso em 22 jul. 2024.

BRASIL. Lei 13.840 de 05 de junho de 2019. **Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13840.htm , acesso em 22 jul. 2024.

BRASIL. Portaria Conjunta TJMG 25/2001 . **Cria, no âmbito da comarca de Belo Horizonte, o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário portador de sofrimento mental - PAI-PJ.** Belo Horizonte, MG. Disponível em <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pc00252001.PDF>, acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. Portaria conjunta nº 181/2010. **Dispõe sobre a instalação e a designação de servidores do Núcleo Supervisor do Programa de Atenção ao Paciente Judiciário, PAIPJ.** Belo Horizonte, MG. Disponível em <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pc01812010.pdf> , acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. Portaria Conjunta nº 1353/PR/2022. **Dispõe sobre a implantação e o funcionamento da Central de Execução de Medidas de Segurança -CEMES.** Disponível em <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pc13532022.pdf> , acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. Resolução nº 405/2002. **Dispõe sobre o quantitativo de cargos do agrupamento permanente do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Judiciário.** Belo Horizonte, MG. Disponível em <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re04052002.PDF> , acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. Resolução 633/2010 . **Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Programa Novos Rumos, no âmbito do Tribunal de Justiça, e sua implementação em todas as comarcas do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, MG. Disponível em <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re06332010.PDF> , acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. Resolução nº 925/2020 . **Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Programa Novos Rumos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.** Disponível em <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re09252020.pdf> , acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. Resolução CNAS/MDS Nº 151 DE 23/04/2024. **Dispõe sobre o não reconhecimento das comunidades terapêuticas e entidades de cuidado, prevenção, apoio, mútua ajuda, atendimento psicossocial e ressocialização de dependentes do álcool e outras drogas e seus familiares como entidades e organizações de assistência social e sua não vinculação ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).** Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cnas/mds-n-151-de-23-de-abril-de-2024-555715305>, acesso em 22 jul. 2024.

BRASIL. Resolução 487/2023. **Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.** Belo Horizonte, MG. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original/2015232023022863fe60db44835.pdf>, acesso em 10 jul. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2007.

SCHUQUEL, Thainá. **Metrópoles**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/justica/apenas-128-dos-magistrados-sao-negros-no-brasil-859-sao-brancos> , acesso em 12 jul. 2024.

TELHADO, Lincoln. **Política de segurança pública do governo Lula: volta ao passado e mais do mesmo?**, 2023. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2023-jun-21/lincoln-telhado-politica-seguranca-publica-governo-lula/> , acesso em 12 jul. 2024.

YASBECK, Maria Carmelita. **A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento**. Revista Políticas Públicas. São Luís, v.9,n.1,p.217-228,dez 2005.

MARIANNE SOUSA BARBOSA: Possui graduação em Filosofia, pela Universidade Estadual da Paraíba (2010), em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande (2019) e em Pedagogia e Artes Visuais (Claretiano – 2022;2023). Possui especialização em Filosofia (Estácio – 2014) e em Educação de Jovens e Adultos (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – 2022). Obteve seu Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2012) e Doutorado no mesmo Programa de Pós-graduação em 2020. Atuou como professora de Sociologia e Filosofia na UEPB, UFCG, IFPB, em cursos de graduação e pós-graduação, orientando diversos trabalhos acadêmicos durante sua atuação docente. É coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sobre Subjetividades”, devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo pesquisas, publicações e orientações na área da Filosofia, Sociologia e Educação. Atualmente, desempenha atividade docente no Ensino Básico (SEE-PB) e Superior (UEPB/CAPES), possui vasta experiência em formação de professores, atuando como Professora Formadora do PARFOR/CAPES por diversos períodos (2012-2016 – 2023-Atual). Possui publicações científicas na área de Sociologia, Antropologia, Filosofia e Educação. Faz parte do Conselho Editorial da Atena Editora, Revista Instante e IBRATES. Autora do livro “Famílias na contemporaneidade: Uma análise sociológica sobre uniões igualitárias”, publicado em 2024.

<https://orcid.org/0009-0008-5952-0410>

A

Agricultura camponesa 9, 16, 17, 18

Agricultura familiar 9, 18

Análise de sobrevivência 60, 61, 62, 63, 66

Argumentação matemática 76

B

Benefícios 17, 67, 69, 72, 73, 74

C

Cotidiano de trabalho 84, 90, 95

Covid-19 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66

D

Desafios 17, 57, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 84, 90, 92, 94

Deslizamentos 27, 28, 29, 30, 39

Drenagem 27, 34, 42, 43, 44

E

Educação 12, 16, 25, 26, 76, 82, 83, 98

Educação matemática inclusiva 76

Empresas de pequeno porte 59, 60, 63, 65, 66

Ensilaje 1, 3, 5, 7, 8

Ensino de matemática 99

Ensino 52, 76, 81, 95, 98

Erosão 27, 28, 29, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45

Estratégia pedagógica 76

Exterior 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74

F

Formação de professores 76, 98

H

História de vida 54

I

Investimento 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 85

J

Jornalismo literário 46, 47, 48, 49, 56, 57, 58

L

Linguagem matemática 76

Livro-reportagem 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 56, 57, 58

M

Maíz 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8

Mazorca 1, 3, 5, 6, 7

Memórias 9, 12, 13, 18, 22, 23, 25

Metodologia 12, 13, 31, 48, 53, 57, 62, 84, 89

Moçambique 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75

N

Norte de Minas Gerais 59, 60, 61, 62, 65

P

Producción animal 1

Q

Quilombo de Furadinho 9, 10, 18

R

Relato de experiência 84, 85

Revisão bibliográfica 84, 85

S

Saúde mental 84, 85, 87, 90, 92, 93, 94, 95

Serviço doméstico 48, 55, 56

Setores de serviço 100

Sistema judiciário 84

Solos 27, 28, 29, 34, 35, 44

T

Taludes 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 44, 45

Trabalho 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 42, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 66, 72, 76, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95

Trabalho docente 76

Trabalho doméstico 46, 47, 48, 50, 51, 54, 57, 58

Z

Zootecnia 1

As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 4

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 4

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

